

ISSN 1679-3625

CIDADES

Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Volume 6
Número 10
Julho a Dezembro de 2009

CIDADES

REVISTA CIENTÍFICA
VOLUME 6 – NÚMERO 10 – 2009

Coordenação Editorial

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Editoras deste número temático

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Nelba Azevedo Penna – UnB

Comissão Editorial

Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

Jan Bitoun – UFPE

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Maurício de Almeida Abreu – UFRJ

Pedro de Almeida Vasconcelos – UFBA

Roberto Lobato Corrêa – UFRJ

Silvana Maria Pintaudi – UNESP

Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani – USP

Ana Clara Torres Ribeiro – UFRJ

Arlete Moysés Rodrigues – UNICAMP

Carles Carreras – Universidad de Barcelona

Horacio Capel – Universidad de Barcelona

José Alberto Rio Fernandes – Universidade do Porto

José Aldemir de Oliveira – UFAM

José Borzachiello da Silva – UFCE

Leila Christina Dias – UFSC

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

Odette Carvalho de Lima Seabra – USP

Paulo César da Costa Gomes – UFRJ

Suzana Pasternak – USP

Formatação e Normalização Bibliográfica

Maria Angélica de Oliveira Magrini

Wagner Batella

Apoio

Márcio José Catelan

Capa

Caio Beltrão Sposito

Revisão de língua portuguesa

Maria Luísa Santos Abreu

Conferência da revisão

Maria Angélica de Oliveira Magrini

Nelba Azevedo Penna

Wagner Batella

Projeto gráfico e diagramação
Zap design

Impressão gráfica
Bartira

Tiragem
800 exemplares

Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos – GEU
Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. 19060-900. Presidente Prudente
Estado de São Paulo, Brasil
(Correspondência postal aos cuidados de Maria Encarnação Beltrão Sposito)
Telefone (18) 3229 5375 Fax (18) 3221 8212

Informações e envio de textos:
cidadesrevista@gmail.com

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange
On demande l'échange / Si richiede lo scambo / Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004–
Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004–
v. 6., n. 10; 23 cm., il.

Semestral
2009, v.6, n. 10
ISSN 1679-3625

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed.): 910.13
CDU: 911.3

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3105-95001
vendas@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	283
----------------	-----

ARTIGOS

A “ILUSÃO” DA TRANSPARÊNCIA DO ESPAÇO E A “FÉ CEGA” NO PLANEJAMENTO URBANO: OS DESAFIOS DE UMA GEOGRAFIA URBANA CRÍTICA	289
The “illusion” of space transparency and “blind faith” in urban planning: challenges of a critical urban geography <i>Ana Fani Alessandri Carlos</i>	
URBANIZAÇÃO CRÍTICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	307
Critical urbanization and the production of space <i>Amélia Luisa Damiani</i>	
O RIGOR NO USO DAS NOÇÕES E CONCEITOS NA GEOGRAFIA URBANA.....	341
Rigor in the use of notions and concepts in urban geography <i>Pedro de Almeida Vasconcelos</i>	
REFLEXÕES SOBRE A CIDADE E O URBANO: O ATUAL COMO PRODUTO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA	359
Reflections on the city and the urban: the present as a product of the process of constitution of urban geography <i>Oscar Sobarzo</i>	
NEGATIVIDADE E A CRÍTICA À CRÍTICA CRÍTICA: SOBRE ESPAÇO TEMPO E MODERNIZAÇÃO	381
Negativity and the critic to the critical critic about space time and modernisation <i>Anselmo Alfredo</i>	
METROPOLIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO URBANO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO	415
Metropolization: the reproduction of the urban within the labor society crisis <i>Odette Carvalho de Lima Seabra</i>	

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	435
NORMAS PARA PUBLICACIÓN.....	439
NORMES DE PUBLICATION.....	443
INSTRUCTIONS FOR AUTHORS.....	447
CHAMADA PARA ARTIGOS.....	451
A CIDADE E A FESTA	
TEXTE D'APPEL	453
LA VILLE ET LA FÊTE	
CHAMADA PARA ARTIGOS.....	455
A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O SENTIDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	

EDITORIAL

CIDADES chega ao número 10, o que é pouco para uma revista que ainda está firmando suas raízes e se consolidando como espaço para o debate e a crítica, tanto quanto deseja ser objeto dela, entre os que se dedicam à análise da urbanização. Por outro lado, já temos alguns motivos para, mesmo tão jovens, comemorarmos essa marca, num país em que os periódicos científicos nem sempre são longevos.

Nesses dez números, CIDADES publicou 79 textos. Entre os autores, 74,5% são brasileiros e 24,5%, estrangeiros. Entre os primeiros, há pesquisadores pertencentes a 12 universidades públicas, sete federais e cinco estaduais, a uma universidade confessional e a duas instituições não universitárias. Entre os estrangeiros, temos autores da França, associados a seis instituições diferentes, além dos que realizam pesquisa em universidades de Portugal, do México, da África do Sul, do Chile e da Alemanha. Esses dados ajudam o leitor a ter uma visão, ainda que sucinta do que vimos realizando.

Nossa comemoração realiza-se com a apresentação ao público de um número dedicado ao tema "A cidade e o urbano: uma busca conceitual", o qual contém uma parte dos textos que foram elaborados para o XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb), ocorrido em Brasília, de 1 a 4 de setembro de 2009.

Esse Simpósio, uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia, da Universidade de Brasília, sob a coordenação de Nelba Azevedo Penna, teve como tema central "Vinte anos de reflexões sobre o urbano e a cidade: transformações e tendências", o que foi bastante apropriado para um balanço sobre nossos avanços e nossos limites, desde a realização do primeiro simpósio da série, em São Paulo, em 1989, por iniciativa de Ana Fani Alessandri Carlos, da Universidade de São Paulo.

Não por acaso, este número é aberto com texto dessa pesquisadora, intitulado "A ilusão da transparência do espaço e a fé cega no planejamento urbano: os desafios de uma Geografia Urbana crítica", pois foi ela quem proferiu a conferência de abertura do Simpósio e nos ofereceu um *telos*, a partir do qual também pudemos acompanhar os debates que se realizaram durante todo o evento.

O título dessa conferência, com suas metáforas tão apropriadas, é, sem dúvida, uma síntese bem formulada da advertência que a autora nos faz, convidando-nos à reflexão sobre as concepções e os limites que a Geografia Urbana brasileira denota, num período em que a mundialização, para se realizar, revela-se por meio de uma sociedade que é, tendencialmente, urbana. Ela oferece elementos para se apreender o sentido da produção do espaço, num contexto em que o movimento de valorização do capital busca novos elementos para a reprodução do modo capitalista de produção, tendo no espaço urbano o continente desse processo, tanto quanto esse espaço propicia o controle, como ela destaca, sobre “as forças sociais que poderiam opor-se ao poder político”.

Os cinco textos subsequentes foram elaborados pelos convidados à mesa redonda “Questões atuais sobre a cidade e o urbano: limites e possibilidades da Geografia Urbana”, coordenada por Amélia Luisa Damiani, da Universidade de São Paulo, autora do texto “Urbanização crítica e produção do espaço”. Tratando da totalização do urbano pela economia e do urbano economizado, como base do aprofundamento das crises, a autora compreende a urbanização crítica “como um momento determinado da produção do espaço”. A referência empírica para sua análise assenta-se na metrópole paulistana, que é expressão, por meio da produção de seu espaço, do estágio dessa atualização econômica.

Pedro de Almeida Vasconcelos, das Universidades Católica de Salvador e Federal da Bahia, oferece-nos uma contribuição valiosa sobre “O rigor no uso das noções e conceitos na Geografia Urbana”. Ele parte da constatação, feita por pesquisadores de outras áreas do conhecimento, de que a Geografia enfrenta problemas epistemológicos que se refletem no campo de nossas pesquisas urbanas. São muitos os pontos de vista, segundo os quais ele nos mostra os problemas no uso das noções e conceitos pela Geografia Urbana, chamando nossa atenção para a necessidade de uma atitude mais crítica. Esse autor trata das decorrências e equívocos gerados pelas mudanças de lugares e contextos, de culturas, de idiomas e de disciplinas, sejam elas as observadas ao longo do tempo, as que decorrem da hierarquia, segundo a qual os conceitos são valorizados no âmbito da disciplina, ou as relativas às correntes filosóficas ou teóricas. Aborda, ainda, as consequências dos problemas de edição, da produção de novas noções e conceitos, bem como trata dos riscos da polissemia.

O texto seguinte é “Reflexões sobre a cidade e o urbano: o atual como produto do processo de construção da Geografia Urbana”, de Oscar Sobarzo, da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele nos alerta sobre a necessidade de buscar as origens de conceitos e definições para não nos circunscrevermos à análise do atual, considerando-o sempre como “novo”. Para isso, valoriza, em seu texto, a dimensão temporal, considerada a partir dos planos da história da cidade pesquisada, da história da temática analisada e da história da produção realizada no âmbito da Geografia Urbana. São quatro as perspectivas, segundo as quais ele desenvolve sua abordagem: a definição de cidade, o estudo dela, a rede urbana e o tratamento do urbano.

Anselmo Alfredo, da Universidade de São Paulo, elaborou o artigo “Negatividade e a crítica à crítica crítica: sobre espaço, tempo e modernização”. Pensar o espaço como abstração é o convite que o autor apresenta nesse texto. Ele parte da avaliação de que mesmo o pensamento considerado crítico tem sido restrito, na medida em que dá relevância grande à materialidade do real, por meio do espaço, sem que seja feita a “crítica necessária a uma sociedade determinada por abstrações, de modo que a análise física da realidade moderna prevaleceu sobre os critérios sociais”. A abstração espacial é o aporte trazido pelo autor na seção final de seu texto, ao nos advertir sobre a importância de tomar o concreto como fetiche e não reconhecê-lo “como explicação do Real moderno”.

O último texto deste número de CIDADES é o elaborado por Odette Carvalho de Lima Seabra, da Universidade de São Paulo, que não pôde participar da mesa redonda mas, na condição de convidada, produziu o texto “Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho”. O percurso elaborado pela autora estrutura-se, segundo os enfoques do espaço do capital e de sua reprodução, das políticas de espaço e das relações entre cultura e reprodução. Assim, a proliferação do tecido urbano metropolitano, em todos os sentidos e direção, é destacada por ela, revelando o processo de implosão e explosão da metrópole fragmentada, movimento no âmbito do qual se configuram os territórios de uso, ainda que “a reprodução do urbano dificilmente poderia ser entendida como ato ou processo que se resolva a partir do uso”, num período em que a generalização do valor abarca a realidade urbana.

O número 10, que ora apresentamos aos leitores, não teria sido possível não fosse o trabalho realizado por Nelba Azevedo Penna, que contactou os participantes do Simpurb, estimulou-os à elaboração de textos para apresentação durante o evento, ao aperfeiçoamento deles após os debates realizados e, enfim, trabalhou para reunir o material para este número e para os dois subsequentes,

desempenhando, assim, o papel de co-editora. Serão, desse modo, três edições de CIDADES elaboradas por meio dessa parceria.

Registramos nossos agradecimentos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), que contribuiu, significativamente, para o financiamento deste número da revista.

No final desta publicação, o leitor encontrará as chamadas para os próximos números temáticos: "Cidade e festa", sob responsabilidade editorial de Paul Claval, da Université de Paris, e "A Produção do Espaço Urbano: o sentido das políticas públicas", cuja editora será Silvana Maria Pintaudi, da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro. Esses dois números, 13 e 14 respectivamente, virão a público em 2011.

Maria Encarnação Beltrão Sposito

ARTIGOS

A “ILUSÃO” DA TRANSPARÊNCIA DO ESPAÇO E A “FÉ CEGA” NO PLANEJAMENTO URBANO: OS DESAFIOS DE UMA GEOGRAFIA URBANA CRÍTICA

ANA FANI ALESSANDRI CARLOS
Departamento de Geografia
FFLCH – Universidade de São Paulo
anafanic@usp.br

Para Maurício de Abreu,
por suas críticas implacáveis.

RESUMO

O texto foca o papel do espaço no movimento de realização do processo de acumulação num momento em que se constata a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro tendo como orientação a mundialização, que se revela num mundo, tendencialmente urbano. Imersos na “aparente transparência do espaço” os estudos sobre o espaço urbano têm abandonado a análise crítica da realidade em favor do planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Urbano. Planejamento. Geografia.

THE “ILLUSION” OF SPACE TRANSPARENCY AND “BLIND FAITH”
IN URBAN PLANNING: CHALLENGES OF A CRITICAL URBAN GE-
OGRAPHY

ABSTRACT

The text focuses on the role of space in the process of conducting the accumulation process in a moment when one can verify the transition from the hegemony of the industrial capital to the financial capital in the framework of globalisation, which reveals the tendency of an increasingly urban world.

Immerse in this “apparent transparency of space”, studies on urban space have abandoned the critical analysis of reality and favoured planning.

KEY WORDS: Urban. Planning. Geography.

“O homem nascido da mulher é escasso de dias e farto de inquietações”, escreve Saramago. Este texto aponta as inquietações suscitadas numa conjuntura em que, segundo minha avaliação, a Geografia atravessa um momento crítico que requer reflexão, momento também em que se rememoram os vinte anos do primeiro Simpósio Nacional de Geografia Urbana (Simpurb).

Esse estado crítico inicialmente se revela pelo fato de que a Geografia Urbana hoje se confronta com sua fragmentação exacerbada, consequência direta do comportamento analítico que fragmenta a realidade, como negação de sua totalidade. No plano dos conteúdos, deparamo-nos com a naturalização de processos sociais, com a volta ao empirismo – preso à aparente transparência do espaço – e, o que é mais grave, com o preconceito contra o pensamento teórico, decorrência imediata do produtivismo exacerbado. A banalização sobre a questão da vida na cidade tem trazido o grave risco de construção de uma Geografia Urbana sem sujeito, esvaziada de seu conteúdo social ou, quando focada no indivíduo, centrada na autonomização do sujeito enquanto indivíduo isolado, imerso na sua existência abstrata, gerando múltiplos culturalismos e perdendo-se em subjetivismos e particularismos que pouco contribuem para a revelação da realidade social.

Esses elementos esvaziam a reflexão capaz de fazer avançar o conhecimento. Fragilizada, “essa geografia” é incapaz de se confrontar com o pensamento neoliberal que invade a universidade e domina a pesquisa, submetendo-se passivamente, e criando as bases de um saber técnico e de um discurso ideológico.

Uma advertência, porém, faz-se necessária: o caminho do raciocínio, aqui empreendido, não pretende fazer uma análise exaustiva dessas duas décadas de vida do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, mas sim trazer algumas considerações sobre esse percurso, de um ponto de vista específico, que não pretende ser verdadeiro, nem único, posto que as diferenças nas posições teórico-metodológicas, mais do que momento imprescindível do processo de conhecimento, tornam-se necessárias e imperativas neste momento crítico.

Partiremos de uma condição prévia: a construção de uma Geografia Crítica – um caminho que minha pesquisa percorre em direção à constituição de uma

metageografia – aparece como exigência na construção de um movimento de superação da Geografia Urbana em seu estado crítico. Ao mesmo tempo em que a reflexão desloca a questão da produção do conhecimento do plano da epistemologia e da ontologia – preso ao universo do pensamento abstrato – para focar a relação dialética teoria e prática, faz-se necessário uma abordagem sobre a cidade e o urbano que desvende os conteúdos do processo de urbanização teórica e praticamente. Necessidade e conhecimento da atividade produtiva, o caminho do método considera a prática social tomada em sua globalidade.

PRIMEIRO MOVIMENTO DO PENSAMENTO

O primeiro Simpurb surgiu como necessidade de aprofundamento do debate assentado nas pesquisas realizadas no âmbito de uma Geografia Urbana, sinalizando um momento de ruptura importante no modo de pensar a Geografia e a prática dos geógrafos. Nesse sentido, iluminou novos conceitos surgidos da necessidade de uma nova perspectiva teórico-metodológica fundada no materialismo histórico e colocando em debate a especificidade da Geografia na análise da cidade¹. Na conferência de abertura, Milton Santos vaticinou: o geógrafo precisa saber pensar o espaço. A meu ver, essa ideia revela as possibilidades e os limites da Geografia.

Para compreender nossa época é necessário considerar as tendências que estão postas no horizonte para esta sociedade no movimento do processo de mundialização apoiado no desenvolvimento das forças produtivas, apenas como momento de um processo maior envolto na totalidade da reprodução das relações sociais de produção. Essa orientação aponta o sentido da reprodução social na busca pela realização da acumulação. Para isto é necessário dominar os termos da reprodução das relações sociais em sua totalidade real em seus vários níveis, posto que o capitalismo não se define a partir da produção em geral, mas pela produção específica de mais-valia como movimento de valorização fundado na reprodução de relações sociais também específicas. A construção da problemática urbana revela o papel do espaço e a produção do espaço urbano em suas contradições. O sentido da produção do espaço encontra-se definido pelo contexto que objetiva a

¹ Assim, no primeiro Simpurb a discussão percorreu dois caminhos: a) questionando sobre a existência de uma dialética própria do espaço que se determina na relação espaço-sociedade; b) questionando se as contradições da sociedade no seu movimento se traduziriam em contradições do espaço.

valorização do capital, incorporando sempre novos elementos capazes de estender o modo de produção ao mesmo tempo em que permite controlar as forças sociais que poderiam se opor ao poder político. Esse movimento sinaliza a importância do espaço no processo de reprodução geral da sociedade.

O pressuposto segundo o qual a produção da cidade é um momento/movimento do processo de produção do espaço social abre a perspectiva da produção do espaço como condição da realização da vida, iluminando sua natureza social e histórica no âmbito do processo geral de produção da sociedade. Isso porque as relações sociais ocorrem num lugar determinado sem o qual não se concretizariam, e num tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. A ação que objetiva concretizar a existência humana se realizaria enquanto processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo, apontando a articulação de várias escalas espaço-temporais que se interpenetram hierarquizando-se.

O processo de produção do espaço tem como pressuposto a natureza e a atividade humana produtora, transformadora, vontade e disposição, bem como o conhecimento como caminho necessário no sentido de transformar a natureza em mundo, a realidade material em realidade social. Nesse processo conflituoso, o homem depara-se com as forças naturais, luta contra elas no sentido de superá-las. A luta contra a natureza – luta de morte – na construção do mundo é condição constitutiva do espaço entendido como produto da atividade humana. Mas esse processo de produção coloca-se no percurso da história como produção e reprodução, como extensão do espaço produzido, como produto da reprodução da sociedade. Um processo que ocorre, portanto, revelando persistências/preservação de um lado, e rupturas/transformações de outro, dialeticamente.

Assim se revela o caminho do desvendamento dos momentos (formação) da produção do espaço, que permite pensar a relação homem/natureza como fundamento do processo constitutivo do espaço – processo que se realiza numa dialética entre objetividade e subjetividade. Uma objetividade que pode ser traduzida na prática socioespacial (real) em seu processo conflituoso, e uma subjetividade que se revela na consciência desta produção. É nesse sentido que o espaço aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial.

Esse encaminhamento propõe a noção de produção do espaço num sentido desdobrado, e, no limite, poderíamos afirmar que não existiria um “espaço geográfico”, mas uma compreensão do mundo em sua totalidade complexa e mutante.

Não sem imensas dificuldades, a Geografia Crítica – construída nos anos de 1970 – permitiu questionar o enfoque da distribuição da população e de suas atividades, pensar a sociedade em sua totalidade. Ao mesmo tempo, superando a ideia da localização dos fenômenos no território, permitiu avançar em direção ao movimento de passagem da noção de “organização do espaço” para aquela de “produção do espaço”, deslocando o enfoque da “população” para a “sociedade”; da localização simples do fenômeno na carta para a produção dessa localização, apontando para o fato de que essas localizações estariam articuladas a processos produtivos objetivos e subjetivos. Nessa direção, a Geografia permitiu avanços consideráveis, mas hoje esse processo encontra seus limites. Sem debate capaz de permitir sua crítica e eivada de preconceitos, as possibilidades de análise foram abortadas.

O MOVIMENTO CONTRADITÓRIO DA REALIDADE

A problemática urbana constrói-se hoje a partir de novas questões; assim, amplia-se, aprofunda-se e mostra novas articulações, apontando as determinações históricas do momento atual. Por sua vez, a diferenciação dos termos cidade e urbano deve abandonar o campo semântico para referir-se à superação da análise que trata a cidade como conjunto de fragmentos analíticos.

O urbano, como horizonte, revela a universalidade do fenômeno, bem como sua orientação, e o fato de que a problemática urbana aponta como conteúdo a realização da vida, o que impõe para a reflexão o debate sobre os conteúdos da construção de um novo humanismo.

As contradições do mundo moderno se esclarecem como contradições do movimento do processo de produção do espaço, o que se percebe nas lutas dos movimentos sociais que colocam em xeque o planejamento da cidade através do questionamento da orientação das políticas espaciais dirigidas pelo processo de valorização do capital em detrimento da realização da vida. Com isso, apontam aquilo que Lefebvre chamou de vitória do valor de troca sobre o valor de uso, como sentido e orientação do processo da produção do espaço no capitalismo.

Na esteira das transformações do capitalismo mundial, o movimento da reprodução, hoje, sinaliza a passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro. Tal fato tem consequências no processo de produção desigual do espaço dentro e fora da cidade, como movimento de hierarquização-integração-desintegração dos lugares na cidade, e entre estas e as várias escalas espaciais. Na escala global, Harvey (2004) aponta a constituição de um novo imperialismo, como movimento de realização do capital capaz de incorporar uma acumulação primitiva, na escala da metrópole. Referimo-nos a uma nova lógica da reprodução do espaço urbano como momento e movimento da reprodução geral da sociedade: o processo de valorização como fundamento e horizonte da reprodução, que se realiza no contexto das mudanças que orientam o processo de reprodução do espaço como processo de reprodução do capital, que tornou o próprio espaço condição de realização do capital financeiro.

O espaço urbano revela que, do ponto de vista de sua produção, dois momentos de acumulação se interpenetram.

No primeiro momento, o espaço produzido torna-se mercadoria, assentado na expansão da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza. Trata-se, de um lado, do espaço fragmentado pelo setor imobiliário, que entra no circuito de produção da riqueza criando o espaço material (construído). A cidade surge como mercadoria a ser consumida e, assim, seus fragmentos são comprados e vendidos no mercado imobiliário – aqui a moradia é uma mercadoria essencial à reprodução da vida.

Porém nesse processo, revela-se também o momento da produção do espaço em que a cidade se produz como condição para a realização do ciclo do capital como possibilidade de realização dos momentos envolvidos e necessários da produção, circulação, distribuição e troca, o que exige a criação de lugares definidos com características próprias a esse movimento de acumulação.

Essas estratégias orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço e, através dele, os interesses dos diversos setores econômicos da sociedade que visualizam no espaço a condição de realização da reprodução econômica – aqui os lugares da cidade aparecem enquanto lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Mas cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando) para realizar pron-

tamente seu fim, que é a acumulação continuada. Dessa forma, a urbanização revela-se como produção da mercadoria-espaço.

No segundo momento – o atual – o circuito de realização do capital (nos termos assinalados do movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro) redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário. É o momento histórico no qual a reprodução, estabelecida no plano global, orienta os processos locais (a produção do espaço na metrópole), e a distribuição dos lucros advindos do solo urbano (pelo consumo produtivo) estende-se por toda a cidade. Trata-se da distribuição internacional da mais-valia produzida no processo local de produção da cidade como decorrência da flexibilização do solo urbano no contexto de realização do ciclo do capital. Esse movimento, todavia, não exclui a continuidade do primeiro.

Isso significa dizer que, no momento atual, o setor financeiro apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo, ao passo que o setor imobiliário (aliado à indústria da construção civil) reproduz o espaço, constantemente, enquanto mercadoria consumível. É o espaço que viabiliza a realização do ciclo do capital, tanto do processo produtivo, quanto da produção da cidade em sua dimensão material. Sob o movimento do capital financeiro (no quadro do aumento da competitividade no plano mundial), a diminuição dos custos de produção é fundamental.

Diante da escassez deste imóvel – que adquire novas especificações compatíveis com o desenvolvimento da economia – e do acúmulo de dinheiro, o capital financeiro será aplicado na produção dos edifícios destinados à realização da “nova economia”. Ao fazê-lo, todavia, aponta a realização da cidade como negócio, permitindo a circulação desse capital em potencial, agora empregado no projeto do imóvel. A nova economia não vai viabilizar a compra do imóvel, mas seu aluguel, o que, por sua vez, vai realizar o “juro” do capital investido na edificação, e, com isso, o investimento no solo urbano (condição da produção do edifício corporativo) ganha liquidez, superando sua antiga condição de fixidez.

O processo de valorização, aliado às estratégias dos empreendedores imobiliários, reproduz um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital – com a produção de edifícios de escritórios, hotéis e *flats* – promovendo a distribuição dos lucros advindos da construção do espaço urbano sob a forma de produto imobiliário no plano internacional, e redefinindo o sentido do espaço no campo da reprodução do capital.

O momento atual sinaliza uma mudança no modo como o espaço urbano participa da acumulação, pois o solo urbano muda de sentido superando sua condição de fixidez do setor imobiliário, num mundo de domínio do capital financeiro como orientador do processo de acumulação. O imobiliário ganha fluidez – e em termos econômicos, liquidez – e os lucros nos negócios urbanos redistribuem-se no mundo, uma vez que a produção do espaço no plano local define-se por estratégias globais. A mobilização do solo urbano acompanha, portanto, as transformações no processo de reprodução atual comandado pela lógica do capital financeiro, que atua por meio das políticas urbanas, através das quais o Estado assegura a reprodução. As renovações urbanas apontam, por exemplo, uma forma de se cooptar a cultura, subsumindo-a ao mundo da mercadoria para alavancar o processo de transformação espacial como momento da acumulação.

Assim, a reprodução do espaço ocorre pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação, que reproduz o espaço enquanto condição/meio/produto da produção capitalista de mercadorias, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento. Refiro-me à sua produção como raridade, consequência da intervenção direta (econômica e política) que reproduz o espaço-mercadoria em outro plano, que é o da produção especificamente espacial. No plano do lugar, o projeto neoliberal como orientação destina o espaço – ou o que resta de vazios na área urbana – para a circulação do automóvel, para a produção de moradias, ou seja, dos condomínios que abarcam agora várias classes de renda, fazendo explodir a cidade e ampliando seus limites. Nelas justapõem-se a pobreza e os conjuntos fechados com altos muros, revelando as novas estratégias de acumulação redefinidas pelo capital industrial/financeiro sob a mediação do mercado imobiliário, e criando o espaço urbano contraditório. Assim, a descontinuidade dos espaços cria a dialética concentração-dispersão.

A realidade urbana é aquela da explosão da cidade, da extensão desmesurada da periferia e da mudança de sentido do espaço na reprodução. Desse modo, a periferia contempla contraditoriamente várias classes de renda, várias formas de ocupação e a expulsão das áreas de pobreza como necessidade de valorização.

O processo de industrialização que produziu o mundo da mercadoria se supera por um novo momento da acumulação, representando um salto na his-

tória da acumulação. A mundialização como horizonte orientador da prática coloca como questão o fato de que o processo de acumulação, ao realizar-se, transforma-se. Com essa perspectiva romperam-se os laços com a história.

Tal situação se desenvolve a partir do aprofundamento da mundialização pela constituição da sociedade como urbana – o mundo tornando-se tendencialmente urbano, momento em que os valores da sociedade urbana vão se constituindo e se impondo de fora para dentro – enquanto ação e projeto de reprodução social global em todos os lugares, transformando, deteriorando e reformulando antigas relações socioespaciais para atender a uma nova ordem. Nesse movimento, incorpora fragmentos de espaço que se condensam conflituosamente. Em todos esses momentos da reprodução do capital, a interferência do Estado é fundamental e a sua ação desencadeia um processo de revalorização/desvalorização dos lugares, e com isso aprofundando o movimento de expulsão/atração de habitantes (em função de sua compatibilização com os movimentos de renovação), produzindo o fenômeno de explosão do centro, que é um movimento de expulsão dos habitantes em direção à periferia, reproduzindo-a num outro patamar.

Assim, o contexto histórico atual revela, também, a crise, não importando seu tamanho, como decorrência da crise estrutural do capitalismo. As metrópoles já aparecem como a representação mais bem acabada do caos. Ao mesmo tempo, essa realidade também produz um discurso sobre a cidade e um modo de superá-la. A crise urbana aponta, assim, para a necessidade de reabilitar os espaços, pois se trata de uma crise de desvalorização de áreas inteiras que precisam ser devolvidas ao mercado e, com isso a necessidade de inventar novas formas urbanas no sentido de reconstruir áreas degradadas sem pobres, agora destituídos de seus lugares, expulsos para periferias explodidas. Neste plano o espaço revela-se enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante, num espaço globalizado.

Mas a cidade em crise obriga à ação. Essa constatação funda o ato de planejar como necessidade e urgência, como ato administrativo destituído de seu sentido político. Isto é, a ideia de caos cria as bases para a gestão empresarial da cidade e a figura do prefeito-gerente para salvá-la projetando um modelo: aquele que aparece como produto perfeito da mercantilização não mais de parcelas do espaço, mas de toda a cidade “bem governada” em busca de um lugar

no futuro globalizado. Aqui o que se vende é a cidade, bem como um modo de gestão da cidade como uma empresa.

No plano do discurso, a “reforma urbana” – que aparece sob a forma fragmentar de renovação de parcelas da cidade, com a abertura de novas vias de trânsito, construção de pontes e viadutos, de grandes edifícios, ou mesmo de bairros fechados, constituindo as periferias implodidas – funda-se na ideologia do progresso e do moderno, onde a “chantagem de utilidade” (KOTANYI e VANEIGEM, 1961, p.215) permite forjar o “consentimento da população” para projetos espetaculosos como único caminho possível para superar o caos. Nesta perspectiva, o planejamento restabelece a eficiência econômica da cidade no movimento da acumulação.

A produção da cidade aponta, assim, uma finalidade: a reprodução das relações sociais de produção fundada no desenvolvimento das forças produtivas diante das possibilidades de realização da acumulação no âmbito da mundialidade entre áreas integradas/desintegradas como aprofundamento da divisão espacial do trabalho no âmbito do processo de acumulação, hierarquizando e diferenciando os lugares.

Assim, o processo de reprodução da sociedade esclarece as condições históricas que promovem o movimento que vai da produção do espaço como mercadoria à produção da própria cidade como mercadoria, implicando na mudança de sentido do solo urbano no processo de reprodução ampliada do capital com a crescente importância do capital financeiro como estratégia para aplacar a “tendência à baixa taxa de lucro”, imposta pelas transformações da composição orgânica do capital.

A construção da sociedade move-se, assim, em direção à construção de uma morfologia que exclui e segrega, a uma estética que degenera a rua, onde o lúdico como modo de apropriação esvai-se num universo em que o lazer, cada vez mais submetido ao universo da mercadoria, exacerba a segregação e impõe uma nova sociabilidade.

No processo de transformação da cidade em valor de troca, a relação espaço-Estado faz tábula rasa da prática socioespacial, inaugurando novos conflitos, produtos do estabelecimento de novas contradições: entre a apropriação e a dominação do espaço; entre o espaço público e o privado (sinalizando o eclipse da rua e a supressão de sua importância na constituição da sociabilidade); entre o aumento da possibilidade de comunicação entre espaços e pessoas e a diluição

das relações de sociabilidade; entre o espaço homogêneo da norma e o espaço fragmentado das estratégias imobiliárias; entre as novas relações sociais e a manutenção de antigas que sobrevivem residualmente em meio à implosão dos bairros; entre o direito à cidade como apropriação e o direito à cidade como existência dos bens de consumo coletivo.

Todavia, a existência de velhas e antigas relações sociais na cidade revela que o processo de produção do espaço urbano não homogeneiza todos os planos da realidade. A cidade produzida como fonte de produção de mais-valia aprofunda a contradição valor de uso-valor de troca, revelando a cidade produzida como exterioridade.

Num momento em que a técnica permitiu a superação de barreiras até então intransponíveis, mudando a qualidade do tempo e ultrapassando fronteiras nacionais, consolida-se cada vez mais as fronteiras urbanas encerrando populações, classes e grupos sociais em espaços muito bem delimitados e segregados. A fronteira como limite imposto pela existência da propriedade da riqueza e do poder cria praticamente a separação pela fragmentação dos espaços, que, sob o signo da mercadoria e da prática da mercantilização, produz os fundamentos do processo de produção do espaço como realização do processo de valorização assentada na negação do outro e baseado no exercício do poder de uma determinada classe.

A propriedade como fundamento e como produto do processo de produção do espaço, sob o capitalismo, delinea a tendência da submissão dos modos de apropriação do espaço ao mundo da mercadoria, e, conseqüentemente, a redução do conteúdo da prática socioespacial. Esses processos referem-se a uma nova ordem espaço-temporal, pois as relações de propriedade, ao se desenvolverem, criam os limites do uso e produzem a fragmentação dos espaços com a tendência à destruição dos espaços públicos, ao esvaziamento da sociabilidade, conseqüência da implosão dos bairros. A exacerbada concentração da riqueza no mundo moderno – como produto do estágio atual do desenvolvimento capitalista – realiza a potência da propriedade. No momento atual, a propriedade privada da riqueza tem como conseqüência a produção da cidade em suas novas formas de alienação.

Tal comportamento atualiza a afirmação de Reclus segundo a qual:

[...] um fato domina toda a civilização moderna; o fato de que a propriedade de um único indivíduo pode aumentar indefinidamente e até mesmo, em virtude do consentimento quase universal, abarcar o mundo inteiro. O poder dos reis e imperadores é limitado, o da riqueza não o é (RECLUS, 1984, p.75).

Nesta direção, a problemática urbana contempla a teoria da alienação saída da análise da realidade concreta em seus vários níveis – econômico, político, social e urbano – apontando a cidade produzida como exterioridade, percebida como estranhamento e privação, e concebida como geométrica – potência estranha. A negação do outro – daquele que nos é estranho e que aparece como diferentemente localizado na sociedade moderna – revela uma nova urbanidade.

Aqui o modo de vida urbano comporta um sistema de objetos em sua obsolescência planejada, que se apoia no estabelecimento de um conjunto de valores que redefinem comportamentos sob a mediação das coisas e das instituições, impondo a supremacia do objeto na determinação das relações sociais. Nessa situação, a mercadoria aparece como figura autônoma dotada de vida própria em relação aos homens, processo que se expande mundialmente contaminando todos os pontos do planeta, trazendo profundas mudanças nas relações tradicionais e forjando um novo tipo de identidade criadora de uma nova urbanidade. A subsunção de todas as relações a essa mediação contribui para a construção do individualismo moderno ligado à implosão das orientações socioculturais no seio da mundialidade.

A TRANSPARÊNCIA DO ESPAÇO COMO PROBLEMA

O processo acima apontado nem sempre se esclarece. Imersos na aparente transparência do espaço, os conteúdos contraditórios da realidade social podem ser obscurecidos pela Geografia Urbana. É assim que, sem mediações: a) o espaço urbano torna-se imediatamente meio ambiente urbano; b) o crescimento econômico transforma-se em desenvolvimento social; c) o cotidiano traduz-se, imediatamente, em modo de vida preso exclusivamente ao plano do vivido, tratado como subjetividade pura, em sua percepção individual da realidade; d) as práticas espaciais, genericamente analisadas em sua dimensão formal (marcando a paisagem lida com um texto), têm rebatimento imediato sobre o meio ambiente como decorrência imediata da naturalização dos processos sociais; e) o espaço público em sua dimensão de forma pura tem seu sentido reduzido à presença de equipamentos coletivos de lazer em praças e parques; f) a análise da paisagem limita-se às representações simbólicas, enquanto o sujeito coletivo reduz-se ao indivíduo encerrado em sua condição existencial (quando percebe o ambiente e se relaciona com o mundo como momento determinante de sua subjetividade, momento em que as narrativas existenciais substituem a com-

preensão da realidade, e a ação humana, reduzida à mera experiência pessoal, perde-se no mundo das alienações opacas); g) a fragmentação da vida e do espaço restabelece-se no plano do Estado pela gestão democrática da cidade; h) a segregação espacial como conceito reduz-se à forma urbana dos condomínios fechados; i) a busca de indicadores substitui a compreensão dos conflitos, inaugurando-se os modelos que pretendem detectar a "qualidade de vida", qualificando os "níveis de exclusão" que visam à orientação de políticas urbanas; j) o saber técnico erige-se como o conhecimento possível.

Legitimando essa lógica, muitas das análises apontam como fundamental, e mesmo indispensável, a necessidade de intervir na realidade através do planejamento urbano, que é justificado como único caminho capaz de restituir o processo continuado da valorização do capital. Esse espaço produzido de modo abstrato realiza-se como espaço geométrico e vazio – condição da ação planificadora que, fazendo tabula rasa da prática socioespacial, reduz sistematicamente a cidade ao seu quadro físico, inerte. Passível de intervenção, a cidade que se produz é portadora da ideia de que o cidadão confunde-se com o usuário de meios de consumo coletivo dispostos no espaço da mesma.

Desse modo, a "fé cega" no planejamento urbano representa a vitória da ordem calcada na racionalidade lógica que funda o saber técnico sobre a transformação, estabelecendo o fundamento da produção do espaço abstrato. Este, por sua vez, revela uma inteligibilidade forjada na sistematização como condição de realização da coerência como fim dos conflitos. No plano do conhecimento, trata-se do momento em que a racionalidade técnica domina a sociedade, justificando e legitimando a ordem estabelecida. Essa relação lógica não tem como pressuposto nenhuma realidade, mas se baseia apenas numa série de dados, informações que representam a realidade. Por fim, chega-se a um modelo interpretativo que se pretende verdadeiro, sintetizado na representação cartográfica e definidor das áreas de intervenção. O espaço vazio – puramente formal e representado em formas abstratas – revela um mundo sem relações sociais, um espaço sem um tempo, sem plano ou espessura, vazio de vida, reduzido a um código. Sem contradição, a quantificação se basta, criando modelos e indicadores que ganham foros de verdade e fundamentam o discurso que orienta a ação planificadora.

Nesse momento podemos visualizar o seguinte: a) o plano diretor e o planejamento urbano aparecem como solução dos conflitos existentes, ocultando

choques de interesse; b) a legislação urbanística surge como instrumento de distribuição mais justa dos equipamentos e serviços na cidade; c) o desenvolvimento sustentável aparece como alternativa para o desenvolvimento de atividades capazes de trazer benefícios imediatos aos sujeitos sociais envolvidos; d) o turismo como solução para superar as condições adversas da economia revela um movimento de análise, que vai da consciência do espaço tornado mercadoria nos processos de constituição/reprodução da cidade capitalista para a produção do conhecimento viabilizando a venda do espaço; e) a implantação dos conselhos comunitários e da gestão participativa encobre a necessidade da crítica ao Estado e à política de Estado.

A ideologia urbanística, escreve Lefebvre (1971, p.144-145), é redutora da prática real, a prática dos cidadãos, que desaparece, destinada ao silêncio e à passividade. O urbanismo oculta sob a aparência positiva, humanista e tecnológica a estratégia capitalista, o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio. Essa estratégia oprime o usuário, o participante, o simples habitante. Ele é reduzido não apenas à questão do *habitar* (isto é, ao habitar como função), mas à função de comprador do espaço e, com isso, realizando a mais-valia. Desse modo o espaço torna-se o lugar de funções dentre as quais a mais importante é velada: formar, realizar, distribuir, de uma maneira nova, o sobreproduto da sociedade inteira (isto é, o modo de produção capitalista, a mais-valia global).

A ação política redefine e cria fronteiras no espaço como desdobramento da propriedade, separando o vivido do concebido que sustenta a ação política. As fronteiras produzem os espaços de integração-desintegração no que se refere à produção imediata do valor, impondo uma hierarquia de fora para dentro: do centro da reprodução, no âmbito do mundial, sob a égide da valorização do capital, reproduzindo formas de segregação-integração. O espaço integrado serve de metonímia – atua por redução. Ele é a cara, o conteúdo e o sentido do discurso sobre a cidade. Os lugares dissimulam os conteúdos do processo de produção, bem como os conteúdos, os sentidos e as estratégias do capital, além das alianças e o modo como os processos de valorização se expande, tomando o espaço como centro do processo de valorização, e com isso, a realização da propriedade privada da riqueza social.

Como consequência, o plano do vivido revela-nos que as opressões não reconhecidas assediam a vida urbana, regularizando, ordenando, e direcionando

as ações. As câmeras de vídeo espalhadas pela cidade invadem a privacidade, e a contestação, criminalizada, é reduzida ao silêncio. Vigiada, esta sociedade defronta-se com o esvaziamento não só do sentido do espaço público – o que tem por consequência a redução da esfera pública à democracia representativa –, mas também da qualidade dos espaços privados, nos quais o *voyeurismo* (refiro-me como exemplo ao sucesso de Big Brother Brasil) dissimula a deterioração das relações familiares, bem como a participação passiva do cidadão na vida nacional e local.

Submetida à ideologia da técnica como libertadora dos limites da prática espacial no plano do vivido, a pós-modernidade vai se estabelecendo de forma incontestável com esses conteúdos.

A ilusão da transparência do espaço é, no final das contas, aquela do poder que transparece e que se dissimula sob a organização do espaço, eliminando tudo o que se opõe a ele pela violência aberta. A transparência refere-se, portanto, à análise lógica, sob a ideia da coerência, coesão, equilíbrio e regulação, ou seja, refere-se ao espaço puramente formal. A visibilidade confunde-se com a inteligibilidade lógico-matemática.

A exigência de uma interpretação materialista do espaço e, conseqüentemente, do tempo, permite avançar na direção da compreensão da produção do espaço social, focando o sujeito produtor em suas condições históricas determinadas. A potência do pensamento sobre a cidade enquanto momento de produção do espaço abre perspectivas de análise que permitem compreender o mundo moderno em profundidade na consideração da práxis como determinante da constituição da humanidade do homem. Isto é, ao longo da história, a produção do espaço como momento indissociável da produção da sociedade identifica o processo como aquele da autoprodução da sociedade.

O caminho de uma Geografia Urbana crítica – a metageografia –, questionando as transformações da realidade urbana e a pertinência/necessidade de superar conceitos, aponta para a indissociabilidade de dois conjuntos de problemas: de um lado a cidade real e concreta vivida em suas cisões como produto prático da produção do espaço abstrato que se transforma na velocidade das condições impostas pela técnica e, de outro, a constituição de um pensamento sobre a cidade, desvendando seus conteúdos na complexidade e unidade da vida social.

Deste modo, a noção de produção permite pensar não só na orientação do processo de produção do espaço como mercadoria no contexto da lei do valor

e da realização da propriedade, ao desenvolver até quase o limite o mundo da mercadoria, mas também encontrar os momentos na vida cotidiana em que o percebido pode construir o caminho da consciência da alienação e das formas de sua superação como negação do mundo como mercadoria. Como exemplo desses momentos mencionados acima estão as lutas em torno da produção do espaço focando a apropriação como negação da propriedade e da ordem burguesa que nela se funda.

A análise urbana caminharia, assim, no desvendamento dos processos constitutivos da produção do espaço social. Nesta perspectiva, a realidade social aparece como prática socioespacial e espaço-tempo da ação, o que nos obriga a pensar sobre o sentido e o conteúdo dessa ação, da indissociabilidade entre a produção do espaço e da produção-reprodução da vida social. Assim a problemática espacial esclarece a produção do espaço como momento do processo de reprodução da sociedade capitalista, apontando as contradições deste movimento capaz de iluminar os resíduos – momentos nos quais a vida reage ou escapa à capacidade homogeneizante do capital e ao poder do Estado. Portanto, a produção da cidade pode ser o espaço fundante no qual ganha sentido e significado a vida, revelando o ser humano vivendo em suas cisões profundas, numa prática socioespacial que permitiria pôr fim às abstrações.

A análise envolve, deste modo, o ato em si real e concreto da produção material do espaço que aponta: a) a tendência ao domínio quase completo da forma mercadoria e do modo como a abstração concreta exerce influência na vida cotidiana pela orientação da produção da cidade como negócio; b) a sub-sunção da vida à forma mercadoria como prática real e concreta, como realização da felicidade, isto é, um conjunto de atos que delinea a vida mercantilizada e o homem tornado mercadoria; c) o que residualmente escapa ao domínio da mercadoria sob a égide do uso; d) as novas relações sociais espaço-tempo no contexto do processo de financeirização, que redefine as relações sociais pela mediação tanto do planejamento estratégico, quanto pelo planejamento democrático da cidade.

Com isso, chega-se à alienação espacial, que é um movimento que sinaliza a orientação do processo de produção do espaço urbano como passagem do uso e valor de uso ao imperativo do valor de troca, como momento necessário da acumulação capitalista. Portanto está posto como desafio para a análise a necessidade de superação das cisões da realidade e do pensamento que acompa-

nha a crise da cidade, o que requer a construção de um caminho para superar esse estado crítico.

AINDA UMA ÚLTIMA REFLEXÃO

Se for possível chegar a alguma conclusão sobre esses vinte anos de Simurb, podemos afirmar que o que chama atenção, além do esfacelamento das análises sobre a cidade, é que o pensamento de esquerda na Geografia Urbana brasileira tem se realizado apenas residualmente, além de estar sob forte ataque. Isso se revela sob a forma do preconceito contra o pensamento dialético que sinaliza, na realidade, a negação da importância do pensamento teórico na constituição do pensamento geográfico do mundo moderno. Essa desvalorização é produto de um novo tempo que impõe a efemeridade, que invade a pesquisa imersa na ideologia da "produtividade" (produtivismo), orientando a atitude acadêmica em relação à recusa do ato de pensar. A essa atitude soma-se o comportamento que prende o pesquisador ora a um "fragmento da realidade", ora a um "nível" dessa realidade. Fragmentada, a análise urbana submete-se à potência do processo de abstração que invade a análise da sociedade como um todo.

Sem debate e confronto de posições, caminhamos na direção da construção de uma atitude que nega a ação do pensamento. Portanto, a negação do conhecimento como crítica dos discursos que embasam a ação política mantém a ordem do mundo dominada pela racionalidade do mercado, momento em que a tecnicidade serve de alibi para a tecnocracia.

Na Geografia estabelece-se uma tendência de substituição da crítica ao planejamento pela aposta nele como consequência necessária para superar as situações de conflito e como possibilidade transformadora do mundo. Com isso, encobre-se a questão de que os fatores de manutenção das relações de produção degeneram e deterioram a vida humana.

A crença no planejamento e a fé no Estado, como possibilidade de transformação da realidade, sinaliza a vitória da lógica contra a dialética, o aprisionamento no real em busca de uma compreensão do mundo em sua negatividade. Na contramão dessa crença, a razão dialética descobre o direito à cidade (aquele que nenhuma mercadoria pode satisfazer) como negatividade na direção da construção de um projeto de uma outra sociedade. Acreditar no capitalismo como possibilidade de estabelecer os termos de superação da condição do homem enquanto consumidor coloca-nos diante de um futuro sombrio.

“Se o intelectual é uma figura em via de extinguir-se”, escreve Chauí (2006, p.30), uma das causas é

[...] a ausência de um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente (...). O recuo da cidadania e a despolitização produzem a substituição do intelectual engajado pela figura do especialista competente cujo suposto saber lhe confere o poder, para em todas as esferas da vida social, dizer aos demais o que fazer, o que sentir e esperar.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- KOTANYI, Attila; VANEIGEM, Raoul. Programme élémentaire du Bureau d'urbanisme unitaire. In: *Internationale Situationniste*. Paris: Fayard, n.º 6, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. *O fim da história*. Lisboa: Dom Quixote, 1971.
- RECLUS, Élisée. A propriedade e a exploração da terra. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985, pp. 75-98.

Recebido em: 02/08/09

Aceito em: 13/10/09

URBANIZAÇÃO CRÍTICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

AMÉLIA LUISA DAMIANI
Departamento de Geografia
FFLCH Universidade de São Paulo -USP
e-mail: ameluisa@usp.br

Aos meus professores, José de Souza Martins,
Manoel Fernando Gonçalves Seabra,
Armando Corrêa da Silva e Pasquale Petrone.

RESUMO

O presente texto privilegia uma perspectiva de essencialidade, na tentativa de conceber a urbanização crítica e a produção do espaço, sendo que a urbanização crítica apresenta-se como um momento determinado da produção do espaço. De um lado, a realidade social, prática e contingente; de outro lado, sua direção processual e essencial definem a totalização do urbano pela economia e o urbano economizado; base do aprofundamento de crises sociais. A metrópole de São Paulo, empiricamente, sugere este estágio da atualização econômica, através da produção do espaço. A Geografia Urbana insere-se nesse debate, incluindo seu fundamento abstrato-concreto.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização crítica. Produção do espaço. Urbano economizado. Metrópole de São Paulo. Rodoanel Mário Covas.

CRITICAL URBANIZATION AND THE PRODUCTION OF SPACE

ABSTRACT

This paper adopts the perspective of essentiality in an attempt to grasp critical urbanization and the production of space, the former treated as a determinate moment of the latter. On the one hand, there is social reality, practical and contingent; on the other hand, social reality's essential and process-like di-

rectionality composes the totalization of the urban through economy as well as the economicized urban, which is the source of the deepening social crisis. Empirically, the metropolis of São Paulo suggests this stage of economic expansion through the production of space. Urban geography takes part in this discussion, which includes its abstract-concrete foundations.

KEY WORDS: Critical urbanization. The production of space. Economicized urban. Metropolis of Sao Paulo. Mário Covas beltway.

DOS ELEMENTOS DA URBANIZAÇÃO CRÍTICA

O percurso a seguir inicia-se pelos fundamentos básicos para o desenvolvimento do tema, que pretende localizar e não autonomizar a questão da urbanização, ao fazer a tentativa de examinar sua pertinência real e seus termos, no interior das contradições sociais, que definem a sociedade moderna. O cunho do movimento do texto expressa a opção por sua abrangência, em termos conceituais, aproximando-se do que caracterizamos como o ponto de vista essencial.

Trata-se de um percurso em direção ao conceito de urbanização crítica, como momento necessário da elucidação da produção do espaço. É um trajeto, de certa duração, no corpo dos trabalhos desenvolvidos, condição da busca e do chamamento no âmbito de um conhecimento crítico, que contém, embora não se acomode, às ciências particulares; neste caso, a Geografia. Certamente, expõe a necessidade da transdisciplinaridade.

A dificuldade vem de falências de uma razão libertadora, quando a razão se instrumentaliza. A universalidade do conhecimento, como manifestação do sentido positivo e universal da experiência humana, na sociedade moderna, anunciada desde o século XVII, através de Descartes, vai sendo consumida pela implicação desse conhecimento na perpetuação desta sociedade como finalidade última eternizada. Se o sujeito racional se vulnerabiliza, o sujeito revolucionário também se vê cativo de uma práxis social fragmentadora; nem a mercadoria, nem o dinheiro, nem as formas de exploração do trabalho foram superados. Ao contrário.

O século XX testemunha, entre lutas e crises sociais demarcatórias, mais de uma utopia antirracionalizadora, buscando o acervo libertador na força da imaginação, como nos casos do dadaísmo, do surrealismo, do letrismo, dos existencialismos... Expunham a redução da consciência e do corpo individuais

e sociais, humanos, ativando o sentido desse terrorismo, centralizado e potente, com a impulsão dos imperialismos, e, ao mesmo tempo, difuso e subterrâneo, intersticial, redutor da existência, da vida cotidiana; este nível da prática social, o cotidiano, que se distancia da força dos acontecimentos históricos.

A razão e a práxis revoltas expõem as possibilidades e impossibilidades do devir social e, internamente, incluem a necessidade de um pensamento crítico sobre a urbanização da sociedade, implicado no desvendamento das contradições espaciais.

A produção do espaço é totalizada pelos negócios da urbanização.

A ciência do espaço, de fundo físico-matemático, cartesiana, é serventia de estratégias espaciais de domínio da natureza, das forças produtivas sociais, mas não de sua apropriação social. Instala-se um pensamento formal sobre o espaço que sujeita as práticas sociais; ele definido definitivamente como coisa estendida, espaço neutro a abrigar objetos, ações, situações diversas, determinando sua universalidade abstrata.

Assim, o pressuposto é o do consumo e da consumação da ciência espacial, inserida no processo do capital; daí a exigência crítica de fazê-la aparecer, incluída e superada, no interior de uma concepção sobre a produção do espaço.

Trata-se de situar e dialetizar a urbanização e a abrigar numa concepção de espaço, que enriqueça lógica e socialmente a apreensão de seus conteúdos e a aprofunde, conceitualmente, como urbanização crítica.

Fizemos este esforço, incluindo-o metodologicamente no que poderia ser definido por redução estrutural, combinando três complexos analíticos, sendo que cada um deles contém sintética e dialeticamente elementos com nexos contraditórios e em estreita conexão com os demais complexos (CANDIDO, 2004). São eles:

1 – A crise do trabalho, contida na crise do capital. Esta crise se manifesta como desemprego maciço; aumento da composição orgânica do capital dos empreendimentos econômicos, que reduz proporcionalmente o trabalho vivo da referida composição; uma economia de “sobrevivência”, em novos moldes, pois, diante da crise do trabalho, setores produtivos e de serviços, de baixa composição orgânica do capital, são mantidos e, pulverizadamente, ampliados, lembrando que a economia brasileira sempre conteve essa presença. Daí todas as formas de dualismos explicando-a: a formalidade e a informalidade do trabalho; mais recentemente, a exclusão e inclusão produtivas dos trabalhadores...

Encontra-se aqui a concepção de proletarização e ela abriga fundamentalmente a realidade da negatividade absoluta do trabalho: o colocar-se à disposição de um processo econômico abstrato dominante.¹

Aproveitando a enorme reserva criada pela própria industrialização, como ‘informal’, a acumulação molecular–digital não necessitou desfazer drasticamente as formas concreto-abstratas do trabalho, senão em seus reduzidos nichos fordistas. Realiza, então, o trabalho de extração de mais-valia sem nenhuma resistência, sem nenhuma das porosidades que entravam a completa exploração... Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção (OLIVEIRA, 2003, p. 136/142, grifo nosso).²

¹ Sobre a sociedade brasileira atual e a dialética da malandragem, Arantes, dialogando com Roberto Schwarz e Antonio Candido, escreve: “[...] vantagem civilizatória de uma sociedade que ganha em ‘flexibilidade o que perde em inteireza e coerência’ [...] Esse mundo aberto, no qual se destacaria a contribuição milionária de nossas idiossincrasias, obviamente não veio. E, se caso chegasse, encontraria a dialética brasileira da malandragem de ponta cabeça”. “[...] um agravamento tal da espoliação e desamparo dos indivíduos flexibilizados a ponto de assumirem cada vez mais os traços dos ‘homens precários’ da periferia. Precários, porém altamente maleáveis e plásticos na sua informalidade de nascença.” “[...] ‘o nosso fundo não burguês se mostrou apto, também, a servir de legitimação ao capitalismo sem lei nem cidadania trilhado no país [...] em boa paz e sem susto para a consciência, o pé na irregularidade convive com a disposição prestativa’, mas só até que essa constelação cordata e otimista seja contestada pela ‘pobreza, o desemprego e, sobretudo, pelos primeiros cadáveres boiando no rio que corre ao lado da favela. O aspecto da vida popular que irá prevalecer é outro.” (ARANTES, 2004, grifo do autor). A crise do trabalho aparece como fluidez de formas de identificação do proletário, como modos de sobrevivência possíveis: a de bandido, a de evangélico, a de trabalhador. Transitando como sujeito híbrido. (ANDRÉ, 2009). No mundo, inclui parcela significativa dos potenciais “operários” disponíveis às velhas e novas máfias. (SILVA, 2009). Colette Petonnet (1978) adverte que os termos proletariado, néo-proletariado, sub-proletariado, restritivos, mesmo impróprios, são insuficientes, mas serão utilizados, na falta de melhor termo. “Trata-se, com efeito, não da classe trabalhadora, nem dos trabalhadores imigrados, mas dos meios sub-proletários, que sabemos, por experiência, que são desconhecidos e mal julgados.” O mérito de sua interpretação está em não tentar circunscrever apressadamente os limites e as características desse proletariado, que é objeto de sua análise, isto é, não se intimidar com uma realidade fluida e complexa a respeito dele; e, ao mesmo tempo e contrariamente, anotar a forma rígida através da qual o restante da sociedade o nomeia e se relaciona com ele.

² Com a revolução molecular-digital ou informática: “Aterrissando na periferia, o efeito desse espantoso aumento da produtividade do trabalho, desse trabalho abstrato virtual, não pode ser menos que devastador... A tendência à formalização das relações sociais estancou nos anos 1980, e expandiu-se o que ainda é impropriamente chamado trabalho informal [...] a desconstrução da relação salarial que se dá em todos os níveis e setores. Terceirização, precarização, flexibilização, desemprego a taxas de 20,6% na Grande São Paulo – dados de 2003 [...] –, e não tão contraditoriamente como se pensa, ocupação, e não mais emprego [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 142). “A massa problemática e ‘perigosa’ da sociedade não é mais definida por sua posição no ‘processo de produção’, mas por sua posição nos âmbitos secundários, derivados, da circulação e da distribuição. Trata-se de desempregados permanentes, de destinatários de operações estatais de transferência ou de operadores de serviços nos domínios da terceirização, até chegar aos empresários da miséria, os negociantes de rua e os coletores de lixo. Essas formas de reprodução são, segundo

2 – As cidades passam a constituir espaços privilegiados da produção mercantil do espaço, internalizando a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro, incluindo o capital enquanto fictício. Não são espaços do homem-habitante como, por algum tempo, definia Le Lannou, nem, exatamente, espaços do homem-produtor e do homem-consumidor, como avaliava Pierre George, mas espaços do *habitat* e dos negócios, que negam o homem; espaços de desumanização e sujeição social e individual. De modo fenomênico, as cidades tornam-se sujeitos sociais³; em sua essencialidade, é o processo de urbanização, tendo como fundamento a proletarianização absoluta. Não há um sujeito e seu *habitat*, como moradia degradada; há o *habitat*, negando o habitante, no interior de uma economia, que nega, contraditoriamente, o trabalho. Dialecticamente, aparecem como necessidade de moradia e necessidade de trabalho. Dizer que o habitar se transforma em *habitat*, significa dizer que o habitante é negado como sujeito, em prol do negócio imobiliário e todas as suas extensões econômicas e políticas.

É necessário compreender que o setor imobiliário não é exatamente uma especialidade de negócios, mas movimenta capitais de outros setores produtivos e financeiros, a ele acoplados por sua rotatividade financeira especulativa, em potencial, o que expõe a expansão de aquisições de propriedade da terra

critérios jurídicos, cada vez mais irregulares, inseguras e amiúde ilegais; a ocupação é irregular, e as rendas transitam no limite do mínimo necessário para a existência ou até caem abaixo disso” (KURZ, 2004, p. 10). “Em outras palavras, o trabalho como o antagonista do capital – isto é, daquele que se auto-afirma globalmente como o ‘capital social total’, e que só pode ser a ‘totalidade do trabalho’, em uma escala global – submete a si todas as suas parcelas e variedades, seja qual for a sua configuração socioeconômica no presente estágio da história.”... A proletarianização da sociedade afirma-se como um processo contínuo ... “O desemprego é endêmico e ubíquo; não encontraremos hoje um único país que não o tenha em grau crescente.” Na Índia, há 336 milhões de desempregados. (MÉSZÁROS, 2007, p. 71-72).

³ As cidades emergem “como *locus* privilegiado de articulação entre instituições políticas, agentes econômicos privados e organizações não-governamentais.” Nas questões sociais e econômicas a cidade adquire um protagonismo: adotando estratégias de competitividade na atração de investimentos e os poderes locais devem promover essas possibilidades de inserção nos espaços econômicos globais. Entre os itens de inserção: a promoção econômica para o exterior e a concepção e implementação de projetos urbanísticos (BARRETO, 2004, p. 12-16). Os projetos de desenvolvimento municipal definem uma mutação do modelo tecnocrático centralizado, equivalendo à desconcentração dos poderes técnicos, até mesmo descentralização política, administrativa e orçamentária. Constituem-se as “hierarquias administradas”, definindo, sobretudo, os termos da “governança’ local, da organização que permitirá produzir uma cidade cujo funcionamento será conforme ao que se espera num conjunto macroeconômico nacional reestruturado”, e que envolve conceber projetos urbanos, cuja base é o tratamento da cidade como empresa-cidade (OSMONT, 1995, p. 281).

urbana, por multinacionais e outras grandes empresas, da área produtiva e bancária.⁴

A concepção de situação geográfica, enquanto redes e fluxos de relações potenciais, a partir de um processo de centralização, mobilizada pelo concurso de uma economia política do espaço, ganha uma importância estratégica no sentido econômico e político e nos fornece o auxílio metodológico para o exame das circunstâncias metropolitanas, sobretudo, como conjunto, como totalidade, sempre móvel e propondo novos ou renovados territórios econômicos, como uma geografia do movimento (GEORGE, 1984, p. 221, grifos do autor), inserindo “a produção de novas configurações espaciais como um ‘momento ativo’ dentro da dinâmica temporal global da acumulação e da reprodução social” (HARVEY, 1990, p. 377).

3 – Esta profunda destituição da humanidade do homem é, ao mesmo tempo, a “naturalização” do humano. Scalzone diz “A crítica ecológica compreendeu na raiz uma das questões centrais de nossa época: a relação entre modernização e catástrofe” (MARTINE-SCALZONE e SCALZONE, 1990, p. 228, grifos do autor).

Há uma exaltação da natureza e do natural, preenchendo o vazio de projetos políticos de superação de inúmeras crises sociais.

Entre as novas gestões territoriais, afirma-se, como seu fundamento, a concepção de sustentabilidade. O interessante é o seu navegar entre a utopia e uma poderosa ideologia. Há uma profusão de novos entes jurídicos como as ONGs, Organizações Não Governamentais, que ganham notoriedade com a proteção ambiental e suas leis, que, por sua vez, se expandem através de áreas de proteção ambiental e tantas outras políticas de conservação e preservação ambientais, incluindo o ambiente urbano. Ao nível administrativo, uma linguagem oficial afirma essa presença como necessária. A gestão ambiental, que, no caso de São Paulo, abre-se a novos limites territoriais, como aquele das bacias hidrográficas, está presente nos planos diretores, no planejamento estratégico, nas fórmulas internacionalizadas de gestão urbana. Um ideário de equilíbrio do crescimento urbano, ou, pelo menos, de gestão sustentável de territórios intra-urbanos, preenche os limites de gestões urbanas anteriores que se demonstraram ineficazes. Alteram-se as formas de gestão, mas elas têm um elo íntimo, em comum:

⁴ No mercado imobiliário, define-se como investidor institucional.

a afirmação do Estado, de um lado; e, de outro, sua metamorfose em parcerias público-privadas. Todas as formas de privatização correntes não significaram a superação do Estado, mas sua deterioração e metamorfose.

A noção de sustentabilidade, que atravessa a ciência, como ciência ambiental, o discurso administrativo oficial, novos projetos urbanísticos internacionais – como os polígonos auto-sustentados em Barcelona⁵ –, refaz o ideário da busca do equilíbrio e da ordem, num reconhecimento do estado crítico da sociedade, mas numa versão reformista de sua superação; o movimento social real, essencialmente econômico, envolve processos acumulativos, resistentes; que podem ser, deste modo, inclusive, estimulados.

A potência ideológica do ambiental é extremamente paradoxal, pois, em São Paulo, chega a ser justificativa do Rodoanel Mário Covas, um projeto setorial da área de transportes, alçado a Projeto Estratégico⁶, definindo um sistema viário perimetral, que circunda a metrópole de São Paulo, na altura do que é designado por anel peri-urbano; dividido em 4 trechos, sendo que o Trecho Oeste já está em funcionamento (desde 2002) e o Trecho Sul está em produção; nesses dois trechos, já são 90 kms de estrada previstos. Faltam os trechos Norte e Leste, fechando o circuito por volta de 175 kms, distantes de 20 a 40 kms do centro histórico de São Paulo; sendo que o Trecho Sul já

⁵ O seminário “Márgenes urbanos: transformaciones recientes en Barcelona”, realizado de 14 a 28 de fevereiro de 2005, em Barcelona, na Universidade evoca a força institucional e política deste argumento. Conserva-se a proposta de polígonos industriais renovados nessas áreas, configurando a ideologia do crescimento econômico sustentável em toda Barcelona. Tanto em Palau, como na Mina e nos últimos municípios, é recorrente a observação de extensas áreas residenciais nas margens metropolitanas, complementares ao projeto centralizado de uma Barcelona aberta aos novos negócios europeus, também produtor de novas centralidades, como o projeto 22@, em Poblenou. Áreas aburguesadas, menos frequentes, como em Cugat, dividindo espaço com centros logísticos de grandes empresas e áreas de habitação popular adensadas, como em Quirze, Sabadell, Palau, Mina... E, em todo lugar, a Barcelona em obra: a tentativa de mobilizar a propriedade e os negócios com vistas a mercados internacionais, e uma certa resistência representada pelos usos cotidianos dos amplos espaços para moradia. (seminário: “Márgenes urbanos: transformaciones recientes en Barcelona”, realizado de 14 a 28 de fevereiro de 2005, em Barcelona, relativo ao projeto “Globalización y Transformaciones Socio-Espaciales en las Metrópolis del Siglo XXI: Barcelona y São Paulo”, missão 2005, sob coordenação de Ana Fani Alessandri Carlos e Carles Carreras Verdaguer).

⁶ Ao nível das representações, as resistências, especialmente de mobilização em torno do meio ambiente, reconstituíram o projeto como Programa Estratégico do Rodoanel, compreendendo novas formas de gestão, como planos de manejo das áreas mais vulneráveis, desse ponto de vista, reconduzindo à antítese entre qualidade ambiental e espaços sociais degradados.

precipita uma ligação possível com o que se constituirá como Trecho Leste⁷, e assim sucessivamente.

A questão substantiva é se o problema ambiental pode ser autonomizado da concepção de produção do espaço. Profundamente ideologizado e inserido nas estratégias econômicas relativas à produção do espaço, seria precário destacá-lo desta noção de totalidade, embora analiticamente tenha derivações particulares a serem examinadas. Como fundamento da devastação ambiental há que considerar uma sociedade com princípios cumulativos, ou melhor, acumulativos e abstratos, de raiz econômica, e descriminalizar a população proletarizada e suas práticas, como agente poluidor.

Em espectro podemos pensar a questão ambiental, em desnível, pois absorve de utopias a ideologias, com fundamentos reais num sistema econômico cujas relações históricas e sociais estão subordinadas ao econômico. Neste sentido, segundo Mészáros (2007, p.238), o “capitalismo deve ser desafiado como modo de controle sócio-metabólico”.⁸

Inversamente, para justificar uma rodovia assim extensa e seu sentido, na base de uma nova plataforma logística para os negócios metropolitanos, ela

⁷ “Destaca-se, nesse sentido, a medida de duplicação da Av. Papa João XXIII, como obra essencial ao bom funcionamento do Rodoanel e à sua interligação com a futura Av. Jacu-Pêssego prolongada [...] A localização de indústrias de grande porte na região sul da RMSP, incluindo os municípios do ABCD, não se mostra mais uma tendência forte. Mais provável é que a operação do Rodoanel beneficie a região leste da metrópole, considerando a efetivação do prolongamento da Av. Jacu-Pêssego, através de São Paulo e Mauá. Este último município será especialmente beneficiado com os efeitos positivos em termos de acessibilidade e atratividade decorrentes da implantação destes dois empreendimentos.” (Programa Rodoanel Mario Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental, 2004, volume 5, p. 135 e 137)

⁸ “Somente um sistema de reprodução sócio-metabólica racionalmente planejada poderia mostrar o caminho para além das contradições e perigos dessa situação de apuros historicamente produzida...verdadeiramente global e não apenas com as dificuldades de coordenação e intensificação positiva das forças produtivas de países particulares.” A racionalidade sustentável aparece para o autor como determinação inerentemente qualitativa (aspectos qualitativos da administração de uma ordem reprodutiva humanamente viável. “Pois tão logo seja preciso admitir que o tempo histórico humano não é mensurável nos termos de permanência da natureza, para não mencionar o fato de que a própria temporalidade duradoura da natureza em nosso planeta está sendo catastróficamente minada pela contínua intervenção destrutiva de forças socioeconômicas perversas, ... potencialidades e limitações do tempo histórico real ...”. Define como necessária uma ordem social alternativa sustentável, dada a usurpação devastadora da natureza pelo capital, somente enquanto transformação socialista sustentável. (MÉSZÁROS, 2007, p. 227/240-1, grifos do autor). Para Lefebvre, sobre as trocas de matérias e de energias subjacentes às trocas de bens materiais no seio da sociedade, haveria na sociedade socialista (Crítica ao Programa de Gotha) a regulamentação destas trocas orgânicas como lei reguladora da nova sociedade. Deve-se incorporar a cidade neste objetivo, como lugar de permanente agressão contra a natureza (LEFEBVRE, s/d, 149).

aparece induzindo o chamado efeito barreira, “inibidor da ocupação irregular”⁹ e do avanço do que foi convencionado como urbanização desordenada – ocupações irregulares, do ponto de vista fundiário e urbanístico: favelas e loteamentos clandestinos, a maioria –, que denota o que se definiu como anel periurbano.

O Rodoanel Mário Covas, como sistema viário perimetral, projetado e em execução, desde os anos 1990, atravessa a metrópole de São Paulo¹⁰ e passa a demarcar o círculo e circuito de realização e renovação potenciais de valorização econômica desta metrópole.¹¹ Ele nos fornece a imagem do perímetro urbano metropolitano que foi desenhado e está se implementando, formando um grande anel de valorização econômica do espaço. Ele determina um contexto e uma imagem espaciais de totalidade sobre a produção do espaço urbano e, imediatamente, ele alavanca um processo de expropriação social, próprio à acumulação primitiva do espaço, que forja o espaço de valorização.

Uma noção de conjunto da “realidade urbana economizada” torna-se mais patente se preenchermos essa imagem totalizante do Rodoanel Mário Covas com outros projetos, como aqueles das Operações Urbanas em São Paulo. Com vistas a apresentá-lo como um programa integrado de planejamento, depois de inúmeros debates sobre suas restrições, como projeto setorial, e dessa forma impactando a metrópole, sem estudos convenientes, foi realizada uma Avaliação

⁹ Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel. Governo do Estado de São Paulo, 2004.

¹⁰ O Projeto Rodoanel Mário Covas refere-se a um anel rodoviário metropolitano fechado, cortando as principais rodovias de acesso à metrópole, cuja produção é controlada pelo governo do Estado de São Paulo e pelo governo federal. O primeiro trecho, oeste, interliga a rodovia Régis Bittencourt com a estrada velha de Campinas, em Perus, passando pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco e Raposo Tavares, com 32 kms. Ele está concluído. O segundo trecho, sul, vai ligar a rodovia Régis Bittencourt com a rodovia Anchieta (passando pela rodovia Imigrantes), tendo por volta de 40 kms. Completam o circuito os trechos norte e leste. O rodoanel metropolitano envolve, além de São Paulo, mais 15 municípios. No trecho oeste, estão Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu e Osasco. No sul, Embu, Itapeverica da Serra e São Bernardo do Campo. No leste, Mauá, Ribeirão Pires, São Bernardo, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Guarulhos, Poá e Suzano. No norte, Guarulhos.

¹¹ Há uma metamorfose da funcionalidade da presença do trabalhador potencial na do morador temporário. A valorização e capitalização das periferias, inclusive reproduzindo formas de especulação financeira e fundiária, constitutivas de centralidades potenciais, acabam por levar a uma acumulação primitiva desses espaços; isto é, uma varredura dos seus usos e moradores existentes, em prol de novas estratégias e empreendimentos. Considerando a imensidão das periferias, as estratégias de expropriação devem ser gigantescas, a exemplo do Rodoanel Mário Covas, em São Paulo, que envolve potencialmente a metrópole inteira.

Ambiental Estratégica, em 2004¹², definindo-o como Programa Rodoanel Mário Covas. Apesar da renovação do seu aparato de sustentação técnica, fornecida por um planejamento estratégico, o Rodoanel Mário Covas preserva, segundo as críticas, seu particular interesse nos planos setoriais de transportes^{13 14}.

Sobretudo nas metrópoles, mas não só nelas: as pessoas estão perdendo tudo – o emprego, especialmente o industrial; o espaço da moradia, são itinerantes dentro da cidade; a vida, com a violência – e estão inseridas perversamente no mundo do espetáculo, que lhes retira a identidade. Com o que ficam? Com a negatividade absoluta do sistema produtor de mercadorias moderno: com a miséria absoluta e a violência. “A miséria não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva [...] a miséria absoluta como objeto” (MARX, 1977).

A HIPÓTESE EM ABERTO

A mobilidade do trabalho, como condição contraditória do processo do capital, incluiria a mobilidade do habitat, como momento internalizado? Isto

¹² *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2004.

¹³ Sobre a crítica: LABHAB. *Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – estudo preliminar*. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, FAUUSP, julho de 2005 (coordenação geral da pesquisa Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira).

¹⁴ “Três programas estratégicos são considerados relevantes para efeito de análise da inserção do Rodoanel como um todo, e do Trecho Sul em específico, nos programas de transportes regionais vigentes: um programa de âmbito estadual e dois de âmbito metropolitano para a Região Metropolitana de São Paulo. O programa de âmbito estadual é o Plano Diretor de Desenvolvimento de Transporte do estado de São Paulo – PDDT, desenvolvido pela Secretaria dos Transportes visando estabelecer diretrizes e políticas de desenvolvimento de transportes para o período 2000- 2020. Por ser conduzido como um processo dinâmico e permanente de planejamento, denominou-se PDDT Vivo 2000-2020 e sua última atualização vem sendo desenvolvida desde 1998. O Rodoanel se insere no PDDT como uma das ações de implantação de infra-estrutura viária para atender à diretriz de facilitar a transposição da Região Metropolitana de São Paulo proporcionando maior eficiência no escoamento de cargas da região oeste do Estado e Centro Oeste do país e também, como componente estratégico das políticas de indução a intermodalidade. Neste contexto, o Trecho Sul assume papel prioritário ao completar a ligação com o Trecho Oeste, e garantir o fluxo de mais de 40% das viagens de carga que estão na ligação das rodovias Anhanguera e Bandeirantes e Castello Branco / Raposo Tavares com as rodovias Anchieta e Imigrantes (acesso ao Porto de Santos). Os programas de âmbito metropolitano são dois, o Plano Integrado de Transportes Urbanos para 2020 (PITU 2020) elaborado em 1999, e o Sistema Integrado de Vias de Interesse Metropolitano (SIVIM), elaborado em 2001, como complemento ao PITU nos aspectos referentes ao sistema viário. Ambos foram desenvolvidos pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.” (*Programa Rodoanel Mario Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental*, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2004, volumes 1-5)

é, não somente uma mobilidade pendular casa-trabalho, entre os ingredientes destrutivos da experiência urbana possível, definida por Pierre George (1983) como tempo obrigatório, mas enquanto processo de capitalização do espaço urbano, que produz, ao mesmo tempo, formas de segregação socioespaciais e novas formas de expropriação.

Incluindo, nesta economia de exploração de recursos humanos e naturais, como conceitua Raoul Vaneigem(1996), a metamorfose da depredação real da natureza em ideologia de curto-circuito entre a crise ambiental e social, encobrindo uma realidade economizada, absorvida pela forma mercadorica como absoluto natural, tornando todo o espaço potencial e contraditoriamente produtivo.

Se a burguesia e a aristocracia se digladiavam entre a propriedade do solo e a do dinheiro, historicamente, há mais de um século a reprodução social se “mantém com o conflito entre o capital financeiro, abstração suprema, e a ação em nome do proletariado” (LEFEBVRE, 2000, p. 355).

OS FUNDAMENTOS

O processo do capital

O fundamento da argumentação que segue é que a sociedade moderna está sob o jugo do processo do capital, enquanto acumulação do capital, num movimento crítico que lhe é imanente e com as metamorfoses que suscita, com vistas a reiterá-lo, nos termos de uma reprodução social crítica.

Como valor que se valoriza a si mesmo, como mais-capital, o capital se realiza enquanto relação capital-trabalho, sendo o trabalho a fonte do valor, como mais-trabalho, que se realiza como mais-valia ou mais-valor. A propriedade privada, embora apareça como exterioridade do processo, na verdade, é sua condição e seu resultado, resolvendo-se como mais-capital. Deste ponto de vista, o capital inclui a propriedade privada da terra, realizando-a como moderna propriedade da terra: “pela ação do capital sobre as velhas formas de propriedade da terra, estas passam a gerar uma renda em dinheiro”.

Desde logo, o capital é inerentemente circulante, é circulação ampliada do capital. Sob este fundamento, o processo do capital tende, historicamente, a transformar os modos de produção anteriores e os alçar a modo especificamen-

te capitalista. Considerada a relação capital-trabalho, como base da produção do mais-valor, o movimento orienta-se em direção ao trabalho abstrato e à mais-valia relativa. Isto é, à conversão das diferentes qualidades de trabalho a uma medida abstrata e comum de tempo socialmente necessário de trabalho, à exploração não só extensiva, mas intensiva de trabalho, invertendo a produtividade social do trabalho em produtividade do capital. Quanto mais próximo o capital está de seu conceito, da sua realização como processo ampliado do capital, maior é a produtividade do capital, menor a unidade elementar de trabalho, como unidade de capital. A produtividade social do capital realiza-se como crise do capital e crise do trabalho.¹⁵

A depreciação do valor do capital (na sua metamorfose em preço); a destruição rasa do capital (incluindo os valores de uso produzidos); a desvalorização do valor do capital (realização inferior ao valor produzido); a sobreacumulação (não fluidez da circulação ampliada do capital produtivo), de um lado; de outro, a exploração mais intensiva e extensiva do trabalho, como modos inerentes de produção de mais-valor, nas circunstâncias desse mais-capital com produtividade acrescentada, tem elasticidade, tendencialmente, diminuída, embora defina o rigor das formas de exploração do trabalho.¹⁶

Portanto, há uma tendência à reprodução volátil do capital, financeirizando-se, isto é, movendo a si mesmo sem substância de valor real produzido.

Nesses termos, o processo do capital se mundializa, expropriando e explorando, isto é, constituindo a totalização de um processo de proletarização gigantesco e predatório.

Abstração concreta como redução da vida

O processo do capital equivale, na sua realização, a um processo de mercantilização extensivo e intensivo: à transformação da riqueza material, da na-

¹⁵ Considerando-se a inerência do aumento da composição orgânica do capital, de sua parte constante, relativamente à sua porção variável, portanto, de patamares, tendencialmente, mais baixos de lucro médio, cada novo capital empregado carrega consigo este novo patamar de lucro médio, com tendência à diminuição, e envolve o recrudescimento da extração da mais-valia, como forma de compensação, com ampliação das taxas de mais-valia.

¹⁶ Portanto, de desumanização do homem: o aumento absoluto da mais-valia e de suas taxas, considerando dada produtividade do trabalho, é ainda assim contraditório, face à redução proporcional do capital variável, na composição do valor do capital. Eis o sentido histórico e crítico do processo do capital tornado sujeito, incluindo e reduzindo negativamente o trabalhador à condição potencial de força de trabalho excedente.

tureza como a fonte dos valores de uso, e do homem transmutado em força de trabalho, em um processo abstrato de valorização do valor, que inclui a circulação dos produtos como mercadorias. A circulação do capital, como circulação de mercadorias, equivale à permanência simultânea no mercado de mercadoria (coisas) e de mercadoria-dinheiro (equivalente geral) e dessa dupla circulação, com diferentes ritmos; o movimento da sua reprodução ampliada, portanto, embora inclua, não se confunde com a circulação simples de mercadorias. A mercadoria e o dinheiro como mercadoria são formas abstratas, redutoras de seus fundamentos materiais concretos; portanto, são metafísicas nesse sentido.

O mundo das mercadorias, com esses fundamentos, contém a deterioração de cada mercadoria particular propondo outras, num movimento tendendo a ascendente, e desenvolve formas dinheirárias¹⁷ apropriadas: o dinheiro como medida do valor; como meio de pagamento; como meio de circulação; como forma-capital...

Vivemos num mundo preche de objetos, de diversas dimensões e graus de degenerescência, embora, o sentido de nossa economia seja sempre o de antecipar seu período de vida.

A cidade, a metrópole podem ser concebidas, neste sentido, como superobjetos (LEFEBVRE, 2001).

Nosso mundo objetual é, ao mesmo tempo, formal e abstrato.

Em que sentido?

Os objetos são, também, mercadorias, exigindo sua metamorfose do material em abstrato.¹⁸

¹⁷ O dinheiro como equivalente geral absorve mais de uma forma, considerando as trocas simples de mercadorias e as trocas ampliadas no movimento de valorização do capital: o dinheiro como meio de circulação; como medida do valor; como capital. Todas essas formas do dinheiro refletem, contraditoriamente, a metamorfose necessária entre a existência natural ou as qualidades das mercadorias, na sua diversidade material, e sua tradução em existência puramente econômica. Há um ajuste formal para que os vínculos da troca sejam preservados, daí seu tratamento como determinação formal, sob o imperativo do valor de troca. Este movimento é, também, o da transformação do valor em preço, como forma dinheirária do valor. A complexidade do processo de circulação do capital expõe o sentido necessário e, ao mesmo tempo, contraditório, das formas do dinheiro. [Ver, entre outros: MARX, Karl. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858, 1977, volumes 1 e 2 e HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista, 1990]

¹⁸ Enquanto tal, a mercadoria se realiza como preço, em forma dinheirária. Se, para quem compra um objeto particular, o dinheiro aparece sob sua forma de meio de circulação, necessário à troca simples de mercadorias, do ponto de vista da economia em geral, o dinheiro tende a se realizar na sua forma capital. Isto é, o dinheiro que deve se efetivar como mais dinheiro; como capital. En-

O homem que vive no mundo das mercadorias vive, dolorosamente, seu fetiche. A substituição das relações concretas entre os homens, por relações entre coisas. A “forma social geral do trabalho aparece no dinheiro como a propriedade de uma coisa (MARX, 1975).”

No mundo dos objetos e superobjetos, tornados mercadorias, a subjetividade humana se realiza envolta em dilaceramentos, como redução do vivido, sob o império dessas abstrações concretas.¹⁹

A GRANDE MAQUINARIA E SUA ATUALIZAÇÃO

Os termos mundiais de realização do modo de produção especificamente capitalista, na sua generalização, incluem a reiteração de outras formas produtivas, conduzidas por ele; inclusive, considerando a necessária e estratégica contraposição à redução da taxa média de lucro. Como afirma Marx (1978), embora sucessivas, historicamente, as extrações formal e real da mais-valia efetivam-se na simultaneidade desses modos de exploração do trabalho. Na América Latina, sugeriu, quanto à urbanização, um tratamento do mercado formal e informal de trabalho; a concepção de marginalidade; e, de modo amplo, a idéia de subdesenvolvimento, de países dependentes, de países periféricos... etc.; toda ordem de concepções, mais ou menos conscientes, do desenvolvimento social desigual; contudo, no trajeto aqui esboçado, não cabem as reduções dualistas e mutuamente exteriores de formas de exploração do trabalho. De outro ângulo, as novas forças produtivas do trabalho, incluindo o informacional, intensificam esse estranhamento e os modos de despossessão. Sinteticamente, aqui se insere, de maneira apenas anunciada, a concepção de formação econômico-social capitalista.

O circuito do capital exige redefinições políticas importantes: o Estado moderno como a forma política da identificação abstrata do indivíduo, conduzida e invertida em relação ao individualismo burguês real; instituindo formas dinhei-

tão, esta metamorfose necessária, nos termos da sociedade moderna, é vivida de modo ambíguo, percebida, o que não quer dizer inteiramente compreendida, raciocinada. Há estranhamento, alienação envolvidos, o que interfere na subjetividade humana.

¹⁹ Toda ordem de mal-estar tem esta raiz. Os conteúdos reais desse mundo objetivado, material e abstrato, fundam-se no trabalho, no trabalho vivo, que transforma objetos naturais em objetividade social, produto do trabalho social. No processo do capital, quem produz recebe salário, que é apenas uma parte desse mais-valor tornado mais-dinheiro. Aqui outra problemática da realização da subjetividade: compreender a exploração do trabalho, que pode ser percebida como humilhação e dominação, e não exatamente conscientizada enquanto exploração.

rárias coletivamente aceitas e azeitadas, mais ou menos, às formas de circulação mundial do capital, como as moedas, nacional e internacional, e seus lastros reais ou fictícios, relativamente à forma do dinheiro como medida do valor.

A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes... se processa num só e mesmo ato... O homem real só é reconhecido sob a forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro somente sob a forma do cidadão abstrato... A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral (MARX, sd, p. 50/52).

A manipulação do sobreproduto social, real ou projetado, incluindo envidamentos múltiplos, pelo Estado e pelo Sistema dos Estados, acaba por influir internamente nos modos de acumulação e sua circulação mundial e internalizar suas crises, tornadas crises do Estado. Há, portanto, a produção política dos laços sociais, institucionalmente manipulada e manifesta. Mesmo com suas metamorfoses, o Estado gerenciador ainda prevalece, mesmo que como Estado de Urgência, com as desregulamentações mais recentes, especialmente, a partir dos anos 1980. Os liames entre o político e o econômico não equivalem a desenvolvimento igual do aparato estatista e mercantil, mas definem correspondências importantes. Esta aproximação, com suas particularidades, aparece em Ives Lacoste, através do que define por espaços de conceptualização, para discernir diferentes níveis de análise, compatíveis com a natureza dos problemas a decifrar – econômicos, políticos e sociais –, evitando o a priori de um tipo de espaço. Fazia, assim, a crítica às monografias regionais.

No plano do conhecimento, não existe um nível de análise privilegiado; nenhum deles é suficiente, pois o fato de tomar em consideração tal espaço como campo de observação vai permitir apreender determinados fenômenos e certas estruturas, mas conduz à deformação ou à ocultação de outros fenômenos e de outras estruturas cujo papel se não pode menosprezar *a priori* e que não se pode negligenciar. É portanto indispensável colocarmo-nos a outros níveis de análise, tomando em consideração outros aspectos. Em seguida, é necessário fazer a articulação de todas essas diferentes observações pois que são função daquilo a que poderíamos chamar espaços de conceptualização diferentes (LACOSTE, 1979, p. 47- 48).

De modo semelhante, David Harvey (2004) fala de lógica territorial e lógica do capital, ao mesmo tempo, funcionais e contraditórias, entre si.

A naturalização da colonização moderna; a da necessária ampliação do espaço, imanente ao espaço vital (RATZEL); as formas de imperialismo, a partir da constituição de centralidades impositivas do capital, aparecem como modos necessários do processo do capital.

A metamorfose dos modos de produzir, reproduzir e gerir, no capitalismo, expõe a intensidade do processo de alienação, estranhamento e fetichização. Reconduzi-la, na concepção em essência da produção do espaço, exige a sistematização do processo do capital, dada sua implicação interna.

Exatamente este sentido move o presente texto: o lócus da produção do espaço no interior da reprodução social, na sociedade moderna capitalista.

O sistema automático da maquinaria, decifrado por Marx, conduz à categorização da produção do espaço, como sua atualização, por generalizar suas conquistas, quanto à produtividade mercantil, inclusivas dos modos de exploração do trabalho, e pelas formas significativas de uso (menos expressivas e conotativas, ou imaginativas); portanto, pelos modos de estranhamento e alienação. Lefebvre qualifica como espaço abstrato.

Escreve Marx, nos *Grundrisse*, de 1857-1858:

[...] No processo de produção do capital, o meio de trabalho experimenta diversas metamorfoses, a última das quais é a máquina, ou melhor, um sistema automático de maquinaria [...] posto em movimento por um autômato, por uma força motriz que se move a si mesma; este autômato se compõe de muitos órgãos mecânicos e intelectuais, de tal modo que os próprios trabalhadores só estão determinados como membros conscientes de tal sistema [...]. A máquina em nenhum aspecto aparece como meio de trabalho do trabalhador individual [...]. A atividade do trabalhador, reduzida a uma mera abstração da atividade, está determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso [...]. Na maquinaria, a ciência se apresenta ao trabalhador como algo alheio e externo, e o trabalho vivo aparece subsumido sob o objetivado, que opera de maneira autônoma (1977, p. 217-221, grifos do autor).

Uma mudança de medida, no sentido hegeliano do termo, do quantum – a quantidade metamorfoseada em alteração da qualidade –, próprio ao processo do capital, insere a produção social do espaço, de modo mais expresso, a produção do espaço urbano. Com isto, argumenta-se o sentido da urbanização da sociedade como forma de sociabilidade prevalecente no processo do capital, que aparecia, já em fins do século XVIII, na Europa, como concentração populacional nas cidades, a redefini-las.

Na obra de Georg Simmel (1995), estabelece-se a implicação do dinheiro e das trocas nos modos de sociabilidade na cidade, qualificada assim como metrópole; para Michel Foucault (2002) localizam-se, como necessidade, formas de regulação de grandes contingentes de população concentrados, o sanitário, substituindo o higienismo. E contextualiza-se, assim, a ideologia malthu-

siana, de fins do mesmo século, na sua origem: a da desproporcionalidade do crescimento da população, face às formas de sobrevivência.

A concentração dos capitais nas cidades foi exposta por Marx, já no início do processo de industrialização. Um salto adiante das forças sociais produtivas potencializa a inserção do espaço produzido, como condição e produto, do processo do capital.

Seria preciso localizar esta descontinuidade histórica, concreta e conceitualmente.

Na Geografia, a idéia de espaço geográfico incluía essas transformações sociais, mas prevaleceu até a segunda metade do século XX, o âmbito de sua materialidade.

Baseando-nos em Max Sorre (1948, p.101), temos que: “O espaço é uma certa extensão de terra com seus acidentes geográficos, um fragmento da película superficial da crosta terrestre onde se misturam os círculos de atividade do indivíduo, das coletividades, do Estado.” Esta extensão de terra inclui os subsolos e sua riqueza, as extensões marítimas e o espaço aéreo. Espaços asperamente disputados, contendo parcelas difíceis de definir como próprias à apropriação individual, quer de pessoas ou Estados. Esta extensão é historicamente constituída; sofre as transformações próprias do desenvolvimento técnico, que viabiliza seus usos.

No capítulo “Estruturas políticas e econômicas e Geografia”, Max Sorre escreve:

[...] o geógrafo lê na paisagem rural da Europa ocidental os testemunhos concretos deixados no solo pelas estruturas econômicas desaparecidas. E, quando ele tenta compreender os traços da paisagem humana, desenvolvida desde dois séculos sobre uma grande parte do planeta pela expansão do grupo humano branco europeu, especialmente o grupo que se formou na Europa de Noroeste, ele não pode fazê-lo senão com a condição de evocar os traços da economia capitalista. Há uma ligação necessária entre a transformação do globo e uma certa estrutura econômica e social cujo pleno desenvolvimento se localiza na Europa de Noroeste e na América setentrional no final do século XIX e começo do XX. Nossa tarefa não é a de refazer o trabalho dos economistas, nem sobretudo dos historiadores modernos da economia cuja atividade é tão fecunda. Nós lhes perguntaremos somente o que eles podem nos trazer para tornar inteligível o quadro geográfico, para discernir ao mesmo tempo as forças transformadoras do trabalho no mundo moderno (1948, p. 132).

Esse fragmento de parágrafo anuncia um capítulo sobre as revoluções sociais do mundo capitalista, que conclui com a existência de uma Geografia

social – “produto da história, das idéias, das forças morais e das forças econômicas que lutam hoje no mundo” – como elemento necessário da geografia humana, “aquele que escapa às determinações imediatas do meio físico, na mais ampla medida” (SORRE, 1948, 163).

O reconhecimento dessa geografia geral concreta, configurada nos séculos de civilização humana, contendo uma expansão do ecúmeno, que, ao mesmo tempo, se definia como formas de império e de imperialismos – as descobertas e as repartições do mundo –, ao longo dos tempos históricos, acabou por reunir a expansão do mundo capitalista com a constituição de grandes unidades políticas, “que ampliam às dimensões do mundo o quadro dos Estados” (SORRE, 1948, p. 167)²⁰

Uma elaboração minuciosa dos geógrafos sobre o desenvolvimento econômico e político resultante incluiu o resgate das diferenças civilizatórias, em adaptação e confronto, e a direção da homogeneização.

No livro *A Geografia Ativa*, escrito no início dos anos 1960, por geógrafos reunidos em torno de Pierre George, a concepção norteadora é mais propriamente processual, mas ainda guarda a prevalência do ponto de vista material: falamos da idéia de situação, como geografia regional dinâmica.

Este espaço geográfico aparece assim não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativizado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. O próprio espaço torna-se situação (GEORGE, 1966, p. 26, grifos do autor).

A evolução urbana no mundo, com a economia moderna, sugeriu descrições minuciosas das particularidades históricas de cidades, reunidas na interpretação de grande diversidade de tipos urbanos; entre eles, prevalece a combinação excêntrica de tradições regionais, nacionais, seculares, e mudanças econômicas extraordinariamente devastadoras dessas mesmas tradições. As cidades monstros no norte da África seriam européias, frutos da colonização, e, ao mesmo tempo, cidades mistas, produzindo-se uma zona de acumulação humana suburbana, empobrecida, que o próprio processo de modernização concentrava. Pierre George em *La Ville – Le fait urbain a travers le monde*, livro publicado em 1952, descreve delicadamente cidades européias, da mesma forma criações e transformações coloniais na América do Norte, na Ásia, na Áfri-

²⁰ A considerar o extraordinário planisfério, mostrando a expansão progressiva do horizonte geográfico, p. 173.

ca e na América Latina, como consequências urbanas da expansão europeia; fascina-o cidades da União Soviética, possibilidades concretas de renovação urbana, através de um urbanismo democrático, enquanto supressão da hierarquia social específica da sociedade capitalista (GEORGE, 1952).

Numa Geografia sistêmica, uma noção mais abstrata de espaço vai dirigir o sentido do conhecimento disciplinar. A lógica do espaço avança nos estudos geográficos, já nos inícios da segunda metade do século XX; ela não se baseia somente em recortes; inclui inúmeros fluxos interpostos e sobrepostos e um movimento de polarização e centralização, como formas de irradiação, a partir dos quais se disseminam processos constituídos nos polos e centros. Aperfeiçoa-se o estudo das hierarquias espaciais. A compreensão abstrata e lógica se torna absoluta e, sob a influência neopositivista²¹, constituem-se modelos como simulacros e, para os que o fazem, eis a verdade e o potencial do espaço, por seu intermédio. Nesse momento, a relação entre o conhecimento geográfico e a tecnocracia se aprofunda.

O limite mais duro do espaço como produto da abstração é o espaço neutro e asséptico, “o espaço da geometria, estruturado nos magníficos sólidos regulares” (NAVARRO, 2002, p. 41).²² Quanto mais abstrato-teórica ficava nossa ciência, mais ela se aproximava desse espaço frio e duro. Ele se geometrizava, com toda a carga complexa que as matemáticas, como conhecimento, lhes oferecia. O momento ímpar foi a Geografia teórica e quantitativa. Já, na idéia de área, havia o privilégio absoluto do pesquisador em formatar o espaço idealisticamente, como o demiurgo da verdade do espaço. Mas o paradigma da ciência espacial, dentro da Geografia, desdobrou infinitamente essa potência imagética²³: a do espaço concebido, a do sistema; a “imagem da verdadeira es-

²¹ Um marco desta Geografia – alimentada por ditas revoluções quantitativa e teórica – é a obra de SCHAEFER (originalmente economista, que se reuniu com geógrafos nos Estados Unidos e cujo primeiro texto data de 1953) e, a partir dele, a busca da formulação de leis, que governariam a distribuição espacial; mais do que aos fenômenos, a atenção se dirige aos padrões espaciais. (JOHNSTON, 1986, p.74-75); ver, também, (LENCIONI, 1999).

²² “O conceito de ‘espaço’ expressa sua inadequação, já que o termo introduz na visão da vida eternamente móvel, do mundo animado, uma dimensão de frialdade, de presença alheia, que recorda o frio repouso das lápides. [...] e resta um último resíduo de quietude, uma permanência na qual não podemos reconhecer a íntima instabilidade das coisas. Só resta o espaço imóvel, sempre idêntico, indiferente a suas criaturas, que eram sua voz; ficou definitivamente emudecido; se as coisas eram seu discurso, a palavra lhe foi arrebatada e, morto de nostalgia, nele só podemos achar cadáveres.” (NAVARRO, 2002, p. 40-41)

²³ Ver Lencioni, 1999.

trutura do mundo” (HARVEY, 1969 *apud* JOHNSTON, 1986, p.101). Havia a compreensão de que se tratava de uma ordem própria do mundo objetivo, “esperando para ser descoberta. Uma vez que aquela ordem – padrões espaciais de variação e de co-variação no caso da Geografia – existe, ela não pode ser contaminada pelo observador” (JOHNSTON, 1986, p. 100-101). Colocando a dedução como primordial, ao invés da indução, de um processo analítico empírico, essa Geografia mais ainda se aproximava da finalidade de ordenar a vida natural e social através do espaço.

Na Geografia, a Ciência Espacial, ou Geografia Quantitativa, aparecia como superação de uma geografia considerada descritiva e voltada ao enfoque de fenômenos únicos – a noção hartshorniana de área –, portanto, tratada como de menor cientificidade (LENCIONI,1999). Nos anos 50, essa nova concepção geográfica promove o deciframento das regularidades ou dos padrões espaciais. À geografia se aplicaria uma filosofia nomotética – produtora de leis – enquanto ciência espacial, ciência das distribuições espaciais: “... daí a Geografia tem de ser concebida como a ciência voltada para a formulação das leis que governam a distribuição espacial de certas características na superfície da terra” (SHAEFER, 1953 *apud* JOHNSTON, 1986, p. 227).

O movimento da Geografia Crítica vai introduzir mais francamente o marxismo na Geografia e inclui a concepção de valorização do espaço. Portanto, o espaço, ao mesmo tempo, define-se como abstrato e concreto. É demarcatório o livro *A Justiça Social e a Cidade*, de David Harvey, quanto às rendas urbanas.

Harvey aproxima-se dessa idéia de espaço em *A justiça social e a cidade* (1980), através das concepções de espaço relativo e relacional, suspendendo a prioridade do espaço como absoluto. E, também, em *Condição pós-moderna* (1992), quanto aos espaços e tempos individuais na vida social.

Uma nova direção deste aporte chega à Geografia Urbana como conhecimento da produção do espaço, pela via lefebvriana, mais diretamente no Brasil, com a escola da USP, e nos Estados Unidos, a indicar os trabalhos de David Harvey, de Edward Soja, de Mark Gottdiener, de Neil Smith, entre outros.

Temos neste texto, como argumento fundante, aquele da extensão e intensificação do processo do capital, ao longo do século XX, incluindo a produção do espaço.²⁴ Com ela, todos os momentos da vida social e humana estão impli-

²⁴ Tem-se como eixo da argumentação: Lefebvre, 2000.

cados na abstração do capital, cada vez mais e de modo diferenciado. As escalas de tratamento vão das amplas – mundiais – às mais locais – o espaço vivido. O espaço abstrato é o mecanismo que atinge o vivido e o homem inteiro, na expressão de Agnes Heller (1977). À luz desta tese, o cotidiano e o urbano são momentos essenciais de interpretação dos termos da reprodução social; adiantando que a produção do espaço generaliza têmporo-espacialmente os fundamentos da sociedade moderna, capitalista.²⁵

Alcançamos assim um momento da concepção da urbanização crítica em que ela adere à idéia de que a produção do espaço urbano constituiria a atualização da grande maquinaria nos séculos XX e XXI. O que apareceria como economicismo, isto é, derivar a produção do espaço de uma relação implicada e direta com a grande maquinaria, na verdade, além de propiciar a compreensão do espaço social produzido, quanto às finalidades mercantis que o alimenta, confere a possibilidade de determinar simultaneamente o vasto processo de alienação interno à produção do espaço; assim, seu sentido pleno na reprodução social da modernidade.

Enquanto produção do espaço urbano, os elementos materiais envolvidos nesta produção – edifícios (para todas as formas de usos: comercial, serviços, industrial, doméstico...), pontes, viadutos, produção dos subterrâneos adequados, estradas, sistema viário de modo geral, canalizações – constituem formas autônomas do capital ou condição tecnológica para o efetuar-se do processo produtivo imediato (os lugares em que ocorre a produção, a distribuição, a comercialização...). Esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capital fixo, cuja realização do valor, e do mais-valor envolvidos, aparece sob formas financeiras cada vez mais internacionalizadas, abstratas – envolvendo títulos, endividamentos, consórcio entre o Estado e empresas, ações, rendimentos balizados por juros, de remuneração mundial –, para assegurar um retorno paulatino do valor adiantado – dada a natureza desses elementos.

Em síntese, a urbanização de per si envolve uma economia, enquanto determinação formal do capital, de complexa realização; portanto, logo po-

²⁵ “No curso desse período, a atividade produtiva (o trabalho) cessa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social; ela se destaca dela, mas para se tornar a presa da abstração: trabalho social abstrato, espaço abstrato.” [espaço que funciona “objetalmente”: “coisas signos com suas relações formais”] (LEFEBVRE, 2000, p. 60).

tencialmente financeira, com todas as regulações implicadas enquanto adiantamentos, para realizar como circulante um capital de natureza fixo. Um momento desta contabilidade financeira complexa é a realização da moderna propriedade da terra urbana, comportando formas hiperfinanceirizadas de realização e, portanto, mobilização. Assim, muito cedo, a economia urbana real incluiu uma economia fictícia. A magnitude da parte fixa do capital aumenta, o que lhe é próprio, e o define – inclusive criticamente – e, ao mesmo tempo, produzem-se modos renovados de determinar-lhe como circulante: o fenômeno da verticalização nas cidades é um momento de tradução da materialidade em capital fixado, ativado enquanto circulante. Mais recentemente, essa intensificação de usos capitalizados do espaço urbano leva aos grandes negócios imobiliários, à abertura de seus capitais na Bolsa de Valores, cotas de grandes negócios imobiliários..., que ressignificam as formas urbanas, que, de longa data, estão implicadas nas representações de anticidade: já, a partir do fim do século XIX, com cidades–jardins, depois os pavilhões, os grandes conjuntos habitacionais, os espaços condominiais... Renovações urbanas atualizam as rendas possíveis de açambarcamento dos valores produzidos socialmente com a urbanização.

A constituição de espaços privilegiados de renovação urbana, no Brasil, em especial, em São Paulo, deriva de instrumentos institucionais como as Operações Urbanas Consorciadas, legalizadas através do Estatuto da Cidade, de 2001, como legislação nacional; implementadas a partir de sua regulamentação nos planos diretores municipais. Elas ativam formas novas de realização da moderna propriedade da terra urbana, através dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção²⁶ –, do Direito de Superfície, da Outorga Onerosa do Direito de Construir²⁷, etc... Uma derivação contundente é a con-

²⁶ Observem-se os CEPACs – certificados de potencial adicional de construção –, instrumentos financeiros ligado às Operações Urbanas, tornados títulos, alienados em leilões, vendidos no mercado, podendo ser, de modo fictício, valorizados. O que se pretendia era angariar fundos para os investimentos definidos como públicos, mas, na verdade, se alavancam os investimentos, em parceria, com o setor privado.

²⁷ “Por um lado, o “Estatuto da Cidade” abre um amplo espaço para injunções políticas de ordem local e conjuntural voltadas para atender a interesses específicos ao delegar ao poder local a responsabilidade de definir a ‘função social da propriedade’ [...], bem como a atribuição de estabelecer as alíquotas devidas aos cofres públicos através da implementação da outorga onerosa do direito de construir e das operações urbanas consorciadas entre outras.” (LIMONAD e BARBOSA, 2003, p. 96)

cessão urbanística, instrumento de implantação de novos projetos urbanísticos, através da cessão do direito de expropriação por agentes privados, que o Projeto Nova Luz, em São Paulo, aciona, iluminando um mecanismo que pode se generalizar.

Retomando o argumento do processo do capital, podemos falar numa composição orgânica do espaço, como concebe Henri Lefebvre, uma produtividade do espaço, que justifica, através da função social da propriedade, instrumento do mesmo Estatuto, a presumida intensificação dos usos da infra-estrutura urbana existente e potencial. Concebemos esse sentido do processo como território economizado ou urbano economizado. As metrópoles são espaços privilegiados de sua constituição e programas de planejamento estratégico definem as representações concebidas para tal.

O que vislumbramos, então, é a ativação da economia no e do urbano como processo de totalização do urbano, agenciando novos instrumentos econômicos e políticos, amparados em concepções racionalizadas do espaço, como definiu Milton Santos (1996), enquanto espaços de racionalidade, campo de ação instrumental; ou, em Henri Lefebvre (2000), através do espaço concebido ou representações do espaço, que o leva ao espaço instrumental.

A noção de organização do espaço, ou organização racional do espaço, esclarece essa idéia de totalidade e, ao mesmo tempo, o impasse entre o interesse geral e aqueles privados. Significaria a criação de novas estruturas, globalmente designadas como serviço público, no sentido de coordenação, em escalas variadas, de um ideário de contraposição pública relativamente a certas explorações depredadoras ou pelo menos exageradamente onerosas, nos termos de Pierre George (1970, p. 39-40).

Na Geografia e fora dela, então, essa concepção de um espaço organizado e civilizatório, em perspectiva, induz ao nexos entre planejamento e espaço urbano ou planejamento urbano, fomentando “entidades institucional-organizacionais como componentes, inclusive, inconscientes e capilares de todos os aspectos da subjetividade, da alteridade, da sociabilidade”, etc. (LOURAU, 2001, p. 12).

Essa concepção de ordem necessária alimenta a ideologia da urbanização desordenada, que expõe a pobreza urbana como anomalia, passível de correção, no limite, através de um instrumento na essência técnico. Não é possível aqui expor o sentido histórico da tecnocracia e das tecno-estruturas. São praticamente evidências e eficientes. Hoje auto-definidas como planejamento estratégico.

A urbanização crítica surge por contraposição à ideologia do planejamento, da ordem, e negativamente no interior das noções que fundamentam socialmente a urbanização desordenada, considerando e não menosprezando o sentido do caos espacial, que prevalece na urbanização contemporânea: ruralização da cidade e urbanização do campo, neste misto, mal resolvido, da extensão e intensificação da urbanização e das metamorfoses sociais implicadas.

Pierre George qualificou como urbanização empírica, numa ponta de um espectro de transformações urbanas, que, na outra ponta, definia por urbanização difusa, esta última indicando, na textura do rural, as transformações urbanas. No ápice de sua influência, as transformações urbanas, abruptas, levavam à urbanização empírica, às migrações e às novas atividades produtivas. Os instrumentos conceituais dos quais partia: a cidade como organismo urbano e suas aglomerações, constituindo o que definia por conjunto urbano, não eram compatíveis com a voracidade da realidade prática, expressa através do processo de urbanização, de crescimento abrupto e acelerado. E assim atualizando este seu livro, basicamente situado entre outros livros do autor, dos anos 1950-1960, pudemos entrever a sua riqueza analítica, mais ou mesmo consciente ao nível conceitual (GEORGE, 1983). O processo de urbanização ativava um impasse em relação ao acervo conceitual. Tornando central o próprio impasse, todas as escalas de compreensão do urbano são acionadas não exatamente na sua coerência e articulação estritas.

O reconhecimento é o da universalidade e o da aceleração do crescimento dos grandes aglomerados urbanos (de milhares a milhões de habitantes); ele sugeriria tipos de cidades; a necessidade de comparação das cidades no mundo... Mede-se a extensão e intensidade da ocupação territorial urbana, que, ao mesmo tempo, sugere um tratamento em espectro, de situações globais a escalas intra-urbanas, considerando as transformações do aspecto físico urbano e da vida cotidiana no urbano, por exemplo, o ritmo de crescimento das periferias, com superpovoamento crítico (densidade maior de ocupação por cômodo da casa; afluxo maior de migrantes homens jovens e jovens casais; até zonas suburbanas, enquanto consumidoras de homens, “pois nelas a morte sobrepuxa a vida”, quando o emprego é instável). A coroa suburbana apresenta-se como frente pioneira e de colonização da urbanização. Esta leitura manifesta sua atualidade incontestada. O urbano espelha e reproduz o aspecto crítico da economia capitalista: no limite, “o enorme contraste de renda entre classes di-

rigentes e proprietárias, e a massa da população sem poder aquisitivo, que vive, no sentido próprio do termo, o dia a dia”.

De um lado, a cidade configura uma unidade demográfica; de outro, as coletividades geográficas, inclusive os bairros, são substituídos pelas relações socioprofissionais.

Uma ruptura histórica, que move a transformação das cidades, costura toda a análise: a industrialização. Sendo que esta e seus derivados, como a extensão dos serviços e comércio – mais ou menos contraditórios –, implicam em formas de trabalho concentrado, em fenômenos de massa, que metamorfoseiam as cidades.

No interior de um raciocínio aparentemente desenvolvimentista, o autor formula uma tese crítica sobre o desenvolvimento das cidades: o crescimento das cidades conduz à negação (impossibilidade) do urbanismo (enquanto projeto coletivo, social) e está sob o privilégio da economia (indústria, finanças, circulação e especulação) e da arquitetura (como solução individual, isolada).

Anuncia-se o capitalismo financeiro: incluindo a descrição de empreendimentos econômicos e especulativos envolvidos; varrendo as histórias de povos colonizados; reproduzindo-se em impérios; e constituindo uma massa de população potencialmente trabalhadora, agigantada e concentrada, especialmente, em grandes cidades.

Perversamente, concentradas, pois são denunciadas as formas de segregação espacial produzidas.

Com base nos estudos sobre a matemática das catástrofes, elucidada por René Thom, e introduzida por Henri Lefebvre, quanto à produção do espaço, experimentamos este aporte metodológico, através, essencialmente, do livro *Geografia Urbana*, de Pierre George, dos seus conteúdos analíticos da urbanização, que ele retrata, indo além dos limites de sua própria conceituação do urbano; portanto, reunindo os conteúdos abordados, mais ou menos conscientizados a nível conceitual. A estruturação do livro de Pierre George serve então à teoria que mostra geneticamente a produção, ao mesmo tempo, das condições de estabilidade e das condições de ruptura (LEFEBVRE, 1978, p. 296).

Em mais de uma escala geográfica, utilizando a idéia de morfologia hierárquica estratificada, para exame dos pontos das rupturas, foi possível a compreensão do livro pelo seu viés potencialmente dialético. Acabou por revelar um mo-

mento precioso da urbanização como urbanização crítica, buscando no livro um sentido conceitual anunciado do que foi definido por urbanização empírica. Embora o tratamento das cidades inclua os bairros, como modo de organização do espaço, aparecem os termos analíticos da urbanização empírica, contraditória a essa organicidade, em princípio designadora do fenômeno: zonas periféricas, áreas suburbanas, guetos, segregação urbana, habitats espontâneos, como áreas incluindo populações “não integradas”. As peculiaridades dos chamados países subdesenvolvidos seriam reveladoras dessa realidade instável.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: LÓGICAS ATIVAS

A concepção de universalidade e humanização que conduzia a busca do espacial, como conceito mental, apresenta-se agora como ativa socialmente, reduzida historicamente ao econômico, implicando a absorção de todas as ciências e filosofia, como momentos potenciais do desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Agora a adicionar, ao conjunto do movimento de interpretação, a idéia das grandes vias de circulação como espaços produtivos, apresentando-se, ao mesmo tempo, como condutos e estratégias de conjunto da territorialização dessa economia urbana.

Na metrópole de São Paulo, vê-se a presença de grandes estruturas condominiais e novas estruturas logísticas, estas últimas no corpo de modos de circulação mercantil mais rápidos, incluindo a terceirização desses serviços, no âmbito da divisão social do trabalho industrial, ambas apresentadas como progressistas e instauradas em espaços tornados por violência vazios. O termo mais apropriado seria produção do vazio (HARVEY, 1990). Daí a importância de um pensamento dialetizado sobre a relação centro-periferia: diferenciação dos centros e periferias; produção de centralidades por exclusão violenta de periferias; produção de novas periferias... etc.

Quando Marx falava das vias de comunicação e transportes, ele as via como momentos de difícil realização econômica, considerando-as como capital fixado no espaço, de grandes dimensões, e, simultaneamente, abrigo de capitais superacumulados (ele descreve, por exemplo, a realização crítica de um capital financeirizado, envolvendo as ferrovias, com ações, hipotecas...) (MARX, 1977 e 1984). Assim, o Estado e a crise de acumulação explicavam a inversão em vias de comunicação.

Os entraves de sua realização econômica hoje se põem de outro modo.

Antes, um trajeto necessário. Na literatura de geografia urbana, da importância dessas vias, surgiu a idéia de que a geografia urbana se caracterizava essencialmente como geografia da circulação, incluídas a situação geográfica do núcleo urbano no processo de sua formação; as novas nucleações – análise das cidades, incluindo as aglomerações urbanas, como conjunto urbano, sendo que as nucleações do entorno caracterizaram a concepção de subúrbio, depois de periferia; e a noção de tempo obrigatório, interpretando, na vida cotidiana, o aumento do percurso entre a moradia e o trabalho, a migração pendular.

O tratamento aqui, amparado também na importância do ambiente construído, aproximação apenas inicial como imagem fenomênica, é o de deslocar o significado dessas vias, agora mobilizadas economicamente, nos termos da produção de nova espacialidade urbana.

A análise do Rodoanel Mário Covas em São Paulo, um anel perimetral metropolitano, ligando as vias radiais de acesso a São Paulo, instruiria um projeto setorial – da área dos transportes – apresentando-se como indutor da atualização econômica da metrópole de São Paulo e ambientalmente desejável. O que se põe é que esta forma de representação é profundamente eficaz e inclui, de fato, uma economia urbana fundamentada nas grandes vias de circulação. A idéia é a do deslocamento de uma geografia da circulação, como substância para pensar esses meios de comunicação, e voltar a insistir na produção do espaço como conceito fundamental da geografia urbana, incluindo, portanto, a economia política do espaço, decifrando-se esses espaços de circulação como espaços produtivos, lato e estricto senso.

Assim, a configuração metropolitana urbana é entendida, nas suas fronteiras peri-urbanas, como espaços instrumentais, ativos, da economia urbana e as fronteiras são traduzidas, ao invés de recortes do continente urbano, em tecidos urbanos produtivos.

Torna-se estratégico também avaliar como esses novos tecidos urbanos produtivos se inserem em realidades urbanas locais. Há inúmeros casos de áreas condominiais em municípios do entorno metropolitano, sem relações de implicação social e cotidiana com seus centros urbanos mais consolidados, mantendo conscientemente relações mais residuais; inclusive, sua posição geográfica material, nesses municípios, sugere essa possibilidade.

À dialética do tempo, dos grupos, se superpõe uma lógica socioespacial, enquanto estratégia de reprodução, envolvendo o planejamento; investimen-

tos maciços na produção do espaço, inclusive, estatais; estruturas, que dominam o espaço, concretamente: políticas urbanas e atividades de ONGs em diferentes escalas espaciais, que não se restringem àquelas da vivência imediata; etc. Todo aparato como armadura do fetichismo do espaço. Seu reconhecimento é parte de um pensamento dialético sobre o espaço. Fala-se, há quase um século, em periferias espaciais, mentais, sociais, de grupos inteiros, e em integração, permanecendo simbólica, abstrata e “cultural” (LEFEBVRE, 1973, p. 30). A hierarquização espacial se superpõe à hierarquia social. As formas de integração incluem o domínio de grupos restritos sobre a população, incluindo, clientelismos políticos, o tráfico de drogas, ONGs diversas...

Essa alienação de segundo grau – ou espiral de alienações – leva à alienação espacial, aquela que reitera e amplia a negação da possibilidade de se ‘viver’ a alienação temporal; é parte constitutiva de um pensamento crítico sobre a sociedade contemporânea. A metrópole, a vida cotidiana, as imagens espetaculares preenchem sedimentos de alienação, que pressionam para baixo a alienação temporal, realizando, cabalmente, a alienação do trabalho, de forma a não ser reconhecida, nem superada.

No caso de São Paulo, a composição ou o conjunto das Operações Urbanas Consorciadas, do Plano Diretor Estratégico do Município, projetadas e existentes, revelam-se, claramente, como espaço instrumental; instruindo os mecanismos econômicos e financeiros; induzindo uma nova fronteira ativa, através do Rodoanel Mário Covas, como a fronteira desenhada dos novos negócios potenciais da urbanização; não como limite absoluto, mas como um a partir de.²⁸

Tanto as Operações Urbanas, como o Rodoanel e a estruturação de macro-drenagem da região metropolitana de São Paulo²⁹, enquanto intervenções materiais totais, importantes, do final dos anos 1990 e dos anos 2000, estabelecem

²⁸ O mapa, *Urbanização Crítica em Processo* – Metrópole de São Paulo, aparece como tentativa metodológica de definir uma representação analítica do urbano economizado como totalização, e dos restos que sobram à massa proletária; conjuntamente com as informações mais verticais sobre os processos em curso. In: Damiani, 2008.

²⁹ Plano Diretor de Macro-drenagem da Bacia do Alto Tietê, datado de 1998, visando a integrar as abordagens, antes submetidas a ações em sub-bacias. Sob a orientação do DAEE, Departamento de Águas e Energia Elétrica, da Secretaria de Saneamento e Energia, do Governo do Estado de São Paulo. Ver: Seabra, 2005 in: Carlos, e Carreras, 2005, p. 51-59.

novos recortes metropolitanos e atualizam as intervenções de engenharia, que demarcaram a estruturação técnica de suporte da metrópole, e sua realização econômica abstrata.

Entre outras estruturas técnicas, inclui-se, enquanto característica de São Paulo, sua verticalização extensiva. Atualmente, sobre as formas de verticalização, seria importante assinalar a automação predial, própria de edifícios de escritórios nas áreas das Operações Urbanas, envolvendo empresas e escritórios de arquitetura internacionais (MIELE, 2006).

A compreensão do emaranhado complexo que são as periferias metropolitanas hoje, nem só favelas, nem só cortiços, nem só loteamentos clandestinos, nem só conjuntos habitacionais, estes, às vezes, de dimensões gigantescas, de mais de 100.000 habitantes, exige pensar tudo isso junto, formando enormes corredores nos extremos do tecido urbano metropolitano. Enfim, habitações precárias como faces do processo de proletarização, incluindo politicamente clientelismos e patrimonialismos, como localismos inerentes à situação de destituição social e às formas políticas reproduzidas pelo estado brasileiro. Convencionou-se, em alguns documentos oficiais, como os referentes ao Rodoanel Mário Covas, de anel periurbano; outros estudos definem por fronteira³⁰; são espaços que sugerem emblematicamente a segregação espacial. Mas demonstram também o descompasso das políticas sociais anteriores, incluindo sua ausência – que explica uma massa enorme de periferias autoconstruídas –, com o que veio a ser o território de valorização da metrópole.³¹

³⁰ Haroldo da Gama Torres localiza diferenças no que chama de fronteira urbana em São Paulo: áreas com mais de 3% de crescimento demográfico ao ano – mais exatamente 6,3%, na década de 1990 –, além da média da região metropolitana – de 1,4% e diferente do que define como cidade consolidada, cujo crescimento é negativo, ou mesmo da periferia consolidada, aquela de crescimento positivo de até 3% –; nas franjas urbanas, na área periurbana; boa parte dos moradores é de migrantes chegados à cidade nos anos 90 – portanto, área que não cresce somente por conta da mobilidade social descendente da região –, onde os índices de desemprego são maiores, e que concentram favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. Trata-se da expansão da metrópole por produção de novas periferias, apesar de toda transformação produtiva e demográfica, que reduz a expectativa de empregos e pretensamente a migração. A funcionalidade dessa presença de população sobrando não seria um argumento suficiente. (TORRES, 2005. in: MARQUES; TORRES, 2005, p. 101-119)

³¹ Certas políticas dos anos 1970, como a produção de grandes conjuntos habitacionais, demonstram-se, hoje, impeditivas à fluência dos negócios; embora, eles recomponham, inclusive por isto, suas estratégias e táticas econômicas e políticas. Eu chamaria, em síntese: um processo de atualização econômica e política da metrópole, que, diante desses impedimentos, estabelece os termos das estratégias e táticas para superá-los.

É possível falar de segregação socioespacial e centralidade como opostos e compostos.

A inclusão de territórios de uso da população proletarizada, sob o avanço dos processos de capitalização e valorização do espaço e do ideário da sustentabilidade, como seu adorno conveniente, expõe essa população a formas de expropriação compulsórias³²; a indicação de seu reassentamento na área de entorno, na maioria das vezes, não se concretiza³³ e, quando o faz, essa mesma população tem dificuldades na manutenção da nova condição, pelos custos adicionais cotidianos que ela representa, como contas de água e luz, na substituição da condição de favelada pela de moradora de conjuntos habitacionais, por exemplo. Há denúncias de expulsão velada da mesma população, através de “cheques despejos”, como se conveniona a remuneração precária pelo direito de usucapião negado.³⁴

Impõe-se resgatar formas de subjetividade concreta, individual e social, contrapostas ao processo social abstrato dominante: modos de percepção da crise social; projetos sociais e políticos a seu propósito.

A sociedade, do modo como se processa, acaba por envolver a todos num processo social abstrato, de difícil discernimento. Ele inclui estratégias amplas,

³² Ver a este propósito: Alfredo, 1999.

³³ “O número de famílias a serem desabrigadas vem sendo subdimensionado no Trecho Sul. A DERSA prevê 1,7 mil famílias, sendo que somente na favela Pintassilgo (que será inteiramente desapropriada) existem 1,2 mil famílias. Dessa população a ser desapropriada, 90% está em situação irregular. (Diário do Grande ABC, 29/10/2004)” (LABHAB. Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – estudo preliminar, 2005, p. 117)

³⁴ “A Operação Urbana Água Espriada [em São Paulo] concedeu a ‘investidores’ o direito de construir prédios de altura superior ao permitido na lei de zoneamento. Em troca, os recursos gerados pela venda desses certificados deveriam ser destinados a melhorias no bairro – como a construção de uma ponte e a criação de conjuntos habitacionais destinados a abrigar as pessoas retiradas da favela. Mas, ao invés dos conjuntos habitacionais, a Secretaria Municipal de Habitação implementou a prática do “cheque despejo” que consiste no pagamento de R\$ 5 mil a R\$ 8 mil para retirada de famílias. O valor é insuficiente até mesmo para compra de barraco em outra favela. Recentemente, o Shopping Cidade Jardim, que também fica na Marginal Pinheiros, ofereceu R\$ 40 mil por família para a retirada de barracos de uma parte de seu terreno. A Defensoria Pública entrou com ação civil pública para impedir a prática do ‘cheque despejo’ no local. [...] Na Favela do Jardim Edith moram cerca de 3 mil pessoas. São 800 famílias. De acordo com a Defensoria, metade delas reside há mais de 10 anos no local. Segundo a Lei da Operação Urbana Água Espriada, deveriam ser construídas moradias populares na região para realocar toda a comunidade. Com isso o Poder Público, por lei, não pode conceder cheque-despejo. [...] ‘A área é de permanente especulação imobiliária desde 2000, quando a Operação Urbana foi realizada. Há uma pressão política dos investidores para que as favelas sejam removidas’ [...]” (<http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoid=15397&sid=6>, acesso 25 de junho de 2008; publicação *Hora do Povo*, de 13 de dezembro de 2007)

de mais de uma escala geográfica, simultaneamente, ativas nos lugares, e modos de aterrorizar o cotidiano. A consciência, ao nível da cotidianidade, expõe um conflito entre o que pode ser a verdade essencial do que nos submete e o falso, como a submissão sem atrito, sem resistência, instalada no cotidiano. Podemos nos quedar na ambiguidade desse lusco-fusco. Mas as temporalidades e espacialidades vividas, percebidas, são extremamente complexas. Na vida cotidiana, imerge-se no tempo abstrato dominante e, ao mesmo tempo, se evoca tempos e espaços outros, vividos real ou imaginativamente. Assim, a luta por contraespaços, por formas de apropriação social e individual possíveis, é tanto organizada social e politicamente, como evocada no plano da percepção, no tecido mesmo das vivências.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, André Luís. *Visíveis pela violência* – A fragmentação subjetiva do espaço metropolitano. Tese de doutorado. Presidente Prudente: Departamento de Geografia/UNESP- Presidente Prudente, 2009.
- ALFREDO, Anselmo. *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo* – Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.
- SÃO PAULO. *Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Rodoanel*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2004.
- BARRETO, Maria Inês. Inserção internacional de governos locais. IN: Revista *Teoria e Debate*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 17, n.º 59, agosto/setembro de 2004, p. 12-16.
- CANDIDO, Antonio. A dialética da malandragem. IN: *O discurso e a cidade*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, 3.ª edição, p. 17-46.
- DAMIANI, Amélia Luisa. *Espaço e Geografia: Observações de Método*. – Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. – Ensaio sobre a Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo. Tese de Livre-Docência. São Paulo: Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FUNDAÇÃO IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia. *Pierre George – Conferências no Brasil*, Guanabara: 1970.
- GEORGE, Pierre. A propos de la “geographie active”. Réflexion sur la responsabilité des géographes. IN: *Hérodote* – revue de géographie et de géopolitique. Paris: La Découverte, n.ºs 33-34, 2º-3º trimestres de 1984, p. 213-221.
- _____. *La Ville* – Le fait urbain a travers le monde. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- _____. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983.

- _____.; GUGLIEMO, Raymond; LACOSTE, Yves e KAYSER, Bernard. *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1966.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *El Nuevo Imperialismo*. Madri: Akal, 2004.
- _____. *A Justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HELLER, Ágnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- KURZ, Robert. *O declínio da classe média*. Folha de S. Paulo, 19 set. 2004. Caderno Mais, p. 10
- JONAS, Stéphane. La métropolisation de la société dans l'oeuvre de Georg Simmel. In: RÉMY, Jean (Org.). *Georg Simmel: ville et modernité*. Paris: Harmattan, 1995, p. 51-59.
- JOHNSTON, Ronald John. *Geografia e geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945*. Tradução: Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia Serve Antes de Mais para Fazer a Guerra*. São Paulo: AGB, 1979.
- LABHAB. *Impactos urbanísticos do Trecho Oeste do Rodoanel Mario Covas – estudo preliminar*. São Paulo: Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos, FAUUSP, julho de 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Póvoa de Varzim: Ulisséia, s/d.
- _____. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos, 2000, 4.ª edição.
- _____. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos, 2001, 3.ª edição.
- _____, Henri. *De l'État – 4. Les contradictions de l'État moderne*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- _____. *La Survie du capitalismo*. Paris: Anthropos, 1973.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LIMONAD, Ester e BARBOSA, Jorge Luiz. Entre o ideal e o real rumo a sociedade urbana – algumas considerações sobre o “Estatuto da Cidade”. IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*, 2003, n.º 13. P. 87-105
- LOURAU, René. *Los intelectuales y El poder*. Montevideu: Nordan-Comunidad, 2001.
- MARTINI-SCALZONE, Lucia e SCALZONE, Oreste. Écologisme et autonomie. In: *GROUPE de NAVARRENX. Du Contrat de Citoyenneté*. Paris: Syllepse/Périscopie, 1990, p. 228.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política* (Grundrisse) 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1977, volumes 1 e 2.
- _____. *Teorías sobre la plusvalía*. Buenos Aires: Cartago, 1975, (agregados).
- _____. *O capital – Livro I, Capítulo VI*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A Questão Judaica*. São Paulo: Moraes, s/d.
- _____. *El capital*. México: Siglo Veintiuno, 1984, tomo III, 3.ª edição.
- MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIELE, Sávio Augusto de Freitas. Avenida Eng. Luis Carlos Berrini: a Produção do “Moderno”.

- IN: *GEOUSP – Espaço e Tempo*. Revista de Pós-Graduação. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 2006, n.º 20.
- NAVARRO, Ginés. *El cuerpo y la mirada* – desvelando a Bataille. Barcelona: Anthropos Editorial, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSMONT, Annik. *La banque mondiale et les villes – du développement à l’ajustement*. Paris: Karthala, 1995.
- PETONNET, Colette. *Contribution à l’Étude Ethnologique des Néo-prolétariats Urbains*. Tese de doutorado. Paris: Université René Descartes, Paris V, Sciences Humaines, Sorbonne, 1978.
- SÃO PAULO. *Programa Rodoanel Mario Covas: Trecho sul modificado – Estudo de impacto ambiental*, São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2004, volumes 1-5.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SCHAEFER, Fred K. *Exceptionalism in geography: a methodological examination*. Annals, Association of American Geographers, n.º 43, 1953.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Economia política do espaço – A reestruturação da Bacia do Alto Tietê. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CARRERAS, Carles (orgs.). *Urbanização e mundialização* – estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. P. 51-59.
- SILVA, Moacir Nunes e. *A Geopolítica da economia mafiocontemporânea*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia/FFLCH, USP, 2009.
- SORRE, Max. *Les fondements de la Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1948, tomo II – Les fondements techniques.
- TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. IN: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. *São Paulo – Segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2005.
- VANEIGEM, Raoul. *Nous qui désirons sans fin*. Paris: Gallimard, 1996.

Recebido em: 25/09/2009

Aceito em: 18/11/2009

O RIGOR NO USO DAS NOÇÕES E CONCEITOS NA GEOGRAFIA URBANA

PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS

Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Universidade Católica do Salvador

Mestrado em Geografia

Universidade Federal da Bahia

Pesquisador CNPq

pavascon@uol.com.br

RESUMO

O texto tem como objetivo discutir o uso das noções e conceitos na Geografia Urbana, visando a contribuir para uma utilização mais rigorosa e precisa dos mesmos, em um momento em que a produção dos geógrafos ganha uma difusão que extrapola as fronteiras disciplinares. Os seguintes tópicos foram selecionados: (1) mudanças de lugares e contextos; (2) mudanças de cultura; (3) mudanças de idioma; (4) problemas de edição; (5) mudanças de disciplinas; (6) mudanças de correntes filosóficas ou teóricas; (7) mudanças na hierarquia; (8) mudanças ao longo do tempo; (9) produção de novas noções e conceitos e (10) riscos de polissemia.

PALAVRAS-CHAVE: Noções. Conceitos. Geografia Urbana.

RIGOR IN THE USE OF NOTIONS AND CONCEPTS IN URBAN GEOGRAPHY

ABSTRACT

The text aims to discuss the use of notions and concepts in urban geography in order to contribute to a more rigorous and precise use of these, at a moment when geographers' production is spreading beyond the disciplinary boundaries. The following topics were selected: (1) changing places and contexts; (2) changes in culture; (3) changes in language; (4) editing problems; (5) changes

of disciplines; (6) philosophical or theoretical changes; (7) changes in the hierarchy; (8) changes along time; (9) production of new notions and concepts; and (10) risks of polysemy.

KEY WORDS: Notions. Concepts. Urban geography.

INTRODUÇÃO

A Geografia é vista por autores de outros campos disciplinares, como uma disciplina com problemas epistemológicos, sobretudo quando vista como uma “disciplina de síntese”, situada na interface entre as ciências naturais e ciências sociais. Segundo um dos seus críticos, os empréstimos de outras ciências humanas seriam assumidos e reconhecidos pelos próprios geógrafos (DORTIER, 2008, p. 776). Essas questões gerais da disciplina repercutem, naturalmente, na Geografia Urbana.

Diante das críticas externas¹, o objetivo deste texto é de discutir o uso das noções e conceitos na disciplina, sobretudo na Geografia Urbana, visando a contribuir para uma utilização mais rigorosa e precisa dos mesmos, em um momento em que vários textos da produção dos geógrafos ganham uma difusão que extrapola as fronteiras disciplinares.

Especificamente nos estudos da Geografia Urbana, diferenças reais na estruturação do espaço existem entre as cidades brasileiras, europeias e norte-americanas, independentemente de estarem inseridas no mesmo Modo de Produção Capitalista. As periferias das cidades brasileiras e europeias são, em geral, estigmatizadas, enquanto que os subúrbios localizados nas periferias das cidades norte-americanas são valorizados. Por outro lado, as diferenças de regimes políticos e de controle do solo também resultaram em estruturas diferenciadas. Por exemplo, em Moscou, a densidade populacional cresce do centro para a periferia, ao contrário das demais capitais européias (VENDINA e KOLOSSOV, 1997). Finalmente, diferenças culturais também se refletem no espaço: um dos melhores exemplos é o das cidades muçulmanas. Essas diferenças deveriam ser refletidas na utilização das noções e conceitos na subdisciplina.

¹ Bourdieu (1984, p. 182) a partir de análise fatorial chegou à conclusão que, no caso francês, “A geografia se situa no último lugar da hierarquia universitária”.

NOÇÕES E CONCEITOS

Devido à anterioridade dos estudos realizados na Europa, algumas noções foram importadas pelos geógrafos brasileiros. Assim, por exemplo, as noções de “Próximo Oriente”, de “Oriente Médio” e de “Extremo Oriente” não têm sentido na nossa realidade, mas já foram absorvidas, sem maior preocupação sobre o assunto.

Uma discussão sobre noções e conceitos já foi realizada em outro texto². Podemos comparar algumas definições dadas pelos geógrafos aos conceitos, como a de Snyder et al. (1971, p. 105), para quem seria a “caracterização de uma parcela da realidade em termos de atributos ou propriedades”; para Antoine Bailly (1993, p. 393), o conceito consistiria “em uma ou várias idéias, abstratas, mentalmente construídas, em um contexto ideológico. O conceito constitui uma definição operacional que permite a projeção do pensamento”; para Di Meo (1998, p. 233), eles “se referem à capacidade de compreender e de explicar as coisas” ou ainda segundo Milton Santos, seria “a atualização, historização presente da categoria” (ASSIS e SPÓSITO, 2002, p. 32), observando que para Pedro Demo (1981, p. 56), a categoria de análise seria um “instrumento conceitual básico de uma teoria qualquer”. Bailly (1993) também define noção como “um conhecimento elementar admitido comumente”, lembrando que para Kant, a noção é um conceito *a priori*.

Na Geografia, os conceitos de uso mais corrente são os de espaço, território, lugar, paisagem, região, assim como os de área, meio e rede. Há algumas divergências entre os autores: Augustin Berque (1993, p. 369)³ destacou quatro conceitos como os mais representativos da Geografia: espaço, meio, paisagem e meio ambiente; Lobato Corrêa (1995, p. 16) priorizou os de paisagem, região, espaço lugar e território como conceitos-chave da disciplina; os geógrafos franceses Bailly e Ferras (1997, p. 114-122) optaram por espaço, meio e meio ambiente, paisagem, região e território, como conceitos fundamentais da Geografia. Rogério Haesbaert (2002, p. 142) destacou como conceitos básicos da Geografia os de território, rede, lugar, paisagem, região e meio ambiente, certamente considerando o espaço como uma categoria mais ampla. Já Eliseu Spósito, em 2004, privilegiou a análise de apenas três conceitos: o espaço (e o

² Ver Vasconcelos, 2001.

³ Este autor propôs o conceito de “*médiance*” em 1990.

tempo), a região e o território. Milton Santos (1996), por outro lado, fez um corte diferente: para ele as categorias analíticas internas do espaço seriam a paisagem, a configuração territorial (entre outras), enquanto que os recortes espaciais seriam a região, o lugar, as redes e as escalas (e a tecnosfera e a psicosfera)⁴.

Na Geografia Urbana, alguns desses conceitos são direcionados para o exame específico das cidades e das sociedades urbanas, como os de espaço urbano, território (distrital), lugar, paisagem urbana, região (administrativa), área (urbana), meio urbano e rede urbana, entre outros.

Os geógrafos anglo-saxões trabalham com outros recortes conceituais. Por exemplo, em *Key Concepts in Urban Geography*, os conceitos estão separados em cinco blocos 1. Localização e Movimento: centralidade, mobilidade, cidades globais e urbanismo transnacional; 2. Construções: natureza, materialidade, infraestrutura e arquitetura; 3. Visualização e Experiência: diagrama, fotografia, corpo, virtualidade e vigilância; 4. Organização Social e Política: segregação, políticas urbanas e comunidade; 5. Sites e Práticas: consumo, mídia, espaço público e comemoração (LATHAN et al., 2009).

Mas, saindo desse nível geral, podem ser levantados problemas e questões críticas no uso das noções e conceitos na Geografia Urbana brasileira, conforme os tópicos propostos a seguir⁵:

1. Mudanças de lugares e contextos

As noções e conceitos foram elaborados em lugares, sociedades e contextos diferentes. O sociólogo francês Lóic Wacquant, em texto de 2005, já advertia para o que ele denominava “difusão transatlântica de conceitos”, dando destaque para a importação de noções norte-americanas e sua utilização na realidade europeia, como no caso de “*guetto*”, cuja aplicação nas periferias (*banlieues*) francesas não teria sentido (2005, p. 136). É importante destacar, que colegas brasileiros, como Rogério Haesbaert (2004, p. 73) também advertiram sobre o cuidado necessário com os “transplantes” de conceitos para contextos distintos.

No caso brasileiro, podemos destacar a mudança de sentido, no exemplo já mencionado da noção de “subúrbio”, que no Brasil adquire, junto com o de “periferia”, características estigmatizantes, enquanto locais de residência preca-

⁴ Ver também Castro, Gomes e Correa (1995).

⁵ Alguns exemplos podem ser intercambiáveis.

riamente infraestruturados e habitados por uma população majoritariamente pobre. Ao contrário, nos Estados Unidos, os subúrbios (*suburbs*) se referem a bairros com população de renda mais elevada e de maioria branca.

A noção de segregação também já foi discutida em artigo específico, contestando inclusive a sua utilização de segregação socioespacial no caso brasileiro. De fato, nem no período colonial populações foram segregadas nas cidades brasileiras, ao contrário de Portugal onde foram implantadas Judiarias e Mourarias⁶.

2. Mudanças de cultura

As diferenças culturais também devem ser levadas em conta. O sociólogo francês Didier Fassin (1996) fez a relação entre a utilização de conceitos adaptados às situações socioculturais de cada região de origem, quando estudou a questão da pobreza. Ele dá como exemplo, a utilização de três noções e suas figuras correspondentes no espaço social: (1) a de “marginalidade” (e centro-periferia) na América Latina, ou seja, os pobres ficando “à margem” da cidade e da sociedade; (2) a de exclusão (e dentro-fora) na França, correspondendo à expulsão dos pobres das áreas centrais das cidades como no caso de Paris; e (3) a de *underclass* (relações hierárquicas alto-baixo) nos Estados Unidos, correspondendo aos “debaixo”, sobretudo os negros em bairros segregados.

Outra noção absorvida sem maior reflexão é a questão das minorias. No contexto norte-americano, a noção de “maioria” se refere ao grupo dominante (homens, brancos, adultos, de classe média ou afluyente, heterossexuais e não contestadores) e não corresponde à maioria populacional, conforme comenta Béatrice Collignon (2001, p. 24).

Outra oposição importante também levantada é a do tema multiculturalismo norte-americano, que corresponde a um projeto político, que é o oposto à integração, e que difere da tradição universalista francesa, conforme a mesma autora no livro editado em 2001.

Outro exemplo interessante é o quadro apresentado por Bourdieu, no seu livro *La Distinction* (1979), que mostra o elevado capital cultural dos professores universitários na França e a elevada situação social dos professores no ensino

⁶ Ver Vasconcelos (2004). Acrescento apenas um exemplo: os jovens favelados brasileiros frequentam as escolas públicas na zona sul do Rio de Janeiro, enquanto que os jovens negros segregados nas cidades americanas eram obrigados a estudar em suas precárias escolas segregadas.

secundário francês. Essa situação pode ser contraposta com a pouca relevância social dos colegas brasileiros, podendo ser adicionada às atitudes de desprezo, por parte de estudantes ricos, nas escolas privadas brasileiras, diante de professores de Geografia de origem social modesta.

3. Mudanças de idioma

Em outros eventos já foram comentadas as mudanças de sentido de palavras de origem inglesa, mesmo aquelas de origem latina com suas traduções pela palavra mais próxima. Em boa parte, a responsabilidade é dos jornalistas, mas também são assimiladas pelos acadêmicos, sem uma maior reflexão, como no caso da noção de “sustentabilidade”, que os franceses traduziram por durabilidade, o que parece mais próximo da idéia original⁷.

O mesmo acontece com a noção de “setor informal”, noção difundida pelos organismos internacionais, e que foi traduzida pelos franceses por “setor não estruturado”. A alternativa de circuito superior/circuito inferior proposta por Milton Santos não teve a mesma repercussão. Por outro lado, os colegas franceses tiveram dificuldade de compreender o título da conferência do mesmo autor, baseada no seu livro “Metrópole Corporativa Fragmentada”, de 1990, tendo em vista o sentido inglês da palavra “*corporation*”, que está ligado aos negócios, enquanto que a equivalente francesa faz referências às corporações medievais.

Outras noções acadêmicas também são assimiladas sem maior discussão: por exemplo, as diferenças apontadas pela geógrafa francesa Cynthia Ghorra-Gobin entre as noções de “*ville globale*” (que estaria articulada à economia global) e de “*ville mondiale*” (medida pelo grau de atração)⁸, em geral, não são consideradas.

Qual o sentido de se utilizar nas cidades brasileiras a noção de “gentrificação”, tradução automática da palavra inglesa “*gentrification*”, referente à pequena nobreza inglesa (“*gentry*”)? Alternativas existem em português como as noções de enobrecimento, nobilitação etc.

Uma diferença importante estaria no sentido do conceito “*place*”, em inglês, que segundo Staszak (2001, p. 253), corresponderia a várias escalas, en-

⁷ Dependendo do local de estudo (e da língua) o brasileiro é especialista em “sensoriamento remoto” (*remote sensing*) ou em “teledeteção” (*télé-détection*), esta última agora em menor uso.

⁸ Para a autora, a economia global é um segmento da economia mundial (GHORRA-GOBIN, 2009, p. 8).

quanto o seu equivalente francês, “*lieu*”, só teria relação ao contexto local. Ele sugere que a melhor tradução da palavra inglesa “*place*” seria a francesa “*territoire*”. No Brasil não se observam essas nuances, traduzindo automaticamente para a palavra mais semelhante. Ainda podemos destacar a noção de paisagem (*landschaft*), em alemão, que seria uma noção que corresponderia a território, província e até o clima⁹, podendo ser analisada, tanto na perspectiva vertical, como na horizontal.

A utilização da palavra “conferência”, tradução automática do inglês¹⁰, quando em português significa uma palestra de maior importância, é aplicada, inclusive por grupos politicamente engajados, como no caso da Conferência das Cidades, que deveria ser traduzida por Congresso das Cidades ou equivalente.

Outras noções são invertidas, inclusive as “politicamente corretas” como a de “*black*” (preto), que é valorizada nos Estados Unidos, enquanto que a palavra “*niger*” é considerada ofensiva. No caso brasileiro a palavra valorizada é justamente “negro”, que além do mais, incorpora, em vários estudos acadêmicos, a soma de pretos e pardos registrados nos censos, independentemente das misturas ocorridas entre os mestiços incluídos nessa última classificação¹¹.

4. Problemas de edição

Além dos problemas das traduções das noções e conceitos em diferentes línguas, ocorrem problemas específicos da tradução dos títulos dos livros, no Brasil, mas também em outros países. Por exemplo, o livro *The World Cities*, de Peter Hall, de 1965, foi traduzido em castelhano como *Las grandes ciudades y sus problemas*, o que não é a mesma coisa¹². Também o clássico “*Explanation in*

⁹ Conforme Paquot citando C. Franceschi, in Pumain; Paquot; Kleinschamager (2006, p. 211).

¹⁰ Foram lembrados pelos colegas Lúcia Cony Faria Cidade, a tradução automática do inglês da denominação da corrente “Geografia teórica”, assim como, por Aldo Paviani, da tradução de “*land use*” por “uso do solo”, quando seria mais lógico a de “uso da terra”.

¹¹ Os exemplos são inúmeros e extrapolam a temática urbana: “entretenimento” no lugar de “diversão”; “empoderamento”, entre outros. Palavras de origem latina como “delete” (ex. “*Delenda Cartago*”, no sentido de destruir a cidade), foram transformadas na sua utilização em inglês para o sentido de apagar, e, a partir de sua tradução automática, um novo verbo está sendo utilizado informalmente, o de “deletar”. Porém o caso mais grave, a meu ver, é o de A.I.D.S., uma sigla que não foi traduzida como em Portugal (S.I.D.A.) e que resultou, no Brasil, até na criação do adjetivo “aidético” (!).

¹² Capítulos de livros também apresentam problemas de tradução. Um exemplo é o da tradução brasileira de títulos de capítulos do livro de Peter Hall (1995): “2. A Cidades do Desvio Variado” [2. “*The City of By-Pass Variegated*”] e “8. A Cidade da Suada Equidade” [8. “*The City of Sweat Equity*”] ...

Geography” de David Harvey, de 1969, foi traduzido na Espanha por “*Teorias, leyes y modelos em geografia*”.

Outro clássico, o livro de Patrick Geddes “*Cities in Evolution*”, de 1915, foi traduzido pelos franceses por “*L’évolution des villes*” e em português do Brasil como “*Cidades em Evolução*” (ambos de 1994).

Às vezes a imposição é do editor, visando a, atingir públicos diferentes ou mais amplos. Chombart de Lauwe, em conferência em Paris, informou que o editor retirou a interrogação do título do livro dele “*La fin des villes?*”, de 1982, passando de uma questão para uma afirmação.

Encontramos também em português do Brasil traduções de títulos que diferem completamente dos originais, como no caso do livro de Lefebvre “*La pensée marxiste et la ville*”, de 1972, traduzido corretamente na versão portuguesa do mesmo ano, mas no Brasil teve seu título mudado para “*A cidade do capital*” (!). Também foi retirada a referência ao marxismo na tradução do título do livro de Lojkin, durante o período da ditadura militar, passando de “*Le marxisme, l’Etat et la question urbaine*”, de 1977, para “*O Estado capitalista e a questão urbana*” (!), de 1981. Outro livro que teve o seu título alterado foi o clássico de Jane Jacobs, “*The Death and Life of Great American Cities*” de 1961, traduzido tardiamente para “*Morte e Vida de Grandes Cidades*”, de 2000, retirando a menção às cidades americanas na edição brasileira. Também o título do recente *Planet of slums*, de Mike Davis, datado de 2006, foi traduzido para o abrigado “*Planeta Favela*”¹³.

5. Mudanças de disciplinas

Algumas noções foram elaboradas ou reconceituadas por autores de disciplinas diferentes, como no caso das noções de forma (correspondendo ao percebido), função (ligado ao vivido) e estrutura (que se concebe), por Henri Lefebvre (1986, p. 426). Essas noções foram rediscutidas posteriormente, na Geografia, por Milton Santos (1985, p. 50), sendo forma vista como aspecto visível de uma coisa; a função corresponde à tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa¹⁴; e a estrutura seria a inter-relação de todas as partes de um todo. O autor acrescentou ainda a noção de processo.

¹³ Um caso bem risível ocorreu na literatura: o título do livro “*The Physician*”, de Noah Gordon foi traduzido para “*O Físico*”, quando deveria ter sido por “*O Médico*” ou equivalente.

¹⁴ A noção de função é baseada no Dicionário *Webster*.

Por outro lado o geógrafo Edward Soja (2000, p. xiv) aproxima-se mais das noções elaboradas por Lefebvre (as de espaço percebido, concebido e vivido), com a proposta de espaço urbano empiricamente percebido, espaço teoricamente concebido e espaço experencialmente vivido. Pode-se perguntar se as preocupações dos sociólogos seriam idênticas às dos geógrafos.

Outras noções bastante discutidas na Sociologia, tais as de agentes e atores sociais (pelos sociólogos Topalov, Bourdieu e Tourraine, entre outros), aparecem na Geografia com grande destaque nos estudos de mercado fundiário e dos movimentos sociais, enquanto sua utilização na Sociologia é mais ampla (VASCONCELOS, inédito). Milton Santos (1996), por exemplo, utilizava tanto a noção de agentes como a de atores hegemônicos.

Por outro lado, o cuidado com o uso de noções e conceitos originários de outras disciplinas não deve ser um impedimento para a sua utilização. David Harvey, no citado *Explanation in Geography*, de 1969, já denominava de “conceitos derivados” aqueles oriundos de outras disciplinas, em contraponto aos conceitos próprios da Geografia (HARVEY, 1983).

Um exemplo importante é a adaptação dos processos espaciais oriundos da Escola de Chicago (centralização, segregação, etc.), pelo colega Lobato Correa. Outro é a enorme contribuição de Henri Lefebvre (1986) na sua proposta de produção do espaço e das práticas espaciais. Outras contribuições podem ser examinadas e incorporadas, como, por exemplo, as de Pierre Bourdieu (1997, p. 28-33), na sua proposta de divisão entre o capital político (ex. partidos, sindicatos), capital econômico (empresários) e capital cultural (professores), que podem ser úteis, com a devida atenção, pelas mudanças de disciplina e de contexto.

6. Mudanças de correntes filosóficas ou teóricas

O debate é muito antigo na Filosofia: enquanto Platão distinguia “*chôra*” (área, espaço) de “*topos*” (lugar), Aristóteles tentava reduzir o espaço ao lugar, segundo Pumain, Paquot e Kleinschmager (2006, p. 164).

Por outro lado, alguns filósofos fazem um alerta sobre o uso de conceitos, como Deleuze e Guattari (1992, p. 13), que afirmaram que a Filosofia “é a disciplina que consiste em criar conceitos” e que “há outras maneiras de pensar e criar, outros modos de ideação que não têm de passar por conceitos, como o pensamento científico” (1992, p. 17). De fato já no seu livro de 1972, *L'Anti-Oedipe*, esses filósofos trabalharam com conceitos espaciais,

como o de “territorialidade” com o sentido de fixação de residência, quando tratam do papel do Estado (2005, p. 232), assim como o de “desterritorialização” do solo pelo trabalhador ou da riqueza pelo Capital (2005, p. 267). Também comentaram a desterritorialização dos fluxos de financiamento e a “re-territorialização” realizada através dos bancos centrais (2005, p. 307). Por outro lado, eles também deram outros sentidos a esses conceitos como, por exemplo, quando afirmaram que “*nos amours sont des complexes de déterritorialisation et re-territorialisation*” (2005, p. 377)¹⁵, situação que também ocorreria nos sonhos e nos pesadelos, ou seja, em uma perspectiva bem mais próxima da Psiquiatria que da Geografia.

Na sua obra seguinte, *Mille Plateaux*, de 1980, Deleuze e Guattari (2004, p. 634) retomam o conceito de “desterritorialização” definindo-o como “*le mouvement pour lequel 'on' quitte le territoire*”¹⁶, tratando também de outras noções espaciais como “reterritorialização”, “espacialização” (2004, p. 602), “espaço liso” (vetorial e nômade) e “espaço estriado” (métrico e sedentário) (2004, p. 447 e 592). Mais uma vez, entretanto, a utilização desses conceitos afasta-se bastante da Geografia, como nos exemplos seguintes: “*dans um livre comme toute chose, il y a ... des territorialités*” (2004, p. 9)¹⁷ ou “*le livre assume la déterritorialisation du monde ...*” (2004, p. 18)¹⁸ ou ainda “*la berceuse qui territorialise le sommeil et l'enfant ...*” (2004, p. 402)¹⁹. Esses distanciamentos nos levam a refletir sobre os cuidados a tomar sobre o caráter mais abrangente dos conceitos da Filosofia²⁰.

Outra questão delicada, os conceitos e noções originários de correntes diferentes e às vezes opostas, são utilizadas conjuntamente, como por exemplo, a de estrutura (estruturalismo) aparece junto com as de sujeito (fenomenologia). O sociólogo Pedro Demo nos adverte que as categorias de análise devem estar vinculadas a uma teoria, como por exemplo, para a dialética, uma categoria básica seria a do conflito social, já para o sistemismo a categoria seria o sistema (DEMO, 1981, p. 56).

¹⁵ “Nossos amores são complexos de desterritorialização e re-territorialização”.

¹⁶ “O movimento pelo qual 'se' deixa o território”.

¹⁷ “Em um livro como em toda coisa, há ... territorialidades”.

¹⁸ “O livro assume a desterritorialização do mundo”.

¹⁹ “O canto de ninar que territorializa o sono e a criança”.

²⁰ Di Meo (1998) e, sobretudo Haesbaert (2004) trouxeram a discussão desses filósofos para a Geografia.

O geógrafo Entrikin (1998, p. 134), por sua vez, lembra que vivemos nos lugares, mas o lugar é também visto como exterior as nossas ações²¹ e que há uma divisão entre as concepções existencialistas e naturalistas do lugar. Cresswell (2006, p. 50) afirma que para os geógrafos regionais os lugares (*places*) são áreas distintas da terra; para os humanistas o lugar é um modo de ser fundamental no mundo; para os radicais, os lugares seriam construídos como reflexos do poder e na teoria da estruturação como parte do processo de reprodução da sociedade.

7. Mudanças na hierarquia

Algumas noções e conceitos na Geografia (e na Geografia Urbana) seriam mais importantes ou teriam mais abrangência do que outros, segundo alguns autores. Armando Corrêa da Silva, por exemplo, chegou a propor a hierarquização das noções e conceitos geográficos: o espaço (como dimensão universal) conteria o lugar (como dimensão particular) e o lugar conteria a área, a região e o território (como dimensões singulares) (SILVA, 1986). Ruy Moreira (2007, p. 117) propôs que região, lugar e rede seriam recortes concretos do espaço, e seriam sub-categorias do território, enquanto que as sub-categorias do espaço seriam a localização, a distribuição, a distância, a extensão, a posição e a escala.

O geógrafo francês Jacques Levy (2003, p. 332) propôs os lugares, os territórios, as redes e as áreas como “espécies de espaço”, o que foi seguido pela colega Stéphanie Lima (2009, p. 171), não tendo incluindo, porém, as áreas. O já citado Cresswell (2006, p. 8) precisa que o espaço, sendo mais abstrato, conteria áreas e volumes e que os lugares teriam espaços entre eles.

A enorme produção conceitual de Milton Santos²² permite uma tentativa de reconstruir uma hierarquia entre conceitos, a partir de momentos diferentes. Em primeiro lugar o espaço seria equivalente à organização espacial, à estrutura territorial, à organização do espaço e à estrutura territorial (1988, p. 25). Em seguida, o autor nivelou o conceito de espaço geográfico com o de território usado (SANTOS, 1994). Por outro lado, o espaço seria composto pela configuração territorial e pela dinâmica social (SANTOS, 1988, p. 111). A configuração territorial, por sua vez, seria formada pelo território e o con-

²¹ ENTRIKIN, 1998, p. 7, quando cita Yu-Fu Tuan, e o seu clássico *Space and Place*, de 1977.

²² Alice Ferreira (2007) analisou um léxico de 106 termos produzidos por Milton Santos na sua tese de doutorado.

junto de objetos existentes sobre ele (1988, p. 75). A paisagem seria uma porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (SANTOS, 1996, p. 85). Já o território seria composto por lugares contíguos e lugares em rede (SANTOS, 1994, p. 16). Finalmente, os lugares tanto podem ser vistos como uma porção discreta do espaço total (SANTOS, 1978, p. 121) ou como uma combinação específica de temporalidades diversas (SANTOS, 1996, p. 109).

O geógrafo Peter Hall discutiu a noção de cidade mundial muito cedo (1965), mas o impacto maior foi o de cidade global proposto pela socióloga Saskia Sassen (1991). Podemos levantar a questão: não seria melhor a utilização de “metrópole global” no lugar de “cidade global”?²³.

8. Mudanças ao longo do tempo

Na Geografia, como nas demais ciências sociais, ocorre a mudança de sentido, assim como da hegemonia de uma noção ou conceito ao longo do tempo, havendo também a substituição ou o abandono de determinadas noções e conceitos, ou sua recuperação: como exemplo temos o uso da noção de paisagem e região na denominada Geografia Clássica, sendo substituída pela noção de espaço na Geografia Teórico-Quantitativa²⁴, e mais recentemente o destaque passou para as noções de lugar e de território²⁵, tanto nas correntes fenomenológicas como na chamada Geografia Crítica.

Temos também os desdobramentos de conceitos como o de território (visto como forma), em territorialidade (visto como função) e territorialização (visto como processo), assim como os de desterritorialização, reterritorialização e interterritorialidade (LIMA, 2009, p. 199, 168 e 170).

Algumas noções são trocadas, como as de região pela de território, como no caso do uso atual de território de identidades, originário de estudos e políticas agrárias. Outras mudam de conteúdo, como o de lugar, passando de objetivo para subjetivo. Ocorrem mudanças de noções próximas pelo próprio

²³ Também contestado por McNeil in Latham et al. (2009, p. 43).

²⁴ Em 1971 foram levantados 232 “termos básicos” da Geografia Urbana em inglês, português, espanhol e francês, por grupo de trabalho do I.P.G.H. (SNYDER et al., 1971).

²⁵ A importância da noção do território pode ser mensurada pelo aumento dos textos sobre o conceito tanto na literatura internacional como na Geografia brasileira: Souza (1995), Haesbaert (2002 e 2004) e Saquet (2007).

autor, como no caso de Milton Santos, por exemplo, de fixos e fluxos para horizontalidades e verticalidades.

Ainda podemos comentar o uso político de noções como “comunidade”, “ocupação”, “afro-descendente”, “território de identidade” etc., algumas verdadeiras palavras de ordem.

9. Produção de novas noções e conceitos

Mais comum talvez, seja a questão do modismo, a eterna preocupação de estar *up-to-date*, já detectada pelos professores franceses, como Levy Strauss (2009), nos seus cursos, na Universidade de São Paulo nos anos 1930, ou da real necessidade de novas noções e conceitos diante das mudanças dos processos, dos objetos ou da sociedade. Como exemplos podemos citar a noção de “*placelessness*” criada pelo geógrafo Edward Relph (1976); a de “*edge-cities*”, elaborada pelo jornalista Joel Garreau em 1991; a de “*non-lieu*”, proposta em 1992 pelo antropólogo Marc Augé (1994); a de “*metapolis*”, pelo urbanista François Ascher em 1995; a de *CyberCities*, por Christine Boyer em 1996; a “*cittta postmoderna*”, do sociólogo Giandomenico Amendola em 1997 (2000) e a do intraduzível “*Zwischenstadt*”, que corresponderia aproximadamente a “entre-cidades”, do urbanista alemão Thomas Sieverts, de 2001 (2004). Alguns autores, como o geógrafo Edward Soja (2000), procuraram criar novas noções, através de jogos de palavras, embora às vezes só tenham sentido na língua original, como *cityspace*, *exopolis*, *postmetropolis*. Os autores também entram na “moda”, não necessariamente originários da Geografia. Um dos mais citados recentemente seria o sociólogo Zygmunt Bauman.

10. Riscos de polissemia

Problemas de polissemia existem a partir das palavras usadas na língua “ordinária”, refletindo o senso comum. Paul Claval (2001, p. 233) citava, por exemplo, as noções de país, de paisagem, de região, de nação, de cidade e de campo ²⁶.

Já são bastante conhecidas as sete acepções da noção de território levantadas por Jacques Levy (2003, p. 907-908) no verbete do dicionário que ele editou com Lussault: (1) território como sinônimo de “espaço”; (2) como sinô-

²⁶ Até palavras originárias do mercado imobiliário como “bairros nobres” são utilizadas na Academia.

nimo de “lugar”; (3) como espaço socializado; (4) como espaço controlado e limitado; (5), como metáfora de animalidade; (6) como espaço “apropriado e de identidade”; e (7) como correspondente a uma periodização histórica.

O mesmo acontece com a noção de lugar que teria de 46 a 58 sinônimos em francês, a partir de levantamento efetuado pelo geógrafo italiano Angelo Turco (2009, p. 37). Além disso, lugar é uma noção multiescalar como a noção de região. Podemos nos perguntar qual a precisão de uma noção com tantas utilizações possíveis?

CONCLUSÕES

Este texto, elaborado para um debate nem de longe esgota o assunto. É uma tentativa de trazer uma contribuição crítica às questões conceituais, tendo em vista a enorme ampliação da produção na nossa disciplina e no campo da Geografia Urbana, resultante, em boa parte, da expansão dos nossos cursos de pós-graduação. O aumento quantitativo da produção acadêmica deve ser acompanhado pelo rigor na utilização de noções e conceitos, que devem ser úteis para o entendimento e compreensão das questões estudadas e não apenas utilizados como ornamentos ou modismos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENDOLA, Giandomenico. *La Ciudad Postmoderna*, Madrid: Celeste, 2000 [1997].
- ASCHER, François. *Métapolis, ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995.
- ASSIS, Jesus de Paula; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Testamento Intelectual / Milton Santos*. São Paulo: Edunesp, 2002.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares*. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994 [1992].
- BAILLY, Antoine (ed.) *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, 1991.
- _____. “Les représentations en géographie”. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert.; PUMAIN, Denise (dir.) *Encyclopédie de Géographie*. Genève: Economica, 1993, p. 389-401.
- BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert. *Éléments d'épistémologie de la géographie*. Paris: A. Colin, 1997.
- BERQUE, Augustin. “Espace, milieu, paysage, environnement”. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise (dir.) *Encyclopédie de Géographie*. Genève: Economica, 1993, p. 369-387.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.

- _____. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1997 [1994].
- BOYER, Christine. *CyberCities*. New York: Princeton Architectural Press, 1996.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CLAVAL, Paul. *Épistemologie de la géographie*. Paris: Nathan, 2001.
- COLLIGNON, Béatrice. “La géographie et les minorités. Déconstruire et dénoncer les discours dominants”. In: STASZAK, Jean-François et al. *Géographies anglo-saxonnes*. Tendances contemporaines. Paris: Belin, 2001, p. 23-28.
- CORREA, Roberto Lobato. “Espaço: um conceito-chave da Geografia”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- CRESSWELL, Tim. *Place: A Short Introduction*. Malden: Blackwell, 2006.
- DELANEY, David. *Territory: A Short Introduction*. Malden: Blackwell, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'Anti-Oedipe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2005 [1972].
- _____. *Mille Plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2004 [1980].
- _____. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 [1991].
- DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1981.
- DI MEO, Guy (dir.) *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- _____. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan, 1998.
- DORTIER, Jean François (dir.) *Le dictionnaire des sciences humaines*. Auxerre: Ed. Sciences Humaines, 2008.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. *The Betweenness of Place*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.
- FASSIN, Didier. “Marginalidad et marginados. La construction de la pauvreté urbaine en Amérique latine”. In : PAUGAN, Serge (dir.) *L'exclusion: l'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996, p. 263-271.
- FERREIRA, Alice. “Un penseur, par ses mots. Le lexique de Milton Santos”, in LÉVI, Jacques. *Milton Santos / philosophe du mondial, citoyen du local*. Lausanne: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 2007, p. 27-46.
- GARREAU, Joel. *Edge City: Life on the New Frontier*. New York: Anchor Books, 1991.
- GHORRA-GOBIN, Cynthia. “À l'heure de la ‘deuxième’ mondialisation, une ville mondiale est-elle forcément une ville globale”, *Confins*, Numero 5, 20/03/2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/documents5726.html>> Acesso em: 20 mar. 2009.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Peter. *Las grandes ciudades y sus problemas*. Madrid: Guadarrama, 1965.
- _____. *Cidades do Amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995 [1988].
- HARVEY, David. *Teorias, leyes y modelos em geografia*. Madrid: Alianza Universidad, 1983 [1969].

- LATHAM, Alan; McCORMACK, Derek; McNAMARA, Kim; McNEIL, Donald. *Key Concepts in Urban Geography*. London : SAGE Publications, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986 [1974].
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris, Plon, 2009 [1955].
- LEVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris : Belin, 2003.
- LIMA, Stéphanie. "Le dépassement des territoires : bâtisseurs et passeurs d'espaces". In : VANIER, Martin (dir.) *Territoires, territorialité, territorialisation*. Controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 167-173.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar o ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PUMAIN, Denise; PAQUOT, Thierry; KLEINSCHMAGER, Richard. *Dictionnaire: la ville et l'urbain*. Paris: Economica; Anthropos, 2006.
- RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London, Pion, 1976.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.
- _____. *Espaço & Método*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SASSEN, Saskia. *The Global City*. Princeton: Princeton University Press, 1991
- SIEVERTS, Thomas. *Entre-ville une lecture de la Zwischenstadt*. Marseille: Parenthèses, 2004 [2001].
- SILVA, Armando Correa da. *De quem é o pedaço? Espaço e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SNYDER et al. *Vocabulary of Urban Geography; Vocabulário de Geografia Urbana; Vocabulário de Geografia Urbana; Vocabulaire de Géographie Urbaine*. Rio de Janeiro: I.P.G.H. / C. G., 1971.
- SOJA, Edward W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Malden: Blackwell, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORREA, Roberto Lobato (org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.
- SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e Filosofia*. São Paulo: Edunesp, 2004.
- STASZAK, Jean-François et al. *Géographies anglo-saxonnes*. Tendances contemporaines. Paris: Belin, 2001.
- TURCO, Angelo. «Topogenèse: la généalogie du lieu et la constitution du territoire». In: VANIER, Martin (dir.) *Territoires, territorialité, territorialisation*. Controverses et perspectives. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 37-44.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. "Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira no período escravista". In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Unesp, 2001, p. 13-34.

_____. “A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração”, *Cidades*, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004, p. 259-274.

_____. “A utilização dos agentes sociais no estudo da geografia urbana: avanço ou recuo?” (Inédito).

VENDINA, Olga; KOLOSSOV, Vladimir. “Moscou, retour a la voie mondiale”, in CLAVAL, Paul; SANGUIN, André-Louis (ed.) *Métropolisation et politique*. Paris, L’Harmattan, 1997, p. 137-152.

WACQUANT, Loïc. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro, Revan: Fase, 2005.

Recebido em: 05/08/09

Aceito em: 05/10/09

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE E O URBANO: O ATUAL COMO PRODUTO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA

OSCAR SOBARZO

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
oscar.sobarzo@ufrgs.br

RESUMO

Propõe-se uma reflexão que reafirme a importância da dimensão temporal para o entendimento da cidade e do urbano, evitando pensar a situação atual limitada ao “novo”. Nesse sentido, é apresentada uma análise retrospectiva, não exaustiva nem conclusiva, para exemplificar a importância do conhecimento do processo de produção daquilo que podemos denominar o “saber” da Geografia Urbana ou, em geral, do entendimento atual sobre a cidade e o urbano. Destaca-se a importância da escala temporal nas pesquisas urbanas devido à necessidade do resgate da história das cidades estudadas e das temáticas abordadas. O texto estrutura-se a partir de quatro pontos principais, os quais correspondem aos exemplos utilizados na reflexão: a definição da cidade, o estudo da cidade, a rede urbana e o urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Urbano. Geografia Urbana.

REFLECTIONS ON THE CITY AND THE URBAN: THE PRESENT
AS A PRODUCT OF THE PROCESS OF CONSTITUTION OF URBAN
GEOGRAPHY

ABSTRACT

This paper proposes a reflection that reaffirms the importance of the temporal dimension for the understanding of the city and the urban, thus avoiding treating the present situation as limited to what is “new”. We have attempted

to carry out a retrospective, though not systematic or conclusive, analysis to illustrate how important it is to become aware of the production of what could be called the “knowledge” of urban geography, or, more generally, of the understanding of the city and the urban. The importance of time scale in urban research is highlighted due to the need to recover the history of the studies on cities and of the subjects addressed. The paper is divided into four parts, each one corresponding to the examples used in the discussion: the definition of the city, the study of the city, the urban network and the urban.

KEY WORDS: City. Urban. Urban geography.

Pensar as questões atuais sobre a cidade e o urbano impõe um desafio inicial que tem a ver com o que entendemos por “atual”. Numa leitura restrita, o convite para essa análise pode nos levar por um caminho, também restrito, que se limita a pensar no novo: novos paradigmas, novas abordagens, novos temas, novas interpretações e relações. Pautar o atual apenas com o novo pode simplificar a compreensão da realidade, na medida em que se desconhecem aspectos “históricos” de um fenômeno analisado, ou não são consideradas reflexões já realizadas por outros pensadores, em outros tempos, sobre aquilo que está sendo estudado.

Para superar essas limitações, consideramos necessária uma leitura mais ampla do atual, na qual ele surge como produto de um ou de muitos processos de interpretação da realidade urbana, assim como resultado da própria história da cidade analisada.

Nesse sentido, o objetivo principal da reflexão apresentada neste texto é reafirmar a importância da dimensão ou da escala temporal para o entendimento da cidade e do urbano. É claro que não se trata de uma temática inédita, já que na Geografia parece estar suficientemente trabalhada a relação indissociável entre espaço e tempo, haja vista a sintética e poderosa máxima de Milton Santos (2002 [1978]) que considera “o espaço como acumulação desigual de tempos”. Contudo, percebemos¹, na prática, uma tendência, que tentativamente denominamos de “imediatismo do novo”, possível de ser exem-

¹ Como toda percepção, a nossa surge de uma leitura pessoal restrita ao nosso campo de ação. Nesse sentido, ela tem limitações e não necessariamente será a mesma de outra pessoa.

plificada nas seguintes situações: percepção de leitura de textos clássicos como uma simples (e muitas vezes pouco útil) leitura de velhos textos; avaliação negativa de disciplinas “muito históricas”; abordagens de temas como se fossem totalmente novos (relação urbano-rural; cidades médias); desconhecimento de autores, especialmente os mais antigos.

Assim, neste texto, apresentamos uma análise retrospectiva, não exaustiva nem conclusiva, sobre alguns tópicos, para exemplificar a importância do conhecimento do processo de produção daquilo que podemos denominar o “saber” da Geografia Urbana ou, em geral, do entendimento atual sobre a cidade e o urbano.

Por que essa análise pode ser útil? Ao completar 20 anos de SIMPURB, é interessante voltar o olhar ao primeiro encontro e à publicação dele resultante (CARLOS, 1994a), em que existiu um esforço para expor um panorama geral sobre a produção da Geografia Urbana brasileira. Duas décadas depois, completar esse painel surge como tarefa necessária. Não é esse, porém, o objetivo deste texto, já que esse trabalho significaria um levantamento minucioso e detalhado. O que se propõe aqui, a partir de alguns exemplos, é destacar a importância do conhecimento dos caminhos trilhados pela pesquisa em Geografia Urbana, para entender de uma forma melhor o momento atual, suas potencialidades e limitações.

A importância da escala temporal na análise urbana pode ser exemplificada pela própria idade daquilo que chamamos “cidade”: considerando Benévolo (2005), mais de 5.500 anos. Obviamente, não é essa escala temporal que nos interessa destacar neste texto, e sim a escala do tempo da Geografia Urbana e a suas reflexões sobre a cidade.

Numa outra perspectiva, as pesquisas urbanas demonstram a importância da escala temporal por meio do resgate da história das cidades estudadas. Avaliamos que nesse aspecto precisamos avançar para análises mais focadas na “história” que permite entender a temática ou o recorte espacial que está sendo estudado, destacando os elementos de mudança e/ou continuidade nas transformações espaciais ocorridas no tempo, como aponta Vasconcelos (1999). Assim, não se trata de uma repetição simples da história da cidade ou de um bairro, como uma crônica de fatos cronologicamente organizados, mas da compilação de uma série de elementos que auxiliem no entendimento da dinâmica atual estudada.

Ainda destacando a importância da escala temporal na pesquisa urbana podemos apontar a perspectiva temática. Com efeito, cada tema tem a sua história, e pesquisadores anteriores que refletiram sobre um assunto, muitas vezes com outras abordagens teóricas e ferramentas analíticas, podem apontar caminhos de reflexão com potencialidades e limitações, demonstrando que aquilo que reluz na sua novidade aparente já foi objeto de estudo e análise.

Como apontou Carlos (1994b, p. 157): “A geografia se move no contexto da produção da ciência e se produz em função de um processo de conhecimento dinâmico e ininterrupto”. Nesse sentido, avaliamos que estar cientes desse processo de produção do conhecimento ajuda a contextualizar o alcance e a força interpretativa das abordagens atuais (e também as suas limitações) e aponta para alguns temas que nesse percurso podem ter caído no esquecimento e que hoje precisam ser retomados ou retrabalhados.

O presente texto estrutura-se a partir de quatro pontos principais, os quais correspondem aos exemplos que utilizaremos em nossa reflexão: a definição da cidade, o estudo da cidade, a rede urbana e o urbano. Finalmente, são tecidas algumas considerações finais.

PONTO 1: A DEFINIÇÃO DA CIDADE

Numa avaliação geral, parece-nos que a definição de cidade não é hoje uma prioridade nas reflexões da Geografia Urbana. As pesquisas assumem umas entidades reconhecidamente como urbanas e se debruçam no seu estudo. Nesse amplo espectro de entidades urbanas que estudamos, encontramos desde metrópoles a cidades pequenas, incluindo grandes cidades e cidades médias. Os esforços em termos de definição talvez passem por diferenciar cada um desses tipos, mas, ao fim, todas são consideradas cidades, embora com dinâmicas diferenciadas.

O entendimento do que é uma cidade talvez fique claro recorrendo ao conceito geográfico de paisagem. A paisagem de uma cidade, a paisagem urbana, tem uma materialidade característica com construções e infraestruturas, mas também com movimentos, processos, dinâmicas e problemas. Recorrendo a Milton Santos (1996), trata-se de uma forma, de um conjunto de objetos reais concretos, com conteúdos característicos. E para essas formas-conteúdos que abrangem uma ampla variedade utilizamos a mesma denominação: cidade.

Na perspectiva temporal, podemos observar que as pesquisas urbanas tinham uma preocupação central em definir essas entidades chamadas de cida-

des. O livro de Lewis Mumford, *A cidade na história*, publicado originalmente em 1961, começa com a pergunta: “Que é a cidade?” (1998 [1961], p. 9).

Na primeira metade do século XX, esse questionamento estava presente nos autores da *Ecologia Humana*. Assim, Robert Park, em seu clássico texto de 1916, define a cidade como:

[...] algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones, etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1976, p. 26).

Louis Wirth, num texto de 1938, destaca as limitações das definições de cidade baseadas em critérios estatísticos e/ou administrativos. Sua definição, extremamente genérica, ganha força interpretativa na medida em que se consegue aplicar em muitos contextos: “uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1976, p. 96). Esse autor avança na sua interpretação quando analisa que o “urbanismo como modo de vida” não se limita à própria cidade, mas alcança a vida rural, que é influenciada por ela.

Consideremos também três exemplos da própria Geografia. Josué de Castro, na introdução do seu livro, *A cidade do Recife*, de 1954, considera a cidade “um tipo especial de paisagem cultural” (p. 13), acrescentando que ela “se projeta na paisagem como um signo de vitória do cultural sobre o natural” (p. 27).

Milton Santos, no início do seu texto “A cidade como centro de região”, de 1959, apresenta uma série de autores que define o que é cidade, mas antes esclarece que “a cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside às relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência” (p. 7).

Pedro Pinchas Geiger, no livro, *Evolução da rede urbana brasileira*, de 1963, também se ocupa com o tema no início da obra. O autor destaca o caráter oficial e político-administrativo da definição de cidade no Brasil, chegando a questionar: “pode-se considerar realmente como cidades todas as localidades

sedes de municípios, mesmo quando muitas delas têm menos de 1.000 habitantes, casario tosco, baixo e disperso?” (GEIGER, 1963, p. 8).

A que reflexões nos levam esses exemplos, na perspectiva do atual momento da Geografia Urbana?

Em primeiro lugar, mesmo considerando as restrições da abordagem da Ecologia Humana associadas à sua orientação analítica organicista e biológica, chama a atenção, na definição de Park, o realce de elementos que vão além do plano material e institucional para definir a cidade: um “estado de espírito”, que supera “um mecanismo físico e uma construção artificial”.

Na interpretação de Wirth, destaca-se a ideia de o modo de vida urbano – que no texto é denominado urbanismo – não se restringir às cidades, mas extrapolar essa materialidade e invadir as áreas rurais, que sentem a sua influência. Aqui, uma dimensão da cidade, representada por aspectos imateriais associados a modos de vida, aponta para a problemática definição do que é urbano e rural e as suas relações, temática presente em muitos debates atuais. Nessa mesma perspectiva, mas no sentido contrário, Milton Santos (1959, p. 11) questiona-se sobre o limiar para definir como cidades o que ele chama de “formas primárias do fato urbano”, ou seja, núcleos que estariam mais próximos da vida rural.

Assim como a questão colocada por Geiger, essas análises realizadas em décadas passadas revelam as dificuldades das definições formais de cidade, uma preocupação que, embora tenha recebido destaque nos últimos anos, com a publicação de Veiga (2002), pode ser, a partir do conhecimento dos autores citados – entre outros –, contextualizada como uma problemática antiga e amplamente refletida pela pesquisa urbana. Da mesma forma, podemos identificar questionamentos sobre a “invasão” de vida urbana no meio rural, ou sobre a real condição urbana de pequenos núcleos de população, em estudos que possuem décadas de debates e contribuições.

Voltando aos nossos exemplos, as ideias destacadas de Josué de Castro trazem a importância do conceito de paisagem para a definição de cidade e o que essa paisagem significa em termos da relação entre Sociedade e Natureza. Milton Santos também cita a condição de paisagem particular que a cidade assume, mas, neste caso, enfatiza a inserção da cidade num espaço maior, numa área de influência. Como veremos no próximo item do texto, esses dois autores apontam para dimensões que atualmente são “parcialmente” abordadas nas

pesquisas urbanas: a cidade na sua relação com os processos do meio físico, e na abordagem simultânea de suas escalas intraurbana e interurbana.

PONTO 2: O ESTUDO DA CIDADE

O que caracteriza o estudo da cidade na atualidade? Na perspectiva que nos interessa destacar neste texto, podemos afirmar que a pesquisa urbana se caracteriza hoje pelas suas múltiplas possibilidades temáticas e analíticas. A cidade e o urbano conformam um objeto de estudo que no plano teórico-metodológico é lido das mais diversas óticas, das materialistas até as fenomenológicas, e que também apresenta um amplo leque de abordagens se consideramos os temas pelos quais se realiza a “entrada” para o seu entendimento.²

Uma outra possibilidade de leitura dessa diversidade é dada pelos próprios recortes do espaço intraurbano, que ensejam uma variedade de estudos de bairros, ruas, parques etc. Às vezes, as pesquisas realizam comparações entre cidades, geralmente a partir de um recorte temático. Noutra perspectiva, há um grande número de estudos que tratam das relações interurbanas, assim como das relações cidade-campo.

Olhando para o passado, podemos perceber que a diversidade de abordagens para o estudo da cidade nem sempre foi a mesma que vemos hoje. Para nossa reflexão, utilizaremos a chamada “monografia urbana”, derivada do método regional e aplicada desde o início do século XX, sintetizada em termos metodológicos por Monbeig, em 1941, no seu texto, “O estudo geográfico das cidades”.

Como explica Abreu (1994, p. 208):

O que era a monografia urbana sugerida por Monbeig em seu artigo pioneiro? Em poucas palavras, pode-se dizer que era o resultado da aplicação do método da geografia regional à cidade. Era, na realidade, uma monografia regional, só que a região, neste caso, era a cidade.

Assim delineada, o que se poderia esperar então de uma monografia urbana? Nada menos do que uma síntese urbana. E como fazer esta síntese? Da mesma forma como vinham sendo feitas as “sínteses regionais”, ou seja, pela integração analítica de dados físicos e humanos, objetivando com isso demonstrar a individualidade do “fato geográfico” que era a cidade.

O citado texto de Monbeig tem uma clara intenção metodológica, tentando estabelecer o que compete ao geógrafo quando se debruça sobre o estudo de

² Um exemplo dessa variedade está representado pela diversidade de temas expostos nas mesas, comunicações orais e pôsteres do XI SIMPURB.

uma cidade. Assim, o autor estabelece uma agenda ou roteiro de pesquisa que se inicia com a descrição do quadro natural em que se localiza a cidade, destacando o estudo da sua situação – entendida num contexto regional – e do local urbano. Essa parte da monografia urbana, alerta Monbeig (2004, [1941]): “não pode consistir exclusivamente na descrição dos elementos geográficos: é preciso mostrar, concomitantemente, como os homens tiraram partido do mesmo, de modo mais ou menos feliz, segundo as épocas” (MONBEIG, 2004, p. 289).

Continuando o roteiro de pesquisa estabelecido pela monografia urbana, o estudo geográfico deveria incorporar a dimensão temporal, representada na evolução urbana: “as etapas, não mais apenas de sua formação, mas de sua progressão, o ritmo e as circunstâncias dessas etapas” (MONBEIG, 2004, p. 289-290). O autor defende a utilização de “plantas da cidade em épocas diferentes”, mas com um alerta: “separadas por intervalos de tempo nem muito curtos nem muito longos”, estabelecendo as “datas críticas” no passado da cidade (p. 290).

A monografia deveria abordar os temas da população urbana: sua evolução, densidade, distribuição e atividades. Destaca-se neste ponto, como nos anteriores, a importância atribuída à representação cartográfica como, por exemplo, no caso das atividades da população, o uso de mapas de profissões e das classes sociais. Na abordagem que a Geografia deveria fazer desses temas, Monbeig observa: “Esses são fatos sociais que o geógrafo não sabe e não precisa estudar, mas sua distribuição é um fato de ocupação do solo e traduz-se por ‘nuances’ do cenário urbano; neste sentido, esta cartografia encontra lugar na monografia urbana” (MONBEIG, 2004 p. 290). A forma de ocupação do solo assim como a descrição das habitações (*habitat* urbano) e da circulação urbana auxiliam na identificação dos diferentes bairros.

Finalmente, a monografia urbana volta o seu foco para as diferentes funções urbanas e, a partir delas, a definição do “raio de ação da cidade” ou da sua área de influência no contexto regional, transitando assim do âmbito intraurbano para o interurbano.

Abreu (1994) destaca a importância da proposta de Monbeig e identifica uma série de estudos realizados a partir da metodologia ou do roteiro de pesquisa que a monografia urbana propõe. O próprio Monbeig, na parte final do seu texto, expõe as possibilidades da sua proposta: “Uma monografia é um ‘*dossier*’ completo com uma superioridade: esforça-se por dar uma idéia da vida tão exata como possível” (MONBEIG, 2004, p. 312).

Fazendo uma comparação entre a proposta da monografia urbana e a grande variedade temática e metodológica que vemos hoje na pesquisa urbana, podemos pensar em dois momentos diferentes: enquanto a monografia pretendia uma espécie de padronização na abordagem dos estudos sobre a cidade, na atualidade, as possibilidades para a sua realização são múltiplas. Numa leitura muito restrita, temos um momento em que a Geografia, especificamente a Escola Regional, tenta definir um método específico – um método geográfico – para o estudo da cidade; no sentido oposto, presentemente há uma diversidade metodológica e temática que não comporta a imposição de um determinado método ou roteiro de pesquisa.

Nessa comparação há, por certo, o perigo de desvalorizar o passado e sobrevalorizar o presente. Corre-se o risco de negar a validade de uma visão que se pretendia um tanto hegemônica sobre a pesquisa urbana e valorar as amplas possibilidades do momento atual. Não é esse o objetivo desta reflexão, ao contrário, a seguir, tentaremos destacar aspectos em que a proposta da monografia urbana nos ajuda a compreender algumas características da pesquisa urbana hoje desenvolvida.

Para essa tarefa pode ser pertinente o uso de uma analogia com os termos: implosão e explosão. Em termos didáticos, podemos pensar a monografia urbana como um momento de implosão, em que tudo o que interessa à Geografia – à Geografia dessa época – vem para dentro do roteiro de pesquisa. Como sintetiza Abreu (1994, p. 208): “o sítio, a posição, a evolução histórica, a fisionomia e estrutura, as funções urbanas e o raio de ação da cidade”. Por outro lado, o atual momento da pesquisa urbana remete ao sentido da explosão: a pesquisa urbana explode em múltiplos recortes, temas e orientações teórico-metodológicas. Que balanço pode ser feito dessa implosão-explosão?

Em primeiro lugar, hoje, nas pesquisas urbanas, identificamos uma dificuldade para apreender uma cidade na sua totalidade. O dossiê completo que Monbeig almejava alcançar com a monografia pretendia dar conta de explicar a cidade estudada, mesmo que não conseguisse. Atualmente, a diversidade de recortes espaciais e temáticos sugere ou impõe a necessidade de pensar em sínteses. Assim como a compreensão da parte pode auxiliar no entendimento do todo, consideramos que, na pesquisa sobre uma cidade, os diferentes recortes e olhares representados por investigações diversas podem ser retomados e qualificados num momento posterior de síntese. Um exemplo disso, vindo da minha

experiência pessoal, é Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, onde se gera e acumula uma quantidade importante de pesquisas sobre os mais variados aspectos da cidade, como mostra o livro “Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média” organizado por Maria Encarnação Beltrão Sposito, em 2001.

Um segundo aspecto que a monografia urbana nos aponta refere-se ao que vamos chamar de “perda da natureza” nas pesquisas urbanas. Não estamos dizendo com isso que não haja estudos que incorporam ou analisam os aspectos do meio físico, porquanto, recorrendo novamente ao texto de Abreu (1994, p. 275-276), identifica-se claramente essa temática nos estudos urbanos no Brasil sob a denominação “cidade e ambiente”. A nossa preocupação vem da tendência de ser essa consideração da natureza específica em investigações sobre ocupação de áreas de risco, clima urbano, degradação ambiental ou, nos últimos tempos, a incorporação da natureza como mercadoria no processo de produção imobiliária. Há um considerável número de pesquisas urbanas – entre as quais incluo as minhas – em que são escassas as referências ao meio físico, e à sua influência no processo de evolução urbana. Se temos clareza que uma das preocupações da nossa ciência é a relação Homem-Natureza, talvez tenha chegado a hora de avançar no resgate dessa abordagem.

O terceiro ponto que o exemplo da monografia urbana nos traz para a reflexão atual é a dicotomia dos planos intraurbano e interurbano presente nos estudos. Para Monbeig, o estudo da cidade deveria incorporar, além da descrição da cidade em si, a identificação e avaliação do seu raio de influência. No próximo ponto, voltaremos à nossa reflexão sobre esse assunto, ao tratar da rede urbana.

Antes de abrir outra frente de análise, gostaríamos de apresentar a sugestão que Monbeig faz no texto citado, e que acreditamos seja útil no momento atual da pesquisa urbana em que, no âmbito da variedade temática presente, são valorizados os aspectos associados à leitura da dimensão cultural. Resulta interessante perceber que, na década de 1940, essa era uma proposta para enriquecer a leitura do geógrafo sobre a cidade:

Antes de escrever, o geógrafo deveria pôr-se em contato com a literatura, no sentido estrito da palavra, que existe sobre a cidade estudada; os arquivos, as estatísticas, os planos dos urbanistas não ensinam mais que o desfile das moças no domingo à tarde na praça pública da cidade pequena, ou que as cores, os sons, os odores da grande avenida principal da Capital, que a multidão dos

operários em alvoroço à saída da fábrica e que a luz de um belo dia seco sobre as areias vermelhas e os arranha-céus (MONBEIG, 2004, p. 298).

Contudo, o autor também alertava que a leitura geográfica precisava de rigor disciplinar e metodológico, não precisando se transformar numa leitura literária. Acreditamos que essas sugestões continuam atuais.

PONTO 3: A REDE URBANA

Os estudos sobre a rede urbana têm uma longa tradição na Geografia Urbana brasileira, como demonstra Roberto Lobato Corrêa, em seu texto, “Hinterlândias, hierarquias e redes” (1994b), e na síntese apresentada no livro “A rede urbana” (1994a).

Essas obras expõem as diferentes abordagens adotadas para acompanhar as mudanças teóricas e metodológicas pelas quais passou a Geografia no decorrer de parte do século XX, podendo-se identificar algumas palavras-chave que ficam de todo esse processo: hierarquia urbana, áreas de influência, centralidade.

Como pensar a rede urbana e essas palavras-chave no momento atual?

O próprio Corrêa (2001) destaca que, nas últimas décadas, a rede urbana ganha complexidade, sendo possível a percepção de múltiplos circuitos.

A rede urbana adquire contornos de uma rede complexa, com interações entre centros de regiões funcionais distintas, entre centros da mesma hinterlândia metropolitana e muitas dessas interações apresentam-se marcadas pela complementaridade funcional entre centros ou por relações que não são aquelas definidas pela teoria dos lugares centrais. Estabelecem-se múltiplos circuitos na rede urbana (CORRÊA, 2001, p. 365).

Nessa perspectiva, a realidade atual, em que as relações entre as cidades apresentam justaposições de relações próximas e distantes nas diferentes escalas, sejam elas local, nacional ou global ou as suas combinações, impõe um repensar da rede urbana, considerando que as hierarquias urbanas, áreas de influências e centralidade dificilmente serão desvendadas a partir de um modelo ou idealização de rede perfeitamente organizada em níveis que funcionam gradativamente.

Em texto anterior, Corrêa (1988) tinha apontado nessa direção, ao afirmar:

[...] entendemos por rede urbana, numa definição mínima e inicial, o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. Neste sentido não aceitamos a tese, apoiada em uma concepção idealista e normativa da ciência, da existência de uma rede urbana, modelada segundo o modelo christalleriano

ou a regra da ordem-tamanho de cidades. Do mesmo modo não aceitamos a tese de que, apenas nos países desenvolvidos, existe rede urbana, tal não acontecendo nos denominados países subdesenvolvidos (CORRÊA, 1988, p. 107).

Com relação ao último ponto destacado na citação anterior, Milton Santos, desde finais da década de 1960, vinha apontando as dificuldades para pensar a rede urbana nos países subdesenvolvidos, citando as características específicas que a diferenciavam dos modelos e teorias propostos a partir dos países desenvolvidos (SANTOS, 1980a, 1980b, 1982, 2004 [1979]). Entre suas reflexões, o autor destacava a tendência à macrocefalia e à existência daquilo que denominou como “curto-circuito” da rede urbana, ou seja, em vez de uma rede hierarquizada e articulada em níveis consecutivos, nos países subdesenvolvidos verifica-se uma rede com cidades que não necessariamente dependem daquelas nos níveis imediatamente superiores, mas que se “dirigem” diretamente às cidades mais importantes, muitas vezes à própria metrópole.³

Esses questionamentos sobre como pensar atualmente a rede urbana em nossos países ganham força pela complexidade das relações entre cidades, entre cidade e campo, entre empresas etc.

Assim, para o desempenho dessa tarefa hoje, consideramos que uma contribuição fundamental vem de Santos e Silveira (2001, p. 281), para os quais, no período atual (técnico-científico-informacional), os “sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global”. Para a compreensão desse contexto de uma rede urbana de geometria variável, os autores ainda nos oferecem outra possibilidade analítica: entender as cidades numa encruzilhada de verticalidades e horizontalidades.

Em Santos (1996, p. 225), as horizontalidades são analisadas como pontos que se agregam sem descontinuidade, sugerindo uma extensão areal contínua. Por outra parte, as verticalidades referem-se a pontos separados, relacionados ao funcionamento global da sociedade e da economia, ou seja, nos remetem a um processo mais seletivo e pontual.

Na perspectiva da rede urbana, as horizontalidades permitem-nos pensar nas relações da cidade com seu entorno próximo – o clássico raio de influência regional ou a sua hinterlândia – que inclui cidades menores e espaços rurais,

³ Algumas ideias tratadas nesta seção do texto foram discutidas em Sobarzo (2008a e 2008b).

mas podem também remeter a relações próximas geradas no próprio interior da cidade, trazendo a escala intraurbana para a análise. Essas relações de horizontalidade podem ser lidas nos serviços que a cidade presta ao seu entorno e que exigem deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos e bancários, entre outros.

As verticalidades, por sua vez, representam os fluxos externos e hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na dinâmica da cidade, ligando partes dela ao âmbito global, num processo que responde aos interesses e aos requerimentos da fluidez e da reprodução do capital, enquanto outras partes da cidade são deixadas à margem ou desconectadas dessa dinâmica. Entre os impactos desse processo temos a fragmentação da estrutura da cidade, manifestada na polarização social, na pobreza e na exclusão.

Neste ponto é preciso destacar a necessidade de superar a separação das escalas intraurbana e interurbana nas análises, considerando que esse “jogo” entre verticalidades e horizontalidades provoca processos de reestruturação urbana e de reestruturação da cidade, utilizando a terminologia proposta por Sposito (1996).

No plano da rede urbana, essa geometria variável e de encruzilhada de verticalidades e horizontalidades manifesta-se na construção de um espaço que articula áreas e eixos, com continuidade e descontinuidade territorial. Em Sposito (2001) encontramos essa reflexão, tomando como base de análise as cidades médias. Com efeito, a autora destaca que as cidades desempenham funções de intermediação imediata na sua área próxima, que inclui cidades menores e espaços rurais, definindo a existência de um espaço de continuidade territorial que conforma uma área. Na perspectiva dos fluxos gerados pelos bens e serviços que atraem consumidores de distâncias maiores, esses papéis de intermediação são ampliados, gerando um espaço que não se configura necessariamente de forma contínua, mas como um espaço em que a fluidez territorial vai definir eixos de circulação, de maneira tal que a rede adquire características de descontinuidade territorial.

O quadro fica ainda mais complexo quando pensamos na articulação das cidades em redes que extrapolam o espaço nacional, como acontece na produção e circulação das *commodities* agrícolas nos circuitos globais do agronegócio, como vem sendo estudado por Denise Elias (2003, 2006, 2007) e Denise Elias e Renato Pequeno (2006). Nesse caso, a definição de áreas, eixos, continuaida-

de e descontinuidade territorial, articulações próximas e distantes, etc. mostra todas as potencialidades analíticas de pensar a rede urbana como sistemas de cidades num contexto de geometria variável e na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou como uma rede urbana complexa com múltiplos circuitos (CORRÊA, 2001).

Antes de fechar este ponto dedicado à rede urbana, vamos abordar um exemplo de estudo nesse âmbito, importante pelo seu impacto e pela escala de abordagem. Referimo-nos ao estudo do IBGE, “Regiões de Influência de Cidades – 2007”, o qual, ao ser considerado como ponto de partida e estímulo para a reflexão, incentivará estudos sobre rede urbana ou relações entre cidades e regiões de influências, ou cidades e localização de agentes econômicos, como explorado por Sposito (2009).

Destacamos nesse estudo (REGIC), de 2007, o resgate da cartografia presente nos trabalhos anteriores realizados pelo IBGE sobre a rede urbana brasileira. Com efeito, os mapas das REGIC de 1966, 1978 e 1993 demonstram a importância do tema da rede urbana não somente na pesquisa desse instituto oficial, mas na reflexão urbana brasileira como um todo. Do ponto de vista analítico, esse material cartográfico sintetiza e permite visualizar as transformações na rede urbana associadas aos processos de ocupação e integração física do território brasileiro, e às mudanças econômicas e migratórias, entre outras possíveis de serem lidas no conjunto de mapas. Esse material permite-nos voltar ao texto de Corrêa (1988) e retomar os quatro “ângulos” ou possibilidades de análise para o entendimento da rede urbana: divisão territorial do trabalho, ciclos de exploração, forma espacial e periodização.

O estudo da REGIC de 2007 possibilita ainda uma análise comparativa com o estudo de Geiger (1963), em que o autor identifica e descreve as redes urbanas das “grandes metrópoles”. No estudo do IBGE são apresentados mapas com as redes e áreas de influência dos diferentes centros de maior nível na hierarquia urbana (metrópoles nacionais, metrópoles e capitais regionais). As possibilidades de identificação e análise dos processos de mudanças e permanências que se abrem em ambos os trabalhos fornecem um leque interessante e amplo para pesquisas.

Na perspectiva destacada anteriormente no texto, a de pensar a rede urbana como um sistema de geometria variável, o estudo da REGIC de 2007 aponta interessantes sugestões de pesquisa, quando consideradas as séries cartográficas

temáticas disponibilizadas na seção “Resultados intermediários”. Com efeito, esses mapas demonstram que ao considerar diferentes variáveis de forma isolada, os graus de centralidade, as áreas de influência e a posição das cidades nas hierarquias urbanas mudam. Como exercício comparativo e exemplo, podemos sugerir a observação dos mapas das atividades de comércio e de agências bancárias diversas, considerados no estudo o ensino de graduação e pós-graduação, densidade de domínios de internet, conexões aéreas, destino da produção agropecuária, deslocamentos para compras e para frequência a cursos de ensino superior. Deixamos aberta esta questão: possibilidade de pensar a rede urbana num contexto de geometrias variáveis, considerando a participação das cidades nos múltiplos circuitos representados nos mapas das diferentes variáveis analisadas. E para continuar refletindo: ao incorporar as relações para além do território nacional, que rede ou redes urbanas seriam evidenciadas?

PONTO 4: O URBANO

As potencialidades analíticas que nos oferece a abordagem do urbano na pesquisa urbana são amplas e em muitos aspectos nos permitem retomar elementos tratados nos pontos anteriores.

Entendemos o urbano na perspectiva de Lefebvre (1999 [1970]; 2008 [1972]). Para o autor, sob um ponto de vista histórico, a cidade passa do caráter político ao comercial e dele ao industrial e, a partir das transformações deste, surge noutro patamar o urbano. A cidade traz tudo para si, num processo de implosão, para logo explodir num movimento que inclui a concentração urbana, o êxodo rural, a extensão do tecido urbano e a subordinação completa do agrário ao urbano (LEFEBVRE, 1999).

Na perspectiva do autor, o urbano significa a emergência de uma nova sociedade – a sociedade urbana como realidade inacabada, virtualidade e horizonte (LEFEBVRE, 1999, p. 28) –, o que coloca desafios e potencialidades enormes para a pesquisa sobre a cidade. Assim como a cidade explode na metáfora lefebvriana, a pesquisa urbana também precisa explodir, conforme se aponta nas páginas precedentes, numa variedade de temas, recortes e perspectivas que possibilitem dar conta da cidade e da conformação desse urbano.

Para uma melhor compreensão sobre o tema, Lefebvre aponta ainda:

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso de explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo

compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, p. 84).

Em sua obra de 1974, “A produção do espaço”, Lefebvre evidencia essas contradições quando demonstra que, por trás da aparência de neutralidade e vazio do espaço, esconde-se seu caráter político de instrumental para o controle da sociedade, assim como a importância que ele assume no processo de reprodução e acumulação capitalista, na sua produção como fragmentos possíveis de comercialização. As contradições manifestam-se ainda na oposição entre dominação e apropriação, quando a funcionalização do espaço o afasta das possibilidades do uso cotidiano.

Nessa perspectiva, Ana Fani Alessandri Carlos (2001, p. 12) propõe três níveis de análise para abordar a produção do espaço: dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana. O primeiro remete-nos ao papel do poder político associado às elites e aos grupos representativos do grande capital na produção do espaço urbano; já a acumulação de capital pode ser lida na implementação de projetos que contribuem para a valorização ou a desvalorização de áreas e a apropriação privada dessa valorização, assim como a comercialização da cidade, presente no surgimento de novos produtos imobiliários; e, finalmente, a esfera da realização da vida humana materializa-se nos espaços que possibilitam ou dificultam práticas cotidianas de lazer, de consumo, de circulação etc. (SOBARZO, 2004).

Podemos perceber como a abordagem do urbano nos oferece ou impõe grandes desafios para a pesquisa em Geografia Urbana, os quais vêm da complexidade que significa pensar o urbano como uma sociedade em constituição e não apenas como um modo de vida associado à cidade, num processo em que a investigação deve evidenciar as suas contradições nos diferentes níveis em que se manifesta a produção do espaço.

Nesse sentido, podemos apontar algumas possibilidades para o momento atual da pesquisa urbana. Em primeiro lugar, a explosão da cidade e dos caminhos de entrada para a pesquisa, ao mesmo tempo em que o urbano se manifesta simultaneamente em diferentes níveis analíticos, mostra a necessidade de análises integradas, em que pelo menos seja possível visualizar o processo nas

suas dimensões da dominação política, da acumulação do capital e da realização da vida humana. Concebendo uma pesquisa que se proponha a estudar uma cidade, a síntese dessas dimensões – política, econômica e social – remete-nos ao tema do entendimento da cidade como um todo. Ou, no caso de estudar uma parte dela, ou um tema específico, a necessária articulação dessas dimensões pode nos levar a uma compreensão mais apurada da realidade.

Em segundo lugar, pensar o urbano como uma totalidade em constituição tira o foco da pesquisa urbana simplesmente das cidades e o direciona para todo o espaço geográfico. Nesse sentido, preocupações clássicas da Geografia Urbana como as relações entre cidades, das cidades com seu entorno rural e das cidades com suas áreas de influência podem ser rediscutidas sob outra perspectiva metodológica que assume uma mesma lógica na produção do espaço, mas que se manifesta pelas suas interdependências e contradições.

Lefebvre aponta que:

O tempo e o espaço da era industrial tenderam e ainda tendem para a homogeneidade constrangedora. O tempo e o espaço da era urbana tornam-se diferenciais e esse caráter é posto em evidência pela análise. Redes e fluxos extremamente diferentes superpõem-se e se imbricam, desde as redes viárias até os fluxos de informações, desde o mercado de produtos até as trocas de símbolos. A dialética da centralidade introduz um movimento diferencial de uma potência extraordinária (LEFEBVRE, 2008, p. 87).

Assim, por exemplo, entendemos que para o entendimento do urbano é fundamental considerar os diferentes tipos de cidades. Essa sociedade urbana em constituição irá se revelar de diferentes formas e intensidades tendo, talvez, nos espaços metropolitanos, as suas maiores manifestações, mas isso não significa que não esteja presente em outras cidades menores, como nas médias e/ou pequenas. A pesquisa urbana tem a missão de desvendar como se materializa o urbano na totalidade do espaço. No caso das cidades médias – a partir de evidências empíricas da nossa participação em estudos da ReCiMe⁴ – ficam claras, por exemplo, as contradições do processo de produção do espaço em localidades ligadas ao agronegócio, que tem uma forte capacidade de geração de riqueza e, ao mesmo tempo, uma fraca capacidade de distribuí-la, gerando cidades que polarizam amplos espaços regionais e se inserem em circuitos produtivos globais, mas que na sua estrutura interna apresentam fortes

⁴ Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias.

desigualdades sociais. Essa contradição revelada no processo de produção do espaço urbano não é destacada quando a mídia aborda as cidades médias e as apresenta como alternativas para quem busca uma qualidade de vida melhor e oportunidades de empregos, sem mostrar, no entanto, que essas possibilidades não estão disponíveis para todos.

A manifestação dessas contradições pode ser observada no plano político e econômico dos governos municipais, quando se mostram prontos para a concessão de áreas dotadas de infraestrutura para a localização de empresas, mas não apresentam a mesma disponibilidade ou vontade política para a previsão de loteamentos populares, ou para a instalação, nos já existentes, de melhorias que venham a afetar o cotidiano dos habitantes da cidade. Na mesma perspectiva, as contradições ficam evidentes também quando se percebe que essas cidades fazem parte dos circuitos de produção e circulação de commodities agrícolas, o que as coloca numa rede articulada por uma logística que significa estar num espaço de fluxos rápidos, enquanto que o cotidiano da maioria dos habitantes da cidade, em muitos aspectos, obedece a um espaço de fluxos lentos, em função de um sistema de transporte coletivo que não mostra a mesma velocidade e eficiência, servindo precariamente às necessidades da população (frequência, número e qualidade de ônibus, cobertura de linhas etc).

O processo de produção do espaço, focado nas cidades médias, revela ainda como são complexas as relações urbano-rurais. Por exemplo, parte da renda vinda do campo vai se materializar, no espaço urbano, na produção imobiliária, tida como fonte de reserva de valor, gerando processos em que os preços de imóveis ficam no mesmo patamar ou próximos aos dos observados em cidades maiores, e incluindo metrópoles. Do mesmo modo é possível observar fluxos na direção contrária, ou seja, atividades urbanas, como as relacionadas com a medicina ou a advocacia, em que os profissionais apresentam uma forte capacidade de capitalização, significando que parte da renda gerada vai para o meio rural em investimentos, não somente de lazer, mas também de tipo produtivo. Esse exemplo nos faz retomar e repensar as sugestões de Corrêa (1969) sobre a drenagem da renda fundiária para a compreensão das relações entre a cidade e a sua região.

No mesmo sentido, o entendimento do urbano traz a necessidade de insistir mais uma vez na importância de avançar em pesquisas que considerem conjuntamente as dimensões intraurbana e interurbana. Voltando ao caso das

idades médias, Corrêa (2007, p. 25) chama a atenção para a “elaboração de um quadro teórico mais consistente, evidenciando a unidade da cidade como ponto funcional em uma dada rede urbana e como organização, em outra escala, do espaço interno”. A participação das cidades em redes regionais e extrarregionais, os impactos delas no espaço intraurbano, assim como a materialização de espaços e infraestruturas na cidade para a atração de atividades que a insiram nessas redes, exemplificam a prioridade dessa análise nas duas escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No texto foram apresentados como exemplos de análise os tópicos referentes à definição da cidade, ao estudo da cidade, à rede urbana e ao urbano, procurando destacar as possibilidades que o entendimento do atual encontra – ou pode encontrar – nas abordagens passadas, especialmente na perspectiva da compreensão do estudo da cidade e do urbano no presente com as suas potencialidades e limitações. Nesse sentido, insistimos na importância da dimensão temporal, considerando os planos da “história” da cidade pesquisada e da “história” da temática analisada, além da “história” da produção da Geografia Urbana. A partir do conhecimento desses elementos, o entendimento do atual pode ser aprimorado, da mesma maneira que o passado pode ser compreendido de forma melhor, permitindo contribuições até para a sua superação.

Finalmente, com o intuito de continuar refletindo, consideramos relevante apontar que a pesquisa em Geografia Urbana deve focar seus esforços em evidenciar a cidade na sua dimensão espacial. Na perspectiva analítica da produção do espaço urbano, vemos possibilidades de integração das dimensões política, econômica e da vida cotidiana, que nos remetem a diálogos necessários com outras ciências sociais. Pode parecer uma frase muitas vezes repetida, mas o foco da Geografia Urbana deve ser o espaço: a dimensão espacial da cidade e do urbano. Desvendando o espaço e demonstrando as suas contradições, a Geografia pode oferecer sua contribuição às outras ciências sociais, bem como com elas dialogar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 199-322.

- BENÉVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Regiões de influência das cidades – 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 nov. 2008.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994a.
- _____. *Repensando a Geografia Urbana: uma nova perspectiva se abre*. In: _____. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994b, p. 157-198.
- _____. *Espaço-tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Josué de. *A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Estudo das relações entre cidade e região. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 31, n. 1, p. 43-56, jan.-mar. 1969.
- _____. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50, n. 2, p. 107-124, abr.-jun. 1988.
- _____. *A rede urbana*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994a.
- _____. Hinterlândias, hierarquias e redes. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994b, p. 323-359.
- _____. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 359-367.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP*. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 279-303.
- _____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. [1974]
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. [1970]
- _____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. [1972]
- MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. *Cidades*. Presidente Prudente, v. 1, n. 2, p. 277-314, jul.-dez. 2004. [1941].
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. [1961]
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1916], p. 26-67.

SANTOS, Milton. *A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp, 2002 [1978].

_____. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980a.

_____. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1980b.

_____. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004. [1979]

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOBARZO, Oscar. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. La contribución de Milton Santos para la construcción de un concepto de ciudad media. In: MENDOZA, Cristóbal (org.). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea*. Barcelona/Ciudad de México: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana, 2008a, p. 70-83.

_____. As cidades médias e a urbanização contemporânea. *Cidades*, v. 5, n. 8, p. 277-292, jul.-dez. 2008b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro Gonçalves (org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GAsPERR, 1996, p. 111-126.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001, p. 609-643.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: BELLET SANFELIU, Carmen; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado*. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009, p. 41-69.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Como estudar a cidade na longa duração: a noção do tempo na Geografia. *Formação*, Presidente Prudente, n. 6, p. 75-90, 1999.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 [1938], p. 90-113.

Recebido em: 03/08/09

Aceito em: 20/10/09

NEGATIVIDADE E A CRÍTICA À CRÍTICA CRÍTICA: SOBRE ESPAÇO TEMPO E MODERNIZAÇÃO¹

ANSELMO ALFREDO

Departamento de Geografia

Graduação e Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

FFLCH Universidade de São Paulo – USP

e-mail: ansfredo@usp.br

RESUMO

Este trabalho observa as restrições de um pensamento crítico que, ao acentuar a materialidade do real como seu objeto de estudo, especialmente o espaço, não contemplou a crítica necessária a uma sociedade determinada por abstrações, de modo que a análise física da realidade moderna prevaleceu sobre os critérios sociais. Abdicar da contradição entre abstrato e concreto como fundamento da crítica positivou a mesma, limitando o seu potencial dialético e, no entanto, negativo. Buscou-se, assim, argumentar sobre a necessidade de se pensar o espaço como abstração.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização. Tempo-espaço. Abstrato-concreto. Geografia. Negatividade

NEGATIVITY AND THE CRITIC TO THE CRITICAL CRITIC
ABOUT SPACE TIME AND MODERNISATION

ABSTRACT

This article analyses the restrictions of a critical thinking which – due to the privilege it gives to the materiality of reality, and particularly of space – does not encompass the necessary critic to a society determined by abstractions. In this framework, the physical analyses of modern reality have been privileged

¹ Agradecimento aos alunos da Pós-Graduação do DG-FFLCH-USP, de 2008 e 2009, e ao Grupo de Estudos de *O Capital*, no LABUR-DG-FFLCH-USP, que possibilitaram algumas discussões aqui apresentadas. Agradeço ainda à Ana Cristina Mota Silva, pela leitura do original e sugestões.

detrimental to social criteria. The renouncement of the contradiction between abstract and concrete as fundament of the criticism has lead to a situation in which the latter becomes “positivised”, which restricts its dialectical and negative potential. The aim of this article was to assert about the necessity to reflect on the space as an abstraction.

KEY WORDS: Modernisation. Time-space. Abstract-concrete. Geography. Negativity.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. Assim, a impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo ótico não se apresenta como uma excitação subjetiva do próprio nervo, mas como forma objetiva de uma coisa fora do olho. Mas, no ato de ver, a luz se projeta realmente a partir de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. É uma relação física entre coisas físicas. Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.

Marx, (1988, grifos nossos)

INTRODUÇÃO

A Geografia tem fundamentado sua abordagem como ciência, dentre outras formas, a partir do espaço como uma de suas categorias específicas. O ponto é que, sob diferentes formas, em diferentes momentos de sua formação enquanto um pensamento disciplinar, tal categoria tem justificado sua condição de ciência na medida em que se observa o mesmo sob uma perspectiva

material, concreta e ou física². Mesmo a Geografia considerada crítica não deixou de acentuar os termos dessa materialidade, vinculados à noção de Materialismo Histórico e Dialético, para definir os limites daquilo que a punha como um pensamento propriamente científico. Isso tornou secundária a análise das determinações abstratas do valor e da forma valor, limitando esta Geografia em relação àquilo que diz respeito a se pensar o próprio espaço como uma das formas abstratas de realização de uma sociabilidade determinada pelos processos de abstração, o que teria efetivado uma realidade não só concreta, nem só abstrata, mas posta na contradição fetichista entre o concreto e o abstrato.

OBJETIVIDADE E ABSTRAÇÃO

“A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’...”

Marx (1988, grifos nossos)

A perspectiva predominantemente materialista fez com que a compreensão dos termos das contradições específicas do moderno e da modernização fossem secundarizados em detrimento de uma compreensão que não teria superado uma concepção física do próprio espaço. A reafirmação de uma condição material do espaço (materialismo), se trouxe uma crítica importante, limitou a intensificação dos elementos compreensivos da dialética (Materialismo Histórico e Dialético), sendo que para reafirmar a condição de pensamento próprio à Geografia, a noção de histórico (materialismo histórico) foi inobservada como forma de delimitar um corpo da ciência espacial, isto é, a Geografia. A materialidade posta no e pelo espaço, mais físico que geográfico, teria obnubilado um pensamento temporal eludido pela materialidade acentuada do espaço que a justificava como ciência. Deste ponto de vista, distinguir aquilo que se põe como espaço da Física de um Espaço Abstrato, a partir da teoria do valor, é momento necessário das reflexões como caminho de um pensamento que seja capaz de colocar os fundamentos propriamente da crítica ao moderno e à modernização.

² Embora Soja (1993) tenha observado pertinentemente essa questão, não estamos de acordo que o problema apresente um bom encaminhamento, seja pelo desenvolvimento desigual, seja pelo fato de que a relação espaço e sociedade se faz seguindo uma interferência mútua, isto é, a sociedade produz espaço e o espaço define a forma de ser da sociedade. Isso porque a manutenção da determinação da dimensão concreta e física do espaço nesta análise não teria evitado as limitações a uma crítica negativa que seria atingida, ao menos inicialmente, segundo a concepção de que o espaço é uma abstração.

A compreensão espacial, no entanto, ainda que posta por uma sociedade pautada pelas determinações da mercadoria e do valor, restringiu tal categoria de espaço sob a perspectiva de uma dimensão material e física. Isso resultava na observação, pela geografia autodenominada crítica, de que, no máximo, o mesmo se efetivava como veículo de abstrações, o que não punha o espaço como abstração própria do moderno e da modernização.

Confira-se a isto, dentre outros motivos, o fato de que a restrita compreensão no século XX, da forma dialética do pensamento ocidental dos séculos XVIII e XIX (isto é, de Kant, Hegel e Marx), inferiu que a mesma teria se dado a partir dos pressupostos de uma dialética estritamente temporal. Isso trouxe constrangimentos a um pensamento disciplinar e geográfico na medida em que não reconheceu na lógica, especialmente de Hegel e de Marx, uma razão negativa cuja identidade posta pela contradição se efetivou de modo profundo e oportuno como negatividade temporal, donde a contradição, seguindo a doutrina da essência de Hegel, se expressava como uma lógica intemporal. Ser e não ser, no entanto, são postos como identidade negativa de uma contradição em que a distensão temporal eliminada, isto é, ser para depois não ser, – a eliminação dessa sucessão, portanto – é condição essencial para a efetividade de uma razão propriamente destituída do tempo como critério de sua identidade negativa. A essência, assim posta, é a própria negatividade do tempo. Aliás, em seu pertinente diálogo com Kant da *Crítica da Razão Pura* (1980), Hegel deixa entrever o fato de que o princípio da *Ciência da Lógica* (1968) se põe como o fim de todos os princípios, sendo aquele o princípio da contradição. Se o tempo se põe como princípio da relação sujeito objeto, a contradição posta entre o positivo e o negativo, no âmbito da identidade negativa de ambos, deve colocar o fim do tempo como princípio inquestionável daquilo que torna possível tal relação. Se Kant (1980) traz a importância de desvelar o pôr das determinações do pensamento para a conformação do real, sendo este real não somente sua objetividade como ser-em-si, pois que este já é um modo de ser que se determina pelo pensamento, indeterminando a coisa-em-si enquanto tal; Hegel (1968) salienta o fato de que todo real é racional sendo esta razão a própria contradição que se faz como pensamento e objeto, ao mesmo tempo. Para tal, seria necessário suprimir a percepção sucessiva e temporal para compreender a instantaneidade entre mediato e imediato.

A não observação desse aspecto por demais determinante, ao se apropriar de uma visão físico-material da noção de espaço (em que a análise da cidade teria

sido tributária), sob a interpretação da constituição de uma reflexão sobre fenômenos sociais, significou um passo para trás, na medida em que as contribuições teóricas mais oportunas para a compreensão de fenômenos que passam a ter uma determinação vinculada não só aos eventos (como se diz na física)³, mas às formas de concepção e consciência dos mesmos, mostram-se como determinação na conformação de uma totalidade que é e não é, portanto, concreta.

Em outras palavras, mas não com menor importância, trata-se de um apressado abandono da busca de se compreender a dialética materialista, passando para a frente nos termos de uma análise da concretude do Real, mas descartando os sentidos profundos que pensadores anteriores deram a um método próprio vinculado àquilo que se constituiria na construção de um método nem biológico, nem físico para explicação de fenômenos que a isto não estavam

³ Esta noção de evento foi, aliás, apropriada para a sistematização da noção de tempo e espaço em Milton Santos, que pouco dista das formas da Física de Newton e Minkowski de pensar os acontecimentos físicos a serem analisados. “Quando falamos num evento passado, é de sua presença anterior num dado ponto da flecha do tempo, de um ‘presente passado’ que estamos falando” (SANTOS, 1996, p. 114).

Vejamos como isto aparece em Newton: “O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, por si mesmo e da sua própria natureza, flui uniformemente sem relação com qualquer coisa externa e é também chamado de duração; o tempo relativo, aparente e comum é alguma medida de duração perceptível e externa (seja ela exata ou não uniforme) que é obtida através do movimento e que é normalmente usada no lugar do tempo verdadeiro, tal como uma hora, um dia, um mês, um ano” (NEWTON, 1990, p. 07). Observemos ainda como essa relação se dá em Minkowski, a partir da noção de espaço e tempo: “Lugares e tempos nunca se apresentam à nossa observação senão unidos entre si. Nunca se observa um lugar sem ser num determinado instante, nem um instante sem ser num determinado lugar. Mas continuarei a respeitar o dogma de que o espaço e o tempo têm significado independente [pois Minkowski faz da teoria da relatividade a relação indissociável entre espaço e tempo, de modo que o percurso é de negar isto que aparece para ele como dogma, isto é, espaço e tempo separados, como na física absoluta de Newton]. Chamarei ponto universo a um ponto do espaço num determinado instante, isto é, um sistema de valores x, y, z, t . À multiplicidade formada por todos os sistemas de valores imagináveis para x, y, z, t chamarei UNIVERSO”. (MINKOWSKI, 1989, p. 94, grifo do autor). Observa-se assim, a noção de tempo absoluto na exposição de Milton Santos (“a flecha do tempo”), onde não se é possível derivar daí uma noção própria da relação espaço temporal exequível para os fenômenos propriamente da sociedade moderna. É justamente esta não incorporação das formas do pensamento dialético que estamos considerando como o tributo físico que teria conduzido a uma restrição importante da crítica social, em que tempo e espaço, assim pensados, teriam permitido. Ou seja, a afirmação positiva do tempo pelo espaço e deste pelo tempo, algo próprio da teoria da relatividade, cuja união espaço temporal foi o mote deste geografismo, não se permitiu observar a relação negativa – própria da dialética de Hegel e Marx – entre tempo e espaço. Nesta perspectiva, a contínua necessidade de afirmação positiva do tempo e do espaço era muito mais um problema de conformação de um objeto disciplinar do que uma questão passível de se pensar as contradições da modernização, o que aliás resulta de sua noção estrita e estrutural de totalidade, a contra-racionalidade, o que observaremos ao longo do texto.

limitados. O que significa dizer que tal abandono não trouxe elementos novos nos métodos de análise e reflexão sobre fenômenos sociais a partir do espaço, mas antigas concepções com formulações pretensamente inovadoras. Antigas porque vinculadas às ciências naturais que, como temos argumentado, do ponto de vista do espaço, a física aqui teria sido privilegiada.

O fato é que sob diferentes maneiras, o espaço já havia sido pensado como abstração, e a Geografia se contrapõe a isso como condição da ciência. Disto deriva uma continuidade positivista do pensamento geográfico que é a necessidade de afirmar como as coisas são e não como se negam (DAMIANI, 2005). Isto derivou do fato de se considerar tempo e espaço como algo integrado afirmativamente e impensável um sem o outro, herança da física relativista, que à Geografia tão somente trouxe limitações positivistas para sua própria análise do universo social.

A restrição contraditória da relação entre espaço e tempo, na verdade, tornaria possível compreender que uma realidade determinantemente espacial era resultado e limite do processo de reprodução do capital e punha as suas formas redefinidoras do processo de restrição do tempo de circulação não como afirmação deste através do adensamento de fluxos materiais e imateriais como quis certa Geografia⁴. Em verdade, a considerada aceleração do tempo era expressão de sua própria negatividade que apresentava como condição lógica dos processos de reprodução social de uma sociabilidade contraditória e em crise, de modo que o próprio espaço, enquanto categoria desta reprodução, deveria ser visto pela sua forma de autonegatividade, sendo esta a sua própria identidade.

A não observação do aspecto de que, dentre outras maneiras, o espaço se fazia como abstração do tempo e, portanto, era uma abstração, impediu de ver na objetividade do processo social, determinado pelo capital, a sua forma de autonegação, tão fundamental enquanto forma de realização metodológica da própria dialética da qual esta Geografia se fazia tributária. Assim, o acento sob o argumento de que nada é fora do espaço e do tempo não só é um atributo à materialidade física do espaço⁵ como, mais grave ainda, foi uma forma

⁴ Trata-se da análise do tempo e do espaço que se encontra em Santos (1996), baseada na noção física de fixo e fluxo (materiais e/ou imateriais, não muda a fisicalidade do argumento).

⁵ Observemos Minkowski em sua conferência de 1908: “Meus Senhores: As considerações sobre espaço e tempo que desejo expor-vos brotaram do terreno da física experimental. Aí reside a sua força. A sua tendência é radical. Daqui em diante os conceitos de espaço e de tempo, considerados como autônomos, vão desvanecer-se como sombras e somente se reconhecerá a existência independente a uma espécie de união entre os dois” (MINKOWSKI, 1989, p. 93).

profundamente anacrônica de se definir a Geografia como um corpus disciplinar, onde a separação parcelar espacial caberia à Geografia, diferentemente do tempo que era tarefa disciplinar da história. Anacrônica porque o próprio processo social se o fazia como negatividade temporal, cuja relação negativa entre tempo e espaço, de modo que o espaço fosse determinação do tempo, impedia a compreensão dos termos de uma categoria cuja disciplinaridade ela mesma, enquanto categoria, transcendia. Isso não como realização daquilo que se tornou um modismo, isto é, a transdisciplinaridade, mas porque se tratava de um modo de expressar o aprofundamento das contradições que estavam universalizadas no conceito de capital, que, assim, transcendiam a própria condição disciplinar do pensamento. A crise do capital, enfim, é a crise do pensamento disciplinar porque este é necessidade daquele.

A Geografia, ao contrário, compreendeu isto como forma de reafirmação de sua importância parcelar diante do comércio científico – isto é, da troca de conhecimentos existentes – e tornou o Real e suas contradições uma forma de expressar a sua importância como ciência. Neste ponto, portanto, ela reduziu a sua capacidade analítica e se fechou, autoritariamente, diante daquilo que se expunha, objetivamente, como crítica à sua expressão de método e de objeto.

Neste sentido, o próprio espaço não superou a sua condição física e a física de Einstein, dos anos 10, foi o passo adiante que uma Geografia, esnobe em se dizer capaz de pensar o século XXI, conseguiu dar. O que trouxe um problema de objeto incontornável. Se se trata de pensar daqui para o futuro, porque tempos pretéritos são de outro “domínio do saber”, como repor um objeto de poucos anos como é o século XXI? É necessário esperar o tempo para falar do espaço, contradição posta pela própria expressão de si como Geografia? O objeto, assim, pôs a crítica do método, visto que as reafirmações da física relativista entre tempo e espaço não permitiram pôr as contradições como devir e, mesmo que o fizesse, retomar-se-ia o problema do tempo que era algo parceladamente posto como tarefa de outra ciência. Quando se referenciou às contradições do presente, que remetem ao devir, o espaço sempre coube ser reafirmado, o que já se põe como contradições nos próprios termos, porque assim, não há devir, posto que o espaço se faz como uma categoria do capital e não da disciplina. Restou, assim, a manutenção da disciplina como limite do conhecimento crítico.

Assim, a própria reafirmação da condição disciplinar como ponto de fuga da análise, através do espaço-tempo, da ciência parcelar, foi o limite de seu

horizonte crítico que, consubstanciado enquanto uma aquisição, fechou o horizonte daquilo que poderia conquistar enquanto um pensamento efetivamente negativo.

Isso, aliás, derivou da constante necessidade de se pensar a inerência positiva e positivista da reafirmação do espaço como justificativa da Ciência Geográfica, o que, pensado pelo negativo, levaria a um percurso de negação da constituição do espaço. Enquanto categoria do capital, tal negatividade espacial transcenderia à própria reprodução social capitalista, se não de forma definitiva, porque a própria reprodução é uma categoria inerente à crise, mas, de qualquer forma, revelaria a necessidade de ver aí os limites lógicos da própria reposição não crítica do *modus operandi* do capital. Em outros termos, tratar-se-ia de observar a abstração espacial enquanto uma contradição inerente da reprodução, isto é, necessidade e limite da reprodução. O espaço, no entanto, caberia ser visto para além da sua condição material de resistência aos processos de inovação e desenvolvimento das forças produtivas, pois que, mesmo como produto social, se punha externo à lógica do capital.

Contudo, sua positivação, era, em verdade, uma forma aceitável diante do corpo disciplinar de uma compreensão geográfica que unia de modo afirmativo indelével tempo e espaço, tributo de uma contribuição física que se apresentava como superadora – contradição *in adjecto* – de uma teoria que buscou desnaturalizar qualquer forma de análise das relações postas sobre e no capitalismo, ou seja, a própria teoria marxiana. Diante de um pensamento afirmativo, a negatividade espacial não conseguiria se colocar como objeto de um pensamento que, assim, desta forma negativa, coincidiria com o fim de uma ciência.

Menos de meio século de diferença entre a física relativista e a teoria marxiana fizeram parecer superação aquilo que se pôs como um retrocesso à teoria crítica espacial. Deste ponto de vista, somente restaria uma profunda contradição nos termos de sua própria crítica. A reafirmação espaço temporal era um limite teórico da crítica à crítica objetiva das relações de reprodução. Isto resultava da necessidade de sua afirmação enquanto ciência; egoísmo disciplinar que assim posto, apenas referenciava, pela contramão, os sentidos de um pensamento incapaz de ir além do véu da modernização, sendo ele mesmo, no seu introjetar-se afirmativo, uma limitação de seu campo teórico e, portanto, da crítica!

Disto resulta, portanto, que a própria Geografia Crítica, ao definir os termos de sua crítica, o fez sob uma dupla limitação – o que não quer dizer que

não tenha havido pertinências nesse percurso, contudo, não são elas agora o alvo da crítica.

Uma primeira foi a de tomar as expressões das contradições internas do valor e da sua forma, postas já como relação capital trabalho, como as próprias contradições e não formas de expressão que assim tinham pertinência na reprodução. Disto decorre o fato de a crítica se constituir como ilusoriamente interna ao conceito e, assim, ser apenas uma descrição das formas de sua manifestação, em que a incorporação da luta de classe tão somente se constituiu como objeto desta Geografia.

Em outro campo, trata-se tão igualmente de, ao fazer desta forma de consideração sobre o tempo e o espaço, realizar a crítica externa – isto é, moral – como forma apelativa de se autojustificar como um conhecimento crítico, mas cujo resultado tão somente justificaria a importância de um pensamento disciplinar no interior da pugna entre as ciências que, assim posta, era uma forma de transposição do individualismo iludido pela forma científica do conhecimento. Expressões como natureza perversa, globalização perversa, tão somente revelam os limites de uma crítica externa que, assim o sendo, se faz como juízo de valor, porque não explicita em sua exposição a negatividade do objeto para com ele mesmo enquanto forma de ser do próprio pensar.

Se a Geografia crítica marxista teve importância em muitos e variados sentidos⁶, tinha como conquista inglória um troféu disciplinar que justamente por isso não era capaz de explicitar aquilo mesmo a que se propunha criticar. Na contramão sempre esteve este anacronismo de reafirmação de um pensamento disciplinar que a mera conjunção ou funcionalização lógica entre tempo e espaço se punha como afirmação de sua condição científica que era, assim, uma positividade para com o mundo. A reduzida distensão temporal da crítica, que sequer chegou a atravessar o século, foi expressão dos equívocos, os quais o próprio troféu obscureceu. Ou seja, na aquisição de

⁶ Como uma crítica ao Estado, a observação sobre os sentidos que as contradições deveriam ter na eleição destas como objeto de preocupação, a própria crítica a um “abstracionismo” que se punha como forma cínica de conhecimento e, ainda mais, o reconhecimento de que a teoria crítica não se o faria sem o pensamento crítico da modernização, ou seja, sem a contribuição marxiana para uma crítica do moderno e da modernização – seja do ponto de vista econômico, agrário, urbano, migratório, dentre outros. Esta talvez a mais profunda das contribuições porque neste percurso permitiu-se uma formação ampla – ainda que numericamente reduzida – de gerações de geógrafos que não abdicaram da teoria crítica, apesar da crise do pensamento crítico.

sua inglória vitória, o resultado foi a conformação de seu corpo disciplinar ou de sua admissão enquanto uma ciência o que, por outro caminho, era isso mesmo a incapacidade de expressar uma crítica mais radical que, neste limite disciplinar, não poderia jamais oferecer.

Na busca de sua reafirmação disciplinar junto ao comércio científico com outras ciências haveria de se firmar positivamente sua categoria que a justificava como um corpus disciplinar, de modo que o espaço em sua materialidade inde-lével não se poderia observar como um elemento lógico no qual a negatividade dele para com ele mesmo, como um fundamento do moderno, poderia ser explicitada. Isto coincidiria, enfim, com a negação do próprio conhecimento disciplinar que era o sustentáculo redutor de sua crítica possível.

Nesta medida, a concretude do espaço – herança de um pensamento físico de Newton (1990) e de Einstein (1989) – levou em certos foros da geografia, compreendida como disciplina, uma concepção fisiocrática de economia e de espaço cuja resultante foi uma incapacidade de reconhecimento da potência das abstrações como determinação de uma sociabilidade efetivada por uma razão irracional, como buscou explicitar o esforço teórico de Marx, ainda não plenamente conhecido.

Uma compreensão espacial e urbana fundamentada no ideário de fixo e fluxo, por exemplo, incorpora uma terminologia marxiana (fixo e fluido), aliás, sem reconhecer a crítica fisiocrática que Marx tecia a uma economia política que não observava as determinações metafísicas do social, nas palavras do próprio Marx (1988), isto é, para além da física do mundo, como forma de tecer o desvendamento daquilo que se punha como irracionalidade da razão movente de uma sociabilidade sem razão. A crítica de Marx à fisiocracia, assim, ganha em atualidade diante da fisiocracia espacial da qual a Geografia é uma das tributárias. O próprio movimento do real posto pela sua negatividade fôra substituído pelo movimento das coisas no espaço, donde este último, assim fisiocraticamente posto nesta versão, tão somente teria condições de explicitar a razão das coisas e do real e não sua razão fundamentada na irracionalidade tautológica própria do trabalho como centralidade do moderno e da modernização. O real visto materialmente, donde o espaço em sua materialidade estritamente concreta é uma de suas versões, levaria a uma afirmação das categorias próprias da modernização evitando compreender o movimento como forma de negatividade.

Consequente a esse percurso fisiocrático intelectual está a necessidade do fetichismo da novidade no interior da ciência que se deu pela substituição da potente, porque contraditória, categoria marxiana de desenvolvimento das forças produtivas por uma restrição intelectual que se constitui como o estudo da técnica. Retirada a determinação tautológica da lógica social expressa na dialética categorial de Marx, – porque, o sentido das forças produtivas é desenvolver as forças produtivas, levando isto mesmo à negatividade dela para com ela mesma enquanto modernização – restou-se uma crítica romantizada do moderno que a técnica, noção sem determinação alguma, permitiu apresentar.

Nesta perspectiva, restava não compreender a negatividade interna, reafirmando as forças produtivas como técnica, de modo a colocar na exterioridade da razão abstrata do moderno a crítica que se julgava necessária. Tratou-se da ilusão de um sujeito volitivo que assim, pela sua vontade, poderia mudar os sentidos de uma técnica má para uma boa. Isto, nas entrelinhas, pontuava-se como romantização totalitária personificada como pensamento na medida em que a realidade espacial vista pelo tempo futuro se efetivaria independente das contradições do mundo presente. Personificação de um totalitarismo econômico porque na sua afirmação o que está posto não é pressuposto de sua própria negação, sendo a face deste ou daquele pensamento o que tornaria capaz a inversão de uma realidade objetiva que, assim, não se permitia revelar como que subsumindo a subjetividade que era personificação das leis cegas do capital, na contribuição própria de Marx.

Como expressa Lukács (1959), as formas totalitárias de pensamento são oriundas de momentos de crise que se efetivam, assim, como impossibilidade da compreensão das contradições e da crise pela qual a própria modernização passa. O romantismo, no entanto, seria a sua forma teórico-superficial a mais contudente. Não sem motivos, em sua expressão máxima, a técnica e a pureza da raça se fizeram como forma eclética de justificativa da modernização alemã nos anos 1930 que era, necessariamente, a destituição do *Volk* em relação à *Civilization*. A técnica assim, enquanto uma filosofia da vida (*lebens philosophie*), isto é, a unidade do biológico com o civilizatório era tão somente uma forma de se pensar a violência da civilização como algo romantizado pela unidade eugênica que, seguindo a forma mercadoria, fazia crer que a homogeneidade da equivalência estava no outro e não em nós mesmos como uma forma de ser do outro.

A romantização pela técnica, na passagem do XX para o XXI, contudo, era já expressão fetichista da crise fundamental do capital que, em seu viés totalitário, romantizava-se de modo a expurgar da consciência a crise como efetividade do próprio desenvolvimento das forças produtivas que atingia a sua negatividade necessária de ser e, assim, produzia um pensamento romantizado como necessidade desta modernização em crise⁷.

⁷ “Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço geográfico, situadas sobretudo nas cidades (especialmente as grandes cidades dos países subdesenvolvidos), escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos” (SANTOS, 1996, p. 185). Ou ainda, somado tal romantismo à fisiocracia, vejamos: “Comentando essa idéia [pressão humana], Gaston Berger assinala que ‘ao mesmo tempo [...] aumentam a agitação, o raio de ação e as relações’ entre os homens e compara esse fato como o fenômeno físico pelo qual a pressão de um gás depende do número de moléculas comprimidas, e aumenta também com o aumento da temperatura, isto é, com agitação das partículas. É bom pensar, ainda com G. Berger, que ‘entram em cena, hoje, massas que estavam estacionárias’” (SANTOS, 1996, p. 256-257). Observa-se não só uma insuperada noção de física junto ao argumento de superação (visão químico-fisicalista, fisiocrática, de superação), como a própria noção de “massas estacionárias” permite uma romantização da crise através da uma ode à miséria. Pois tais “massas” são os “homens lentos”, “pobres”, na verdade, os famélicos, que estão “excluídos”, segundo o próprio autor, da técnica global. Isto leva à romantizar a crise porque é uma defesa da racionalidade do capital – para Santos, dos objetos, da técnica – que assim, torna-se mais flexível, permissível, porque permite tal convivência. Ao invés de observar a compreensão estritamente material do Real moderno como uma forma fetichista posta pela forma mercadoria, pelo valor, incorpora esta objetualidade como explicação fetichista do real e como fetichismo da crise. Toda análise espacial do autor só tem cabimento na busca de um “caminho para o futuro” dada a razão física insuperável do argumento sobre o moderno, é só na exterioridade temporal que a contradição pode se resolver. “E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade socioespacial [...]. É aí que a cidade encontra o seu caminho para o futuro” (SANTOS, 1996, p. 259). Esta expressividade da violência, compreensão romantizada e reacionária da crise – porque vê superação positiva naquilo que é a expressividade da violência da forma – deveria permitir observar que a crise da forma-valor e do trabalho põe o recrudescimento da violência implícita em explícita como modo de substituir a negatividade do próprio trabalho em sua forma de crise do trabalho. Sem problematizar a negatividade do trabalho, romantiza-se, reacionariamente a miséria porque idealiza, pela física, – (ciência da natureza), que não é lógica que explicita o social – uma naturalização do que leninistamente o autor considera como superação. Em se tratando de crise do trabalho deseja-se a expansão dos famélicos e dos degenerados. Sem se dar conta de que a miséria é a forma de ser da negatividade do capital, sendo uma expressão de sua identidade, tão somente em seu raciocínio temporal é que o flagelo social – eufemisticamente chamado de “pobres na cidade” – pode aparecer como uma espécie de etapa do que está por vir, desconsiderando as contradições do que é. Desconsidera-se que, na crise categorial do capital, prescrever a superação é parte da consciência fetichista da crise enquanto tal. Ao pôr isto como solução, torna os miseráveis num juízo de valor, o bom do moderno, o bom da modernização perversa. Perversão do argumento que não observou a i-razão movente do moderno. A miséria não se apresenta na crítica como expressão de I-razionalidade e torna i-razional e conservadora a própria crítica.

Não bastava, no entanto, compreender racionalidades externas, isto é, a formação de outras formas de racionalidade ou ainda, contra-racionalidades.⁸ Do ponto de vista teórico, isto tão somente pôde expressar uma afirmação de razão às contradições i-rationais do capital. Não se tratava de ver o fim de uma razão, mas a i-razão⁹ como fundamento da racionalidade própria do capital. O capital e a modernização, no entanto, tão somente vistos como racionalidade punha a crítica externa e moral (do bom e do perverso) como a crítica possível através de uma forma externa prática de negação do moderno, dada a dimensão concreta que tal observação espaço temporal sempre carregou. Somente um pensamento moderno e afirmativo do moderno poderia ver a superação desta maneira tão afirmativamente reprodutora.

Em outras palavras, isto levava a uma afirmação de coerência do moderno para com ele mesmo, de modo que a única possibilidade exequível de práxis se faria na importância que a categoria de excluídos (SANTOS, 1996, p. 244) adquiriria para tal. É na reafirmação de coerência do criticável – porque em sendo assim a sua crítica não se faz internamente ao próprio conceito, como condição identitária e objetiva do mesmo – que a exclusão volitiva teórica se adequa à noção de excluídos, porque revela, numa fuga quase *hippie* da teoria, a busca de uma superação que, desvelando tão somente coerência no que cabe observar contradição, põe na exclusão volitiva teórica o mero observar de uma racionalidade oposta. Expressa-se, assim, uma noção de totalidade em que a sua coerência interna, destituída da contradição entre razão e irracionalidade, põe como possibilidade de crítica a oposição entre distintas racionalidades externas que se efetivam numa lógica a posteriori e, não internalizadas pela identidade negativa de sua própria efetividade, realizando uma razão que, quando muito, atinge a oposição, mas não a contradição. Nessa interpretação, são extemporâneas e meramente decorativas as citações em Santos (1996) de Marx e Hegel, que justificam um *status* dialético de uma compreensão sistêmica e afirmativa do mundo como razão, tornando inócuo o próprio sentido de dialética posta em seu argumento.

⁸ “O que muitos consideram, adjetivamente, como ‘irracionalidade’ e, dialeticamente, como ‘contra-racionalidade’, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo” (SANTOS, 1996, p. 246).

⁹ Utiliza-se i-razão porque se refere a uma forma negativa da razão. Assim, não há uma ausência de razão, mas uma contradição entre razão e irracionalidade, sendo esta contradição a forma de efetividade do capital, isto é, uma razão irracional.

A hiperafetação da forma física e concreta nas observações a respeito daquilo que se apresenta como uma espécie de sistema teórico espaço temporal, se faz pela incorporação do fetiche como categoria explicativa e não objeto de desvelamento enquanto tal. A dialética materialista, de MARX de *O Capital*, posta na relação entre o abstrato e o concreto, expressa uma analogia entre trabalho abstrato e materialidade resultante deste mesmo trabalho onde a materialidade posta como mercadoria, produto do trabalho, se faz invertendo, do ponto de vista das formas de consciência sobre o moderno e a modernização, aquilo que se põe como determinação abstrata e social do capital.

Em outros termos, trata-se de expressar que a mediação social posta como tempo de trabalho (POSTONE, 1996), isto é, o valor, se expressa através de sua forma valor em que a dimensão concreta, física e material da mercadoria como valor de uso é o que reflete o valor enquanto a abstração social. Compõe-se, assim, nos termos de Fausto (1997), uma analogia entre trabalho abstrato e matéria. Ou seja, é na corporeidade do valor de uso da mercadoria que se põe a expressão daquilo que se faz distinto ou mesmo contraditório de si. A expressão concreta do valor na forma valor (a forma equivalente expressa/reflete a forma relativa) contradiz a abstração que determina a presença do material como sua expressão. A forma equivalente, enfim, ao emprestar o seu corpo para veicular a abstração valor como mediação social, efetivando a sociabilidade capitalista, põe, como se fosse da natureza da mercadoria, isto é, das condições materiais da mercadoria, aquilo que é uma lógica social. As determinações quantitativas da forma valor, expressão fenomênica do próprio valor, fazem a forma de aparição desta essência se apresentar oposta àquilo que de fato é, ou seja, qualitativamente. Não no sentido que qualitativo tem enquanto pensamento moderno de consumidor, mas enquanto algo que é próprio das qualidades do objeto, intervertendo (FAUSTO, 1987) a consciência sobre a objetividade do real como se fosse posta na forma material do próprio objeto. A abstração como a objetividade social, no entanto, tornada uma forma de inconsciência teórica, efetiva uma análise empirista das determinações próprias de uma sociabilidade determinada por uma lógica que está para além da física, isto é, metafísica, nos termos de Marx de *O Capital*.

É como fetiche, no entanto, que a dimensão concreta, física e material do mundo moderno põe a importância lógica de seu (do concreto) modo de ser. Tal sociabilidade assim posta põe a abstração mediada pela concreticidade, cujo resultado é a efetividade social enquanto uma objetividade abstrata. Ou seja,

trata-se da objetividade posta como tempo de trabalho que se efetiva por esta abstração mesmo, cuja mediação, não a finalidade, são os objetos enquanto mercadoria. Isto repõe a abstração como finalidade dela mesma. Daí a pertinência de se desvendar a forma mercadoria, ou a forma valor e não a lógica funcional posta como objeto. A mercadoria em sua forma material é tão somente meio para que a mediação abstrata seja a mediação dela mesma como finalidade da efetividade social. Pensar a objetividade do mundo por uma razão pertencente aos objetos (numa relação entre forma e função) é preliminar elementaridade do argumento¹⁰. Trata-se de defender a irracionalidade do real sob a perspectiva de uma mera racionalidade funcional, cujo pressuposto é a aceitação das formas físicas e materiais do moderno como objeto da análise. Enfim, esta materialidade incorporada como categoria da análise introduziu o fetiche como explicação científica e tornou a própria ciência um fetiche de novidade teórica cujo limite da crítica era o universo material determinante do objeto como objeto de análise.

RACIONALISMO, RAZÃO E I-RAZÃO

Quanto mais desenvolvida e científica for [a ciência parcelar], maior é sua probabilidade de se tornar um sistema formalmente fechado de leis parciais e especiais, para o qual o mundo que se encontra fora do seu domínio e sobretudo a matéria que ela tem por tarefa conhecer, ou seja, seu próprio substrato concreto

¹⁰ “A complexidade funcional de um objeto está relacionada com o repertório de funções que podem ser combinados no seu uso. Dizer que uma máquina de escrever está feita para escrever implica o seu emprego, a partir das funções elementares, com vistas a realizar um certo número de produtos. Para A. Moles ‘a complexidade funcional é a dimensão estatística dos usos’: o que podemos fazer com o objeto, o que ele nos pode oferecer, como podemos usá-lo. Desse ponto de vista, há objetos mais e menos complexos”. (SANTOS, 1996, p. 56). Ou ainda: “Conforme já vimos, o entendimento da arquitetura e funcionamento do mundo passa pela compreensão do papel do fenômeno técnico, em suas manifestações atuais, no processo da produção de uma inteligência planetária”. (SANTOS, 1996, p. 151) Aqui não só tem-se certo possibilismo Lablanchiano atualizado, mas que a relação entre forma e função nos dá a racionalidade completa daquilo que se põe como totalidade do moderno. Subverter tais usos é tão somente redefinir tal função cujo resultado teórico é tão somente o racionalismo como substrato do argumento. Se há, no entanto, uma crítica a esta elementar noção de razão do objeto (porque não se trata mesmo da razão objetiva) o limite do argumento permite chegar a um ludismo atualizado, sendo este a forma pela qual se pode pensar uma superação em relação ao próprio possibilismo lablanchiano apontado. Além disso, os objetos ganham o estatuto de sujeitos volitivos, não se trata de uma razão inconsciente, mas de uma consciência posta nos objetos que, do ponto de vista da explicação, se observa uma desnecessidade de se explicitar a expansão no planeta – já que o problema é a geografia mesmo – de tais objetos. Posta a razão no objeto – retirada, portanto, a potência deste enquanto mercadoria – não se carece explicar a razão movente da sua própria expansão. Nisto reside, como já comentamos, a redução teórica que se efetiva ao substituir desenvolvimento das forças produtivas por técnica e, agora mais, mercadoria e forma mercadoria por objeto.

de realidade, passa sistemática e fundamentalmente por inapreensível. Marx formulou essa questão com acuidade para a economia, ao explicar que o valor de uso está além da esfera de investigação da economia política.

Georg Lukács, (2003, grifos nossos)

Há que se considerar, aliás, a distinção entre razão ou racionalidade (posta na dialética de Hegel e Marx, guardada a inversão deste para com aquele) que contempla a contradição como sua própria identidade, e racionalismo, onde a contradição não se efetiva, a não ser como um erro do método. O racionalismo dogmático – posto como o alvo da *Crítica à Razão Pura* de Kant, (1980) –, no entanto, permite considerar uma distinção absoluta entre sujeito e objeto, de modo que se presume uma separação entre conhecimento e objeto do conhecimento como aquilo que se põe na exterioridade do pensamento. Diante dessa separação posta como um apriorismo inquestionável e não como a questão do apriori como objeto do próprio pensamento, há uma razão pressuposta e inexplicável que não se pode pôr em questão, e tão somente de forma temporal cabe ao pensamento recair, a posteriori, sobre tal objetualidade, de modo a conformar, temporal e equivocadamente, a unidade entre sujeito e objeto. Em outras palavras, este racionalismo dogmático não se permite, do ponto de vista do método e de seu modo de exposição, colocar o próprio pensamento como objeto de si mesmo. A exterioridade pressuposta entre sujeito e objeto é a pressuposição da perfeição do objeto a partir do que a irracionalidade se faz tão somente como aquilo que não detém a capacidade de observar o racionalmente posto como objeto do próprio conhecimento.

Quando Kant (1980) tece sua crítica ao dogmatismo, ao contrário, trata-se de observar que a universalidade, já que posta nas formas apriorísticas do pensamento, define necessariamente o pensamento como um momento determinante da forma de ser do próprio real. Daí a coisa-em-si ser tão somente a unidade entre sujeito e objeto, ainda que o objeto para Kant seja visto como o que está fora, numa razão material posta fora de mim. Desta maneira, o objeto é uma forma de ser da própria subjetividade, relação indissociável que põe em questão o próprio pensamento. O irracional, para Kant, no entanto, está no racionalismo que busca conformar de forma dogmatista o pensamento tal qual o objeto de modo que não se estabeleça nenhuma distinção entre ambos. Posto desta maneira, o irracional – para tal racionalismo dogmático – só pode ser aquilo que está fora do objeto e não forma de ser do mesmo.

A unidade entre sujeito e objeto na crítica de Kant, no entanto, ainda que evitando a contradição, demonstra que a crítica é uma crise do pensamento em relação àquilo que se pensa, de modo a observar uma determinação – ainda que ontologizada – da consciência sobre a formação da própria objetividade do mundo. A universalidade buscada é justamente a relação entre esta e o contingencial. A negação da existência de algo dado, como factual e externo a mim, a não ser como o limite do pensamento sobre a complexidade do real, é o que torna a crítica de Kant uma revolução copernicana em relação ao abstracionismo matemático até o seu tempo. Em outras palavras, a consideração absoluta desta objetividade, do objeto, como algo fora de mim, é desconhecer isto como forma de pensamento e, por isso, é efetivar uma forma abstracionista de pensar a própria diversidade das coisas, pois que não põe o pensamento como elemento conformador do próprio objeto enquanto objeto. Este se faz enquanto tal independente do pensamento¹¹, daí o abstracionismo. Na exposição de Lukács:

Mas se o problema da irracionalidade se conclui na impossibilidade de penetrar em qualquer dado com o auxílio dos conceitos do entendimento ou de derivar de tais conceitos, esse aspecto da questão da coisa-em-si, que de início parecia se aproximar do problema metafísico das relações entre ‘espírito’ e ‘matéria’, assume um caráter totalmente diferente e decisivo do ponto de vista lógico e metódico. A questão é formulada da seguinte maneira: os fatos empíricos (não importa se eles são puramente ‘sensoriais’ ou se seu caráter sensorial constitui simplesmente o último substrato material de sua essência como ‘fatos’) devem ser aceitos como ‘dados’ em sua facticidade ou esse caráter de dado se dissolve em formas racionais, isto é, deixa-se pensar como produzido pelo ‘nosso’ entendimento? Mas nesse caso, o problema torna-se crucial para a possibilidade do sistema em geral (LUKÁCS, 2003, p. 250).

A admissão, no entanto, da coisa-em-si – o mundo dos objetos, no caso em questão – como algo existente independente da forma pela qual se faz o pensamento, efetiva uma falsa independência da relação sujeito e objeto que não per-

¹¹ Vejamos uma brevíssima passagem, mas tão mais importante quanto mais breve se faz: “Deve-se, cada vez mais, distinguir entre o fato e a notícia, que já é uma interpretação” (SANTOS, 1996, p. 161). Ou seja, pensar o fato como fato não detém nenhuma dimensão ou determinação do pensamento. O fato, enfim, existe, neste abstracionismo, como algo que independe do pensamento. Nesta medida, a questão: Como pensá-lo? Trata-se de uma objetividade positivista em que a relação sujeito objeto pode pensar sem que o pensamento conforme o que é pensado. É possível dizer “fato” sem que isto seja uma forma do pensamento? Como expressa Kant em sua Estética Transcendental, dizer que algo está fora de mim já não é uma forma de pensamento, posta como relação sujeito objeto? Assim, de modo invertido, o próprio objeto não é ele mesmo um modo de ser do sujeito?

mite apreciar a forma de pensar como algo que conforma, de modo fetichista, aquilo que se põe como objeto mesmo do pensamento. Daí o fetiche aparecer como explanação e não como o que deve ser desvelado enquanto tal. É, aliás, justamente aí que se dá o racionalismo dogmático desta forma de ser de um pensamento que, ao eleger esta materialidade física do real como o seu objeto, distinguindo estruturalmente a lógica do objeto da lógica do pensamento, não revela a sua própria condição abstracionista de ser. Abstracionista porque abstraiu a relação sujeito objeto e tornou o objeto material uma pura abstração, mas como tal abstração se faz como materialidade, não se colocando esta como forma de pensar, ilude-se o abstracionismo como pensamento materialista.

Diante de tal racionalidade, isto quer dizer, racionalismo como forma de ser desta estrutural totalidade, o i-racional tão somente pôde se colocar como algo que está fora, externo, sem necessidade de se exporem as passagens, determinações ou condições que levam à própria aparição daquilo que se põe como contra-racionalidades. Desta maneira, deixa-se de desvelar o fato de que o modo pelo qual o Real é pensado tem potência de determiná-lo enquanto efetividade concreta-abstrata. Não sem motivos, esta unidade necessária e contraditória do sujeito para o objeto traspassou a lógica hegeliana, no sentido de que “todo real é racional”, isto é, a razão como lógica constitui uma das determinações do Real.

Observe-se, também, a premência em Marx de *O Capital* de um pensamento crítico, no sentido de que a crítica, necessariamente, deveria coincidir com uma apresentação dos limites a que a economia política se fazia para pensar uma realidade cuja contradição entre essência e aparência se punha como uma das formas de ser da totalidade contraditória do Real. A crítica, no entanto, não se efetiva sem que a própria exposição seja um modo de desvelar esta relação, na medida em que a ilusão sobre o real – no sentido da relação entre sujeito e objeto aparecer como o pensar fetichista sobre o mesmo – é parte constituinte que permite a sua efetividade apesar de suas contradições. Sendo assim, o fetiche em Marx (1980), como este pensamento que conforma o próprio objeto – o capital – determinado tal pensamento por uma abstração e/ou objetividade social, tempo de trabalho, é parte integrante do mesmo, e se põe como a forma de consciência necessária para efetivar uma realidade cuja objetividade se deslinda como subsunção desta subjetividade. Isto, no entanto, se põe como a forma invertida de se compreender a efetividade do real. Trata-

se de uma relação entre sujeito e objeto onde a objetividade do real se faz nesta subsunção da consciência subjetiva como inconsciência, do que se derivam aí as leis cegas do capital. Não se é possível, a partir daí, pôr em algum elemento da sociedade o plano de uma consciência, seja ela boa ou má, não é o caso, a não ser como externalidade racionalista e abstracionista do argumento, em que a i-racionalidade aparece na independência do sujeito em relação ao objeto. Daí aparecer como forma volitiva de mudar o sentido dos objetos (um retorno ludista da crítica), única saída possível para uma crítica abstracionista que, assim, se põe tão somente como forma de expressar o totalitarismo do Real moderno.

Assim, transferir a consciência dos indivíduos para os objetos é tão somente não compreender a personificação que efetivam as subjetividades sociais modernas da objetividade do mundo e é recair na ilusão de sujeito, pondo-se os objetos como sujeito do real. Neste particular aspecto, a precária noção de objeto, tão somente é um subjetivismo às avessas que a palavra objeto acaba por obscurecer. Diante disto, a noção de psicosfera não resolve o problema teórico proposto¹². A palavra objeto tão somente disfarça e mal o subjetivismo da teoria e a objetividade do moderno passa, assim, às largas da análise. Como já dissemos por muitas vezes, a física, afinal, foi o limite da crítica social através da relação espaço temporal, cujo pressuposto e resultado foi a conformação de um corpo disciplinar. Somente diante de tal racionalismo objetivista e empiricista a própria noção entre forma e conteúdo poderia ser pensada como possível numa realidade objetivamente determinada pela forma abstrata de sociabilidade, como, aliás, se expõe na forma valor que desvela, então, a potência de se pensar a modernização em termos de forma mercadoria e não de objetos.

O fato é que, a forma da troca é a passagem através de sua substância ou substrato fundamental – tempo de trabalho – do valor para o mais valor. Se

¹² “Tecnosfera e psicosfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio científico-técnico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território” (SANTOS, 1996, p. 204). Destaque-se, ainda, que a contra-racionalidade introduzida aqui pelo autor só se o faz por aquilo que fica fora da racionalidade por ele explicitada, de modo que tal introdução é externa e não contempla os termos da identidade pela contradição, mesmo porque tal contra-racionalidade aqui posta se faz como formas subjetivistas de prática. Recai, assim, no subjetivismo já mencionado, contudo, num outro, tirado da cabeça do sujeito volitivo, objetividade fetichizada pela ilusão de sujeito, subjetivismo.

esta é a passagem do valor para o valor (valor de uso e valor de troca), a identidade de ambos se faz como uma identidade tautológica – da própria forma social e não da análise. Isto é o próprio valor em sua forma. Trata-se de uma mediação cujo sentido é a efetividade desta como sua própria finalidade. Por isso mesmo, a passagem negativa do valor para o próprio valor não se faz como uma passagem em que há uma alteridade da forma. Caso isto se desse, esta alteridade permitiria especificar o sentido da relação formal que é, então, o próprio conteúdo, nos termos da dialética entre forma e conteúdo de Hegel (1968). Como a passagem se dá entre forma e matéria (FAUSTO, 1997), sendo esta a mera expressão da forma enquanto ausência de alteridade formal, observa-se a ausência de sentido (conteúdo) como o sentido tautológico desta razão irracional.

Se o conteúdo é justamente aquilo que põe o sentido desta passagem formal, o moderno, a modernização, ou se se preferir, o capital, é uma sociabilidade em que a relação entre forma e conteúdo não se efetiva, a não ser como sobreposição da forma como conteúdo dela mesma. Não se trata de um formalismo, mas das contradições específicas da forma do moderno. Seria um formalismo defender isto sob o critério de estrita racionalidade, onde tão somente uma contra-racionalidade poderia apresentar uma lógica da oposição, portanto, externa.

Para que Marx e Hegel não sejam a cereja do argumento, enfeite de bolo, é de se observar, no entanto, que o capital, na análise de Marx (1988), contradiz a razão dialética de Hegel (num sentido importante da inversão de Hegel em Marx) na medida em que, para Marx, o Real é Irracional, contrariando a proposição hegeliana (1968) de que todo Real é racional¹³. Observamos isto sob a perspectiva da relação entre forma e conteúdo justamente para especificar que esta razão dialética em Hegel não se efetiva enquanto sociabilidade moderna, na medida em que a própria abstração formal de trabalho se torna análoga à matéria que, ao ser veículo de abstração, efetiva a abstração como meio e fim do processo. Saliente-se, contudo, justamente o fato de que tal analogia entre forma e matéria só é possível na medida em que tal relação se faz determinada pela forma mercadoria. No entanto, a noção de objeto em Santos (1996) é justamente a precarização metodológica das formas dialéticas de Hegel e Marx.

¹³ Para esta discussão cf. Giannotti, 1999.

Só diante de tal reducionismo é possível defender a relação entre forma e conteúdo como efetividade social.

É de se considerar que a defesa de uma relação entre forma e conteúdo, em que o sentido do processo é dado pela função dos objetos é, no extremo, retirar a lógica ilógica movente da sociabilidade moderna pela abstração da forma mercadoria por uma precária noção lógica de objetos. Trata-se, assim, de uma apologia da razão que leva a um racionalismo não sem finalidade – o que seria, aliás, chegar a bom termo na contradição –, mas infinito, o mau infinito¹⁴, cuja crítica só se torna possível na medida em que se o faz pela exterioridade do argumento. A noção de totalidade¹⁵ nesta sistematização espaço-temporal (SANTOS, 1996), no entanto, é a de sistema fechado em que só na relação com outra totalidade, cuja existência se faz sem explicitar qualquer condição para tal, se permite pensar alguma possibilidade de superação. Tal perspectiva, no contrapé, é uma apologia da razão no e do moderno.

A modernização, no entanto, é algo com finalidade sem fim, isto é, sem finalidade, desvelando os termos da irracionalidade que se põe em uma sociedade determinada pelas abstrações onde a sua dimensão concreta, contradição necessária, expressa razão naquilo que se põe sem razão de ser, isto é, sem razão suficiente. Não se trata de, no entanto, buscar uma razão suficiente para uma sociabilidade cujo fundamento é a sua própria desfundamentação¹⁶, mas de observar que sua crítica imanente é uma i-razionalidade como forma de ser de sua própria razão. A defesa de uma razão tornaria impossível pensar do ponto de vista interno ao próprio conceito o caminho de suas formas de desconceitualização, sendo isto mesmo o modo de ser contraditório de sua conceitualidade.

A exposição sistêmica, na medida em que fecha as possibilidades de se observar nela a contradição que dá a identidade ao próprio sistema, leva a uma inelutabilidade daquilo que está posto. Aliás, em se fazendo uma análise externa daquilo que condicionaria a formação dos sistemas filosóficos, mais estreitamente os de Kant e Hegel, é de se observar que tal possibilidade se faz numa

¹⁴ Mau infinito, nos termos de Hegel, porque é o infinito que nunca chega ao infinito e, assim, não se efetiva como infinito.

¹⁵ Agradecimentos à Prof^a. Dra. Amélia Luisa Damiani, por interlocução a este respeito, ao que pese as afirmações aí serem de minha responsabilidade.

¹⁶ Se o trabalho é o fundamento do valor, valorizar o valor – como desenvolvimento das forças produtivas – é, ao mesmo tempo, efetivar a negatividade do trabalho como categoria social. O fundamento é, assim, não a razão suficiente do real, mas a desfundamentação.

realidade em que a unificação de uma dada relação categorial, enquanto forma de sociabilidade, certamente, se efetiva.

Retomemos, ainda que rapidamente, o fato de que os sistemas filosóficos de Kant e Hegel resguardam, justamente, a perspectiva de uma crítica interna na relação entre sujeito e objeto. Em Kant da *Crítica da Razão Pura* (1980), a sua arquitetônica se faz sistêmica, justamente porque há uma abertura infundável de possibilidades contingenciais daquilo que efetiva a externalidade do pensamento como forma de pensamento. Desta maneira, a própria crítica se faz observando a arquitetônica em sua sistematização justamente pelo limite que é o pensamento em relação àquilo que se apresenta como objeto, relação já do próprio pensamento. Nos termos de Adorno (2009) considere-se a importância da Estética Transcendental, no sentido de mostrar a objetividade da forma moderna de pensar aprisionada em categorias determinadas a partir do que o próprio pensamento não se resguarda a possibilidade de superar. Adorno, no entanto, desvela que Kant permitiria observar esta limitação como especificidade da consciência posta como consciência fetichista do moderno.

Em Hegel (1968), ainda, é necessário considerar que as formas de representação postas pelos elementos da contradição desenvolvem figuras do pensamento que não atingem a forma propriamente contraditória e intemporal da identidade do ser. Desta maneira, as formas de pensamento se colocam como figuras cuja unidade entre sujeito e objeto tão somente se compreende na esfera ideal do conceito, a partir do momento em que os contrários se conservam numa efetividade em que a própria contradição entre o universal e o particular se põe como superada na singularidade, ou seja, através daquilo que as contradições contingenciais passam a expressar uma contradição que é a universalidade de toda forma contingencial, daí a singularidade do próprio conceito. Isto contudo, idealmente como conceito e não realmente enquanto efetividade da relação entre sujeito e objeto. Sob uma interpretação externa, no entanto, tal sistematização – que a todo instante explicita a própria verdade do ser como sendo a sua passagem (essência – *gewesen*) e, para tal, deve expor as determinações, as relações necessárias entre o positivo e o negativo – só se torna possível num mundo cuja sistematização contraditória de suas categorias se efetiva. Falamos de sistemas que estão na órbita da Revolução Industrial e da formação dos Estados Nacionais europeus, isto é, num momento em que as realidades contingenciais se efetivam numa unidade política e econômica. No

entanto, é de se considerar que toda esta forma sistêmica do pensamento dialético, justamente por sua forma dialética de ser, explicita uma abertura necessária e interna ao próprio sistema que se em Kant se dá pelo desencontro entre sujeito e objeto, em Hegel se efetiva pela noção de *gewesen*, pondo a passagem intemporal como a verdade de todo ser e, assim, da negatividade como modo de ser de seu próprio sistema filosófico:

A verdade do ser é a essência. O ser é o imediato. Posto que o saber quer conhecer o verdadeiro, o que o ser é em si e por si, não se detém no imediato e em suas determinações, senão que penetra através daquele, supondo que detrás deste ser existe algo mais que o ser mesmo, e que este fundo constitui a verdade do ser. Este conhecimento é um saber mediato, porque não se acha diretamente próximo da essência ou nela, senão que começa por um outro, ou seja, pelo ser, e tem que recorrer previamente um caminho, isto é, o caminho que leva a sair do ser ou melhor, a entrar neste. Somente porque, a partir do ser imediato, o saber se internaliza, acha a essência por via desta mediação. O idioma alemão conservou a essência (*Wesen*) no tempo passado (*gewesen*) do verbo ser (*sein*); de fato, a essência é o ser passado, mas o passado intemporal (HEGEL, 1968, 339, grifos do autor).

A passagem, na medida em que se efetiva como o ser que passa a ser é, justamente o movimento que faz do ser a sua verdade essencial. Na medida em que tal passagem é a atividade essencial do negativo e como negativo, a permanência do negativo em cada polo da relação, que permite e é a relação mesmo, se faz como sua verdade, pois este negativo é a passagem entre ser e não ser que são formas não temporais da diferença como contradição. Daí a internalidade dos contrários como necessidade de sua totalidade contraditória. A formação sistêmica de Hegel, assim, advém desta negatividade que é, simultaneamente, uma negatividade sistêmica, no entanto. Daí a própria verdade do ser – a essência – ser a negação das determinações do ser, visto que toda contingência do ser é uma forma de ser da negatividade que lhe é sua identidade. A compreensão hegeliana de que as formas de pensamento não estão reunidas pela compreensão contraditória do próprio real, põe tal unidade na sua figura de perfeição que é a idealidade do próprio conceito.

Marx (1988), partindo da dialética hegeliana para expressar as contradições sociais, põe em evidência que a idealização da resolução das contradições do real em sua forma de ser conceitual, ao contrário, não se perfila pelo caminho ser, essência e conceito, como superação de tais contradições, em que se chega a um acordo entre sujeito e objeto.

A forma mercadorria, como forma de ser de uma efetividade social, ao contrário, posta a sua específica contradição entre forma e conteúdo, põe, justamente, a impossibilidade de efetividade conceitual enquanto tal conciliação entre os contrários. Daí o sentido de irracionalidade apresentado mais acima. Deste ponto de vista, a própria condição conceitual, em relação às suas necessárias relações categoriais, deve-se antecipar, de modo fetichista, para iludir a impossibilidade da relação categorial e de suas contradições como se possível fossem. Tal antecipação conceitual (GIANNOTTI, 1999) – do capital – em relação a suas categorias, como uma especificidade do moderno, é a ilusão necessária (indissociabilidade da cisão entre sujeito e objeto) que expressa o fetiche, isto é, a própria ilusão, como a essência ou verdade do Real posto como capital. Dado que a mesma é a negatividade da verdade que torna possível a negatividade identitária do capital, a aparência do capital se faz não como uma revelação da essência, mas a sua identidade essencial mesma.

Resulta que a crise se faz imanente ao conceito, cuja ilusão de não crise, que se dá por esta antecipação, simultaneidade contraditória e intemporal entre conceito e categorias, põe a crise como categoria do próprio conceito. Deste modo, a lógica categorial é determinante da forma do devir (GIANNOTTI, 1999). Posta a crise, no entanto, como êmbolo lógico da própria razão irracional do capital, de um ponto de vista da formação de um sistema filosófico, Marx (1988) explicita, de forma profundamente negativa, que o sistema é a dessistematização. A superação em Marx (1988), no entanto, é uma ruptura interna em relação à forma abstrata social que efetiva o moderno enquanto uma específica sociabilidade. O capital seria, justamente, a destituição de toda possibilidade da formação de um sistema na medida em que a sua formação é a própria crise formativa enquanto tal. Por conseguinte, a crítica é a exposição do negativo como crítica categorial negativa, isto é, destituição categorial. A partir desse momento, trata-se da impossibilidade de um sistema filosófico, mesmo que sob o viés idealista, nos termos conceituais de Hegel.

Em outras palavras, a sociabilidade moderna, cuja fundamentação é a negação de seu fundamento, exige a compreensão de que a sistematização sobre o mesmo se efetiva como uma forma de pensar que elimina a negatividade daquilo que por si mesmo se nega e, assim, se coloca como um pensamento integrado à reprodução crítica do moderno e, no entanto, um pensamento que consegue tão somente expressar – sem criticar – a forma totalitária de ser de uma socia-

bilidade efetivada pelo valor. Posta a falsa independência de uma razão e de uma objetualidade fora de mim, do ser-em-si, a própria contestação do mundo adquire uma contradição que é do argumento. Contestá-lo, só o poderia ser a partir de uma forma de pensamento que se independe, no entanto, do objeto – a passagem não é explicitada – ao mesmo tempo em que isto é a revelação do objeto como incontestável. Resulta, assim, a convivência de formas antagônicas que acaba por afirmar um pensamento reducionista na compreensão da própria violência que se faz enquanto moderno. Isto na medida em que a própria objetualidade material do mundo – não a forma mercadoria, no entanto – admite a formação de sua oposição.

BREVE APORTE SOBRE A ABSTRAÇÃO ESPACIAL

“o passado e o futuro, enquanto estão na natureza, são o espaço, pois este é tempo negado”

Hegel (1936)

Desta maneira, tal objetualidade se torna um ser, uma lógica permissível, flexível e maleável – ao que pese todo o discurso sobre a rigidez – que a contrapelo se mostra uma desnecessidade da própria crítica. Estas substituições categoriais, entretanto, não são meras opções linguísticas, mas questões de método onde a ausência de crítica, se efetiva tão somente como um modo de ser do próprio moderno. Enfim, sujeito e objeto não se observaram em sua relação/cisão intrínseca, de modo que a materialidade do mundo posta como o objeto fora de mim, não se percebeu como esta relação e fez da crítica uma forma que apareceria como exclusividade do pensamento e não relação entre sujeito e objeto, o que leva à personificação das formas totalitárias de ser do moderno em sua dimensão de pensamento. A distinção entre crise do real e pensamento crítico, isto é, a não observação que o pensamento crítico vai *pari passu* com a crise objetiva das categorias do moderno resultou, como personificação teórica do totalitarismo econômico da modernização, numa romantização da própria crise.

O desenvolvimento das forças produtivas, ao contrário, se desvela como fundamento dos fenômenos hodiernos postos como crise da reprodução social, onde a violência do trabalho pelo não-trabalho impõe uma sociabilidade monetarizada pelo valor sem necessariamente produzir valor. Do que resulta certamente, um recrudescimento da violência na sua forma física, seja no cam-

po, na cidade, seja no interações, dada a crise da institucionalidade civil que era pressuposta como necessidade fetichista para as relações i-rationais postas como capital-trabalho.

Ao invés de se compreender a passagem do século XX para o século XXI como exposição das suas contradições imanentes que a noção de desenvolvimento das forças produtivas permitiria chegar, a precária noção de técnica, reducionismo romantizado da crise, totalizou uma compreensão/incompreensão de que era na materialidade do mundo que as contradições poderiam ser superadas, rescaldo iluminista que não observou a exacerbação da materialidade como irracionalidade a ser criticada, ou seja, a produção material como inevitabilidade posta sob as contradições entre capital/trabalho. Dada a forma objetiva de nossa inconsciência no moderno como forma do moderno mesmo, tão somente a esta negatividade a crítica deveria chegar, sendo todo pensamento propositivo – do bom, perverso, amigo, inimigo – um limite que deveria ser superado, visto que limitado no invólucro das categorias do moderno mesmo e, por isso, personificação do totalitarismo da sociabilidade na qual era partícipe enquanto pensamento.

Em outra linha, aquilo que apareceu como fetiche espacial, sendo este a possibilidade de não revelação das desigualdades sociais no e do espaço, esteve vinculado a esta dimensão fundamentalmente concreta e física, que isenta reconhecer as mediações abstratas como determinação que tornaram o espaço concreto um fetiche espacial. Tais abstrações, aliás, apresentam-se em Marx como formas de sociabilidade determinadas por abstrações as quais o tempo, como tempo de trabalho, se especifica numa simultaneidade determinante das formas de reprodução crítica do capital para com ele mesmo.

Não se trata, todavia, de se pensar uma abstração do ponto de vista daquilo que é estritamente mentado, mas de observar que a forma de ser contraditória da razão tautológica do capital – trabalho que tem por fim tão somente o mais trabalho – se efetiva na relação intemporal entre valor de uso e valor de troca – simultaneidade da identidade contraditória da mercadoria – como se fosse uma relação temporalmente posta, a partir do que a razão se efetiva como fetiche da irracionalidade própria da modernização.

Aquilo que é efetivamente uma restrição temporal, o tempo médio de trabalho que redefine a posição de cada capital em particular, uma abstração do próprio tempo, simultaneidade abstrata espacial que se veicula na mercadoria,

ainda que condição, se efetiva como restrição da reprodução social capitalista. Afinal, este tempo é ausência de tempo como relação capital trabalho, dado o imanente desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Trata-se, por assim dizer, de uma forma fundamental da negatividade espacial abstrata da reprodução para com ela mesma, na medida em que, enquanto tal abstração, revela-se como condição, mas também negação da própria reprodução. Pois a redução desta negatividade temporal média, posta como tempo de trabalho é a separação entre trabalho produtivo e improdutivo, exacerbando o pôr deste último como limite da desfundamentação irracional da razão própria do capital.

A média social, no entanto, forma a unidade contraditória de todo tempo de trabalho que passa a se constituir como a abstração dos trabalhos particulares que assim define a validade destes – pela abstração em sua forma de média social. Formada a posteriori, regressa e destitui aquilo mesmo que foi o seu fundamento, isto é, os tempos de trabalhos particulares que se puseram maior que esta medida média social. Observa-se que a determinação definida por uma média (ela mesma unidade intemporal) não se efetiva de modo sucessivo linear, mas como simultaneidade negativa e intemporal, a saber, espacial. Isto, particularmente, por dois motivos expostos a seguir:

Primeiro, o fato de que todo tempo de trabalho, definido pelo capital individual, se faz como uma atemporalidade em relação à média que o define, ou seja, é a forma simultânea de ser entre ele e a média que regride dizendo de sua validade e, assim, de sua efetividade social.

Segundo, trata-se de observar que cada momento do capital é, necessariamente, uma forma de ser de sua totalidade determinada, assim, pelo seu conceito de acumulação. Destaque-se, ainda, que todo momento (no sentido intemporal de Hegel): mercadoria, força de trabalho, capital constante etc. são possíveis de serem categorias do capital se e somente se forem a unidade entre acumulação e sua expressão particular. De modo que o raciocínio temporal de que primeiro produz para depois acumular, não revelando a intemporalidade entre categorias e a regência do conceito, põe razão na forma irracional da negatividade própria da modernização. É justamente essa negatividade temporal que torna possível a consideração de que o espaço é uma abstração, e não veículo de abstrações, o que não o distinguiria, sob nenhuma medida, daquilo que se constitui a materialidade da mercadoria enquanto valor de uso. Em

outros termos, a abstração veiculada na mercadoria – como forma social é este negativo tempo de trabalho, que torna possível o espaço se pôr em sua forma abstrata, metafísica – revela, como categoria analítica, as contradições entre razão e irracional.

Levado ao extremo o problema, observe-se a análise de Hegel sobre o espaço geométrico. Para Hegel (1936) se o espaço se põe como o conceito indiferenciado de sua unidade consigo mesmo, como igualdade abstrata, essa unidade é, de qualquer forma, a negação de suas determinações, de modo que, assim, se faz já determinado enquanto conceito. Isso resulta na consideração de que a sua forma geométrica, enquanto superfície, é a intemporalidade de duas negações, pois para ser esta superfície é o negativo do ponto que é a forma negativa da linha. Nesses termos, o espaço é essa dupla negatividade enquanto sua identidade. Para efetivar tal negatividade como conceito determinado por seus momentos constituintes deve, necessariamente, ter destituído a sua condição abstrata de eliminação do negativo que seria a sua forma de superfície sem nenhuma negatividade. Isto, no entanto, seria mesmo o próprio tempo. Tempo e espaço, em Hegel (1936), mesmo da geometria, se fazem numa relação negativa em que a passagem, intemporal, de um para outro se realiza pela negatividade em que cada um é identidade negativa do outro e, assim, de si mesmo como o outro de si. Visto que o tempo é o mero presente – sendo outras suas dimensões (passado e futuro) os termos da memória ou da esperança – pensar o espaço pelo tempo é retirar as determinações daquele ficando a superfície como aquela igualdade para consigo mesmo abstrata.

O tempo, unidade negativa da exterioridade, é algo de simplesmente abstrato e ideal. O tempo é o ser que, enquanto é, não é, e, enquanto não é, é; o devenir intuído; o que quer dizer as diferenças simplesmente momentâneas ou se negam imediatamente, ou são determinadas como diferenças extrínsecas, isto é, externas a si mesmas (HEGEL, 1936, p. 243).

Para além de uma noção geométrica de espaço, pois que este não é, necessariamente, o caso da discussão posta a partir do espaço social, fiquemos com a lógica imanente entre tempo e espaço de Hegel da *Filosofia da Natureza*¹⁷ (1936). No sentido de que se tempo é a relação negativa do espaço, isto significa

¹⁷ Para Hegel não se trata da natureza simplesmente, mas do pensamento humano que se faz como tal. Assim, a filosofia de Hegel é uma reflexão sobre a razão e não sobre as coisas estritamente materiais. Aí isto não ser uma regressão à física.

dizer sobre a eliminação – na forma de tempo – das contradições postas como a própria identidade do espaço. Sob uma análise social, trata-se de uma forma de pensamento que não leva em consideração as contradições como identidade espacial do real. Aliás, Hegel já apresentava o problema em sua *Ciência da Lógica* (1968), quando expressa o fato de que a unidade contraditória do ser ou mesmo do algo, só é possível de ser considerada, na medida em que a contradição entre o positivo e o negativo não poderia se fazer a partir de uma distensão temporal do pensamento visto a imediaticidade dos contrários como tal unidade identitária. Enfim, o tempo se põe como a eliminação da contradição. O fato é que, para Hegel (1936), há unidade entre tempo e espaço, pois a consciência sobre a contradição elimina a eliminação da contradição (elimina o tempo) e a inconsciência da contradição (tempo) elimina o espaço, sendo isto mesmo a unidade negativa espaço-tempo. Não se trata de uma afirmação espaço temporal o que seria, na posição entre dois positivos, tão somente uma relação de exterioridade e, falando-se de espaço ou mesmo de espaço-tempo, tão somente a abstração tempo seria a lógica movente da análise.

Em outros termos, pensado pela dialética hegeliana, o tempo é a forma vazia de pensamento (intelecto) que carece ser superada. É tão somente nessa medida, de sua superação, que a mesma ganha em importância. Daí a pertinência de um pensamento negativo e não reafirmação positiva e positivista de um termo em relação a outro. Para Hegel, no entanto, é o pôr do pensamento como esta razão negativa entre tempo e espaço que se constitui propriamente uma razão negativa espaço temporal em que se efetiva a própria noção de lugar.

O espaço é em si mesmo a contradição da exterioridade indiferente e da continuidade indiferenciada, a pura negatividade de si mesmo e a passagem, primeiramente, para o tempo. Igualmente o tempo, – pois os seus momentos reunidos e opostos se negam, um ao outro, imediatamente, – é o cair imediato na indiferença, na exterioridade indiferenciada, ou seja, no espaço. Assim, no espaço, a determinação negativa, o ponto que exclui os demais, não é somente em si segundo o conceito, mas é posto e é concreto em si mediante a negatividade total, a qual é o tempo. O ponto, tornado assim concreto é o lugar (HEGEL, 1936, p. 247, grifos do autor).

Desta maneira, a concretude do espaço e a do tempo se põem como formas de pensar que se contradizem através de uma unidade. Sendo o espaço a contradição da unidade indiferenciada, pensado como não contradição, como sua forma primeira de pensamento, é a sua passagem para o tempo que então é o

cair na imediaticidade indiferenciada, abstrata e, no entanto, sem contradição, que é o espaço enquanto tempo. Posta a relação entre o contraditório (espaço) e o abstrato (tempo), o não contraditório, trata-se de observar a condição concreta de tempo e espaço, pelo ponto, que faz de tal relação o lugar como o movimento desta passagem negativa entre tempo e espaço mesmo. Daí a sua concretude, isto é, forma de pensamento que desvela as determinações postas como negatividade identitária. No entanto, a dialética hegeliana trata de observar a resolução dos contrários como sentido da contradição mesma.

De um ponto de vista da dialética marxiana, contudo, o que se tem é uma relação espaço temporal em que esta passagem negativa entre tempo e espaço, ao que pese sua existência, não se efetiva como resolução conceitual ou concreta, nos termos de Hegel (1936). Pois as contradições para Marx (1988), ainda que existentes, são a forma pela qual a distinção entre o positivo e o negativo não concilia os contrários através do que se depõe, em Marx, a própria relação entre forma e conteúdo, como expusemos mais acima. Desta maneira, a modernização não se põe como a relação negativa entre espaço e tempo nos termos de Hegel (1936)¹⁸. Trata-se, enfim, das contradições i-rationais que ao não se conciliarem os termos da contradição, tão somente a forma se sobrepõe ao conteúdo, mas nesta i-razão espacial, o tempo se apresenta como fetiche de razão numa i-razão então efetivada como forma de sociabilidade. É deste ponto de vista que se especifica a relação espaço-temporal na dialética de Marx de *O Capital*, em que as formas simultâneas (por exemplo, a expansão do capital simultânea à queda tendencial da taxa de lucro) e i-rationais do capital, vistas sob a perspectiva do tempo, eliminam, como forma de consciência, as contradições que deveriam ser desveladas. Aqui chega-se ao ponto em que se as formas intemporais da contradição da modernização são necessidade de sua reprodução, ao mesmo tempo, são o seu próprio limite. Daí a importância de não se tomar o espaço como o elemento concreto da realidade abstrata de uma sociabilidade posta como capital. Ao mesmo tempo, não se pode nesta sociabilidade derivar a relação meramente afirmativa entre espaço e tempo (espaço-tempo) porque inclui o fetiche como explicação sem desvelar a própria contradição. A sobredeterminação

¹⁸ “O passado e o futuro do tempo enquanto estão na natureza, são o espaço, pois este é o tempo negado.”(HEGEL, 1936, p. 245, grifos do autor).

da forma, no entanto, simultaneidade (espacial) de si para consigo mesma se faz socialmente e, dentre outros modos, através da própria relação entre equivalente geral e tempo social de trabalho. Senão, vejamos o resultado disso enquanto sociabilidade.

A independência do dinheiro levada ao extremo em relação ao próprio valor – a ascensão aos céus do dinheiro, na expressão de Robert Kurz (1994) – constituindo uma sociabilidade que se ficcionaliza enquanto material e produtora de material, resultado do próprio capital fictício, torna ainda mais premente o fetichismo de concretude enquanto ciência, numa realidade em que as abstrações ganham o estatuto de ficcionalidade, isto é, numa sociabilidade em que a abstração da abstração trabalho é uma ficcionalização da própria materialidade exacerbada daquilo que ela mesma põe como resultado de sua abstração. Em última instância, o capital fictício é também uma forma de inconsciência que ficcionaliza as categorias em crise do capital. A ficção, assim, não está em sua apresentação cinematográfica, esta tão somente evita compreender que ela se faz como ficcionalização categorial social da independência crítica do dinheiro em relação à valorização do valor.

A crítica da modernização torna-se possível na medida em que se permite revelar a crise categorial, ou seja, das categorias que constituem o próprio capital e na medida em que tal crítica seja uma revelação da crise e de suas determinações. A tarefa advém, contudo, justamente pelo fato de que a crise, ao destituir as categorias do moderno, não apresentando outra coisa que não seja a sua própria destituição, põe uma crise do próprio pensamento sobre a crise, como expõe Lefebvre (2009). Isto repõe o pensamento reformador como aquele que preponderantemente atinge a capacidade de se inserir no cânone acadêmico e na indústria editorial. Não sem motivos, a própria crise da crítica coincide com o assassinato teórico de Marx por uma teoria reformadora de tais categorias e, por isso mesmo, anacrônica, porque desenvolvimentista, numa restauração mal feita da colagem do pensamento aos desígnios do Estado porque este também vivencia a sua crise a mais fundamental.

O reclame por uma teoria praticista advém, justamente, da impossibilidade de uma crítica categorial, nos termos de Robert Kurz (2007), pois que se trata de observar tal reposição, como não crítica, na medida em que não se põe um pensamento para além do fetiche categorial da modernização. Se não se põem outras categorias como forma de consciência, a compreensão dos limites das

categorias postas é o que contempla o alvo da crítica. Somente através de uma compreensão da metafísica do moderno seria possível transcender um pensamento empirista, físico o qual fetichiza o moderno como eterno presente, pondo a superação como juízo de valor e não como determinação (contraditória) identitária dela mesma.

A forma de ser desta ficcionalidade teria objetivamente deposto os termos da crítica àquilo que se constituiu numa concepção espaço-temporal possível através da própria noção de valorização do espaço. Dada a dimensão concreta que o próprio espaço adquiria na análise posta, a valorização não encontrava limites categoriais justamente porque, ainda que produto social, o seu valor se fazia imanente, pois que produzir espaço era observado mais pelo trabalho material do que pela abstração espacial que a restrição temporal enquanto média social se fazia determinante. A concretude, assim posta, levou os limites da crítica numa perspectiva externa que se fez pela análise das lutas sociais entorno daquilo que passou a se denominar de consumo coletivo do espaço ou da cidade. Tratou-se de uma abordagem classista e institucional daquilo que se considerou chamar de o direito à cidade. A renda da terra urbana, assim, torna-se uma ontologia dentro da universalidade do capital, porque sempre vista como um de seus momentos constituintes, sem se inserir nunca, neste marxismo, como elemento desvelador da crise da valorização do valor.

O fato é que, dada a crise imanente da razão irracional do capital, aquele ramo produtivo (o setor imobiliário urbano) que se constituía como o plano possível de expansão de capitais ociosos, tornou-se uma constrição da reposição ampliada do mesmo na medida em que a própria valorização do valor não mais se colocou como lastro de valor trabalho capaz de fomentar uma remuneração destes capitais, então fictícios. Assim, a própria noção de valorização do espaço coloca-se em crise dada a formação de preços que se fazem mais pelo volume de capitais financeiros que não se valorizam do que pela capacidade que a sociedade tem de produzir valor através de tal produção espacial. Nestes termos, uma vez mais, vista a sociedade estritamente pela dimensão de sua materialidade e não pela metafísica determinante de sua efetividade, o fetichismo tão somente buscou explicitar razão naquilo que como i-razional deveria ser desvelado. Sendo esta razão a defesa de que o capital se autorreproduzia, ao invés de se negar, isto se pôs, aliás, ilusoriamente como a crítica.

* * *

O limite lógico desta reprodução só se faz possível de ser observado na medida em que o desvelamento do fetiche fisiocrata que justifica como razão os termos de uma irracionalidade dela para com ela mesma se apresenta como a contradição entre o abstrato e o concreto, entre razão e irrazão, sendo o concreto a determinação do pensamento que se efetiva como forma fetichista do pensar sobre o moderno. É como tal fetiche e não como explicação do Real moderno que o concreto, no entanto, deve ser posto no âmbito da totalidade social (abstrata-concreta-abstrata).

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Sobre sujeito e objeto*. In: <http://www.geocities.com/paris/Rue/5214>, acesso em 01/09/2009. P.1-15.
- DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia que queremos. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 83, 2005. P. 57-91.
- EINSTEIN, Albert. MINKOWSKI, Hermann. *Textos fundamentais da física moderna*. Volume I. princípio da relatividade: Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: A produção capitalista como circulação simples*. São Paulo: Brasiliense, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. *Marx. lógica e política*. Tomos I e II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GRESPAN, Jorge Luís da Silva. *O negativo do capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. Hucitec, FAPESP, 1999.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário. Tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º Reich*. São Paulo e Campinas: Ensaio e Editora da Unicamp, 1993.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Ciência de la lógica*. Tradução: Augusta e Rodolfo Mondolfo. Argentina: Solar/Hachette, 1968.
- _____. Filosofia da natureza. Espaço e tempo. In: *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*. Tradução: Livio Xavier. São Paulo: Imprensa Comercial, 1936. P. 240-249.
- KANT, Immanuel. Estética transcendental. In: *Crítica da razão pura*. Vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1980. P. 1-56.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KURZ, Robert. *Cinzentos é a árvore dourada da vida e verde a teoria*. O problema da práxis como evergreen de uma teoria reduzida do capitalismo e a história das esquerdas. In: www.obeco.planetaclix.pt/rkurz288.htm, 2007. Acesso em 30/04/2008.
- KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. In: www.obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm, 1994. Acesso em 30/04/2008.

LEFEBVRE, Henri. Da teoria das crises à teoria da catástrofe. Trad. Anselmo Alfredo, Carolina Massuia de Paula e Thomas Ficarelli, In: *GEOUSP*. Revista de Pós-Graduação em Geografia. DG-FFLCH-USP, n. 25 São Paulo, 2009. P. 138-152.

LUKÁCS, Georg. *El asalto a la razón. La trayectoria del tradicionalismo desde Schelling hasta Hitler*. México Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.

_____. *História e Consciência de Classe*. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. *O capital*. Para a crítica da economia política. 3 livros, 5 volumes. São Paulo: Abril, 1988.

MINKOWSKI, Hermann. Espaço e tempo. In: LORENTZ, Hendrik Antoon. EINSTEIN, Albert. MINKOWSKI, Hermann. *Textos fundamentais da física moderna*. Volume I. princípio da relatividade. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. P. 93-124.

NEWTON, Isaac. Definições. In: *Principia. princípios matemáticos de filosofia natural*. Trad. Trieste Ricci...[et al]. São Paulo: Nova Stella: EDUSP, 1990. P. 1-15.

POSTONE, Moishe. Anti-semitism and national socialism. In: www.autodidactproject.org/other/postone1.html. Acesso em 25/02/2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

Recebido em: 30/09/2009

Aceito em: 23/10/2009

METROPOLIZAÇÃO: A REPRODUÇÃO DO URBANO NA CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

ODETTE CARVALHO DE LIMA SEABRA

Departamento de Geografia

FFLCH Universidade de São Paulo -USP

e-mail: odseabra@usp.br

RESUMO

A formação da metrópole é considerada no encadeamento lógico dos processos que interessam à urbanização da sociedade. Constata-se que a incapacidade física e normativa da cidade para responder adequada e funcionalmente aos processos de concentração e de centralização, explica a formação do tecido urbano que prolifera em todas as direções e sentidos. Disto resulta que as noções de cidade, de bairro e de metrópole correspondem às circunstâncias temporais da história sendo, a metrópole, um ponto de chegada do processo de implosão e explosão da cidade. Conseqüentemente a reprodução social, enquanto reprodução do urbano, expressa uma espacialidade fragmentada que configura os territórios de uso (guetos).

PALAVRAS-CHAVE: Metropolização. Reprodução. Cidade. Bairro. Metrópole.

METROPOLIZATION: THE REPRODUCTION OF THE URBAN WITHIN THE LABOR SOCIETY CRISIS

ABSTRACT

The formation of a metropolis is considered in the logical unfolding of the processes that interest society's urbanization. One can verify that the physical and normative inability of the city to properly and functionally respond to the processes of concentration and centralization explains the formation of an

urban fabric that proliferates in all directions and senses. The result of this is that the notions of city, neighborhood and metropolis correspond to the temporal circumstances of history, the metropolis being the converging point of the city's implosion and explosion process. Consequently, social reproduction, while the reproduction of the urban, expresses a fragmented spatiality which shapes the territories of uses (ghettos).

KEY WORDS: Metropolization. Reproduction. City. Neighborhood. Metropolis.

As metrópoles, de um modo geral, foram sendo estruturadas pelas demandas induzidas, em todos os seus âmbitos (pelo menos até os anos oitenta), pela industrialização. Uma estruturação que pôde traduzir na sua materialidade, o duplo processo de desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social, qual seja: centralização econômica dos negócios e concentração geográfica dos fatores da produção e reprodução capitalista. Na metrópole, as categorias do capital estão plenamente desenvolvidas sendo, por isso, necessário discutir a reprodução; é necessário também compreender como espaço e território foram sendo convertidos em categorias analíticas tanto da produção de mercadorias (sentido estrito) como da sua reprodução. A premissa é que a espacialidade do capital se realiza, concretamente, na territorialização dos processos objetivados pelas práticas sociais.

Espaço e território não são exteriores à lógica reprodutiva da sociedade exatamente porque enquanto categorias analíticas do saber geográfico se constituíam a media que o solo urbano assumia os atributos da mercadoria e que, como tal, passava a circular num mercado de produtos e fatores. Fosse através do parcelamento de terras (produção de lotes urbanos), também da construção de moradias, mesmo aquelas mais ou menos improvisadas, da abertura de caminhos e ruas (em articulação com a formação desses mercados) e da implantação dos meios de transportes. Materialmente o espaço urbano entra no circuito de produção e consumo da sociedade.

Tanto que a estruturação das redes de cidades, que espontaneamente se formaram pela capilaridade da circulação e da reprodução da riqueza enquanto capital, no território acompanhava a formação e estruturação da metrópole moderna. A concentração geográfica de fatores de produção foi articulada por

volta de uma cidade primaz, a partir da qual se instaurava o processo de diferenciação técnica do território, em estreita correlação com a concentração geográfica dos fatores de produção.

São Paulo, que serve de parâmetro histórico e lógico para esta reflexão é, sob esse aspecto, exemplar. A primazia de São Paulo (como cabeça de rede de cidades) evoluiu até integrar funcionalmente o território nacional ao seu próprio processo.

A rede de cidades, conceitualmente compreendida na teoria geográfica das localidades centrais, estava em correspondência, ponto por ponto, com a reprodução do capital mercantil, fase de predomínio do capitalismo concorrencial. Mas à medida que a lógica da reprodução exacerbava a concentração geográfica, mais imperiosa se tornava a ação do Estado na formulação de políticas de espaço que viabilizassem os processos de circulação do capital.¹ Sim, porque a infraestrutura material é uma condição essencial desse processo e as formas específicas de produção e consumo do espaço metropolitano de São Paulo, na atualidade, mostram que o Estado enquanto um nível de articulação política, praticamente desistiu de pensar globalmente a urbanização e faz isso viabilizando políticas que realizam uma perspectiva produtivista e classista.

Em São Paulo, na atualidade, as operações urbanas podem contar com certa unanimidade porque se apresentam com duas faces: de um lado trazem consigo o Estatuto da Cidade no qual foram consolidadas reivindicações e propostas dos movimentos sociais que clamavam pela função social da propriedade; por outro lado, segundo o ponto de vista aqui adotado, as operações urbanas consistem numa forma engenhosa de compensações que permitem manter um fluxo de terrenos urbanos como “espaço de reserva”, os quais formam estoques de terra urbana que, enquanto tais permanecem, por lei, congelados na perspectiva de uso futuro. Portanto fica garantido um fluxo contínuo do insumo terra urbana para o setor empresarial devotado à produção de edifícios.

¹ Começou ficar mais claro no debate sobre a urbanização brasileira a ausência de meios para prover as necessidades que a urbanização criava relativamente à integração social e urbana da força de trabalho. Para alguns teóricos, trata-se da falta de política urbana adequada. No entanto, é bem evidente que a urbanização é um processo induzido ou derivado porque as políticas de Estado têm sim, se ocupado da esfera produtiva ou da política econômica. Enquanto isso (Plano de Metas, anos cinquenta; desenvolvimentismo, anos setenta; neoliberalismo com privatizações, anos noventa), o Brasil urbano foi se tornando uma realidade à medida que o movimento do campo para a cidade ou do rural ao urbano consumava-se, gerando um espaço que não é campo e nem cidade.

As operações urbanas em São Paulo incidem sobre áreas urbanizadas, com edificações de épocas passadas que serviram a duas ou três gerações. Muitas delas são conhecidas por deterioradas e correspondem, grosso modo, aos espaços dos bairros mais centrais, descritos como periferia do centro, tais como a Baixada do Glicério, o Pari, a Ponte Pequena, a Luz, o Bom Retiro, a Barra Funda e a Água Branca. As mudanças de uso desses espaços não acontecem sem dramas: as operações urbanas permitem refazer o ambiente construído, mas ao custo de ter que remover os contingentes de população que aí se acomodavam formando um contingente de pobres, postos em movimento, destinados às bordas da área urbanizada porque a revalorização desses espaços centrais assim desencadeada os impede de permanecer onde estavam.

Rosa Tello Robira (2005), ao estudar a mobilidade de usos dos espaços internos de Barcelona, demonstrou com propriedade como áreas de baixa produtividade para a economia urbana acabam formando territórios de desposseção. São áreas com patrimônio imobiliário obsoleto que acumulam funções desprestigiadas e como tais entram em franca deterioração, tanto mais rápida à medida que essas áreas estejam na ótica das reformas urbanas. E que, essa aceleração é o passo para que nessas áreas se manifeste um processo violento de desvalorização, que antecedendo às grandes intervenções, mobiliza a propriedade de modo quase imediato. Áreas urbanas quando são objeto de requalificação espelham esse movimento.

Em consequência brotam no solo urbano os grandes projetos que são em essência metropolitanos. São os mega projetos de edificações através dos quais se atualizam processos técnicos (engenharia e comunicações) e é produzida a aparência da cidade global, com todos os apelos das produções conhecidas por inteligentes (os edifícios inteligentes). Tal como aconteceu na transformação de Vila Olímpia em São Paulo e continuam acontecendo em outros espaços da velha cidade.

A densidade técnica do espaço metropolitano é descomunal. As vias de circulação que formam a infraestrutura dos transportes circunscrevem determinados espaços os quais passam a merecer tratamento analítico, diferencial visando a investimentos de grande monta que são reestruturadores do espaço metropolitano. Na atualidade, é com a implantação do Rodoanel que se cumpre as finalidades reestruturadoras, tal como acontecera em passado relativamente recente, com a implantação das vias marginais expressas, ao longo dos grandes rios de São Paulo.

Portanto, aceitando-se a hipótese de que a urbanização, no presente, já não possa ser explicada pela industrialização, o espaço e a sociedade urbana não podem ser entendidos independentemente da força de determinação sobre o futuro que a materialidade do espaço urbano, já produzida, contém e abriga. Essa materialidade é tradução de uma das formas da riqueza da sociedade (a riqueza imobiliária), a qual se atualiza ininterruptamente em correspondência com o movimento do capital. Ou seja, ora como renda capitalista, ora como juros de capital, ora como lucro de processos produtivos particulares.

Acontece que na atualidade, e para setores importantes que atuam na produção do ambiente construído, a hegemonia do capital financeiro tem deslocado os interesses de capitalização através da propriedade imobiliária. Como o capital que rende juros (dinheiro que faz dinheiro) está desinteressado na imobilização em propriedade, segundo o que mostram os estudos de Fani Alessandri Carlos (2001) e Mariana Fix (2007), desenvolve-se verticalmente um setor especializado na produção desses edifícios. O que indica um aprofundamento da divisão social do trabalho no setor de edificações com mais especialização e maior rentabilidade na produção desses espaços diferenciados.

Do ponto de vista da reprodução social em geral, o espaço urbano condensa trabalho morto, que pode ser entendido como capital fixo porque fixado no território, o qual é acompanhado por uma disposição jurídico-normativa destinada a prescrever o lugar de cada um e de todos; assim, mesmo compreendo que a segregação socioespacial seja, como de fato é, estruturalmente determinada, vê-se que tais disposições exacerbam a segregação, configurando verdadeiros domínios territoriais urbanos (enclaves urbanos) que se justapõem, sem nenhuma lógica aparente que não seja a da separação, apesar de todo o discurso da reclusão e do medo. Essa é apenas uma evidência de que não há reprodução sem conflito.

Isto faz lembrar Henri Lefebvre quando discutiu, em várias de suas obras, a produção e a reprodução social. Vê-se muito claramente em Lefebvre que a produção nem é tanto problema, problema mesmo é a reprodução, afinal como repor todos os elementos da produção para realizar a reprodução ampliada? Creio que uma tal advertência valha para a sociedade e seu espaço. É este o problema que nos aproxima da questão da metrópole como fenômeno e da metropolização como processo.

No entanto, antes de focar as questões relativas às políticas de espaço na atualidade, recorro a uma bibliografia que permita compreender de um ponto

de vista genético, os fundamentos históricos e lógicos da concentração em São Paulo.

Proposição do problema

É necessário refletir sobre a cidade e os seus subúrbios; a cidade e seus bairros, sobre a metrópole e a periferia; formalizações mais ou menos admitidas, para poder designar momentos e circunstâncias do processo de urbanização da sociedade e para apontar os impasses do presente tanto ao nível da teoria como da prática política.

O principal objetivo é o de indicar que o processo de formação da metrópole é também um processo de produção do espaço, de produção política e de produção cultural, que culmina na urbanização da sociedade; que a crise da modernidade, traduzida como crise da sociedade do trabalho, está a indicar que as categorias do capital já plenamente realizadas no movimento da formação, entraram numa fase de reprodução, exatamente quando o urbano se alça como modo de vida generalizado.

Essa formulação não ignora que o desenvolvimento é por natureza desigual. Que as desigualdades sempre foram virtuosas para o capitalismo. Não ignora também que essa virtuosidade pressupõe uma base operacional para que o capital se realize, sobre a qual se expande no sentido vertical e horizontal. O que quer dizer, aprofunda a divisão social do trabalho e conquista novas áreas de expansão (fronteiras de expansão). Mas trata-se, agora, de um momento no qual o capital se reproduz muito mais verticalmente, colonizando os modos de vida. Por isso o cotidiano, admitido como o uso do tempo e do espaço, sob determinações do movimento da formação (com seus impasses, oposições, contradições e conflitos), constitui-se em uma categoria de análise pertinente. E, isso porque a reprodução enquanto conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as duplica, mas as desloca, as modifica e as amplifica. E também, reconsidera sem nada excluir o que precedeu pela análise aprofundada das relações de produção, segundo os diferentes níveis contidos nelas.

O cotidiano como banalidade vivida no dia-a-dia, claro que sempre existiu. Mas não é esse o nosso caso pois com Henri Lefebvre trabalhamos a noção de cotidiano como realidade histórica (empírica), âmbito de experiências, que o pensamento pode e deve alçar ao plano da teoria e do conceito.

Isso posto, torna-se necessário e importante assegurar a idéia advinda do próprio Marx (s/d.), no Capítulo Inédito do Capital, ao considerar que só as forças produtivas do capital assim socializado, (tal como a socialização capitalista) estão à altura de empregar no processo direto de produção, os produtos do desenvolvimento humano: a aplicação da ciência no processo imediato de produção, sendo que, tais aplicações aparecem como força produtiva do capital. Nesse importante texto, essa circunstância histórica de desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social é identificada como o especificamente capitalista. Ou seja, é a socialização pelo valor, interpretada, por vezes, como a economização das relações com a generalização do valor de troca.

É especificamente capitalista a circunstância na qual o capital enquanto lógica reprodutiva da sociedade dominou os resultados da história e tem necessariamente que enfrentar a problemática da sua iteração, qual seja produzir seus próprios elementos constitutivos. Tem que produzir espaço tem que sujeitar a família segmentando todos os seus membros: a criança como infância; o velho como terceira idade; tendo para tanto que criar estruturas de mando e gestão, creches e centros de convivência. Sempre com aprofundamento da divisão do trabalho.

Já, relativamente às políticas de espaço elas terão sempre um caráter reestruturador que visa a enfrentar as contradições acumuladas na espacialidade dos processos econômicos e sociais, como contradições do espaço.

O desdobramento que a crise da sociedade do trabalho (reestruturação produtiva) tem gerado para sua reprodução no plano da produção política, deixa evidente que muitas das atribuições de Estado, em face das reformas neoliberais que visam a reajuste estrutural, levaram tanto à fragmentação da política com a criação e fortalecimento das ONGs, além da estruturação de uma esfera política que não é pública e nem privada, o terceiro setor.

Limites reprodutivos

Os limites reprodutivos dessa formação social despontavam quando e onde o processo de produção capitalista já não podia colher livremente os elementos do capital, tais como o trabalho e o espaço de circulação, como de fato, a acumulação mercantil e o capital industrial nas fases iniciais da indústria puderam fazê-lo. E, não podia apenas pela massa de força produtiva imobilizada como capital fixo para a circulação, mas também não podia pelo custo de reprodução do trabalho.

Em suma, os limites da reprodução ficam mais claros quando esses elementos do capital, sendo já expressão internalizada de trabalho, deixam de entrar nos circuitos reprodutivos sem qualquer custo.² Começou a haver a necessidade de reproduzir a família trabalhadora nas condições adequadas às transformações tecnológicas que sempre se sucedem, as quais são frutos do desenvolvimento técnico-científico e do aprofundamento da divisão social do trabalho.

Da mesma forma, quando todos os elementos da reprodução do capital e também da vida tinham necessariamente que ser obtidos nos mercados porque já haviam sido produzidos como mercadorias, toda questão passava ser a de valorizar o valor e, então, a abstração de segundo grau passava a articular a reprodução no movimento da formação.

O capitalismo, enquanto formação social, conseguiu atenuar suas contradições sem resolvê-las ao mesmo tempo que proporcionou crescimento. Fez isso abrindo fronteiras de expansão, ocupando espaço, produzindo espaço. Quando a prática social entrou num período de reprodução, desapareceram os referenciais que tinham permitido a linguagem referenciar-se socialmente, quero dizer, estarem fundadas em experiência ou em práticas. Fazia parte desses referenciais a história, a cidade, os ciclos naturais... A partir desse momento a perda de sentido adquire velocidade terrífica, diz Henri Lefebvre (1969a). Há um imenso caudal de estudos devotados a diagnosticar a perda de referenciais e a busca de compreensão de tais circunstâncias se desenvolve com base no conceito de pósmodernidade.

Para a formação da metrópole, como fenômeno de grande magnitude que é, converge uma complexidade de processos dentre os quais se pode distinguir uma problemática do espaço, da política e da cultura do cotidiano urbano. Faz parte da hipótese aqui desenvolvida, a compreensão de que a constituição real e formal da metrópole corresponde ao dilaceramento de formações pretéritas, sejam cidades, bairros ou subúrbios.

² A massa imigrante que serviu à resolução da crise do trabalho escravo no Século XIX serviu também em grande medida como força de trabalho à indústria nascente desde os primeiros anos do século XX. Essa massa de trabalho nada custou ao capital industrial. Também nada lhe custou manter e alimentar a mobilidade do trabalho à escala nacional a partir dos anos trinta. Só a partir dos anos setenta estaria plenamente configurada, para o capital, a necessidade de reproduzir o trabalhador às próprias custas.

O ESPAÇO DO CAPITAL E A SUA REPRODUÇÃO

Recolho certos aspectos e comento alguns resultados de uma demorada pesquisa que teve por objetivo discutir o processo de urbanização da sociedade a partir das experiências da vida cotidiana dos moradores de um bairro fabril, localizado a apenas sete quilômetros do centro da cidade de São Paulo, o Bairro do Limão, bairro localizado do outro lado do rio Tietê. Esse rio atravessa a porção setentrional da região metropolitana de São Paulo, no sentido leste-oeste. Ali, as particularidades do sítio urbano são de um lado o próprio rio com suas amplas planícies aluviais (comumente conhecidas por várzeas) e do outro, as colinas terciárias da serra da Cantareira. Como uma bacia hidrográfica é uma unidade integradora de processos muito amplos de natureza ambiental, esse bairro tem estado sujeitado à forma como a natureza natural dos rios e das várzeas é transformada em força produtiva da sociedade.

Raciocinar a partir do mais simples, do mais elementar em direção ao mais complexo, a partir do problema estabelecido no plano teórico e histórico, é uma exigência de método. O bairro foi admitido como elementar como a parte que confirma o todo na relação cidade-bairro. Por isso encontrar os termos de realização do bairro enquanto ambiência de vida e, em seguida detectar os nexos através dos quais esta unidade diferenciada de espaço e de tempo que é o bairro estava articulada à cidade, foi a abordagem definida para a pesquisa.

Inicialmente era necessário encontrar o lugar teórico do bairro e da cidade na urbanização da sociedade, sempre sob a ótica do movimento da formação social em processo. Foi então que, a partir da situação de vida de moradores abordados pela pesquisa, descortinou-se o fato de que eram muito tênues os fios que os ligavam entre si e com o lugar de moradia. Logo, a realidade a ser investigada não comportava o conceito de comunidade. Aquela localidade não proporcionava meios para formação de identidades locais e enraizamentos profundos. Na palavra dos moradores, estávamos então diante do “bairro que dá pena, do bairro que acabou”. O que denotava o dilaceramento ao qual estava sendo submetido o bairro à medida que estava sendo integrado aos processos mais amplos de caráter metropolitano. Na verdade, era a desintegração em um nível (esse mais imediato) e a integração em outro muito mais complexo como é o processo de metropolização ou de formação da metrópole.

As estruturas espaciais, objetos urbanos, que proporcionavam integração funcional com o espaço regional circundante e com o território nacional, deno-

tavam também a circunstância de que o território e a territorialidade do bairro estavam alterados, modificados para viabilizar a incorporação de novas tecnologias destinadas a modernizar a infraestrutura material e possibilitar uma inserção espacial metropolitana.

A infraestrutura, servindo principalmente à circulação viária e ao escoamento superficial da Bacia do Alto Tietê, naquela localidade, era a tradução da refuncionalização visada. O bairro estava subsumido ao espaço tecnológico do rio com suas várzeas, e naturalmente sujeitado aos imperativos das enchentes periódicas que assolam a região como um todo. A bem da verdade o escoamento superficial foi sempre sendo agravado, independente do regime das chuvas. Moradores remanescentes (em 2004) dizem-se surpreendidos pelo volume de água entrando pelos quintais, experiências às quais até então não estiveram sujeitos. Como bairro ribeirinho, tal como fora no passado, proporcionou aos seus moradores a pesca, o pasto, a horta e os inúmeros campos de futebol.

Mas não era apenas isso porque ali, em meio a um casario singelo de edificações que serviram a pelo menos três gerações, pois que a capela, construída pelos próprios moradores, data de 1903, fora instalada uma unidade comercial da rede Carrefour, beneficiada pela infraestrutura de circulação e voltada ao abastecimento metropolitano. O que indica também a efetivação de uma nova lógica do espaço em direção à articulação metropolitana.

A refuncionalização do espaço tinha que possibilitar a ampliação dos circuitos econômicos que se desdobravam das estruturas do Estado como investimento, na formação/ampliação das forças produtivas fixadas no território, à alavancagem de capitais privados como, via de regra, acontece quando investimentos produtivos são fixados no solo porque geram oportunidades de ganhos extraordinários através das rendas diferenciais.

A construção de pontes, a abertura de caminhos, a regularização de propriedades, o deslocamento para o trabalho urbano fosse nas fábricas ou no comércio, correspondem a momentos e níveis da integração do bairro à cidade. Integração que progrediu e que viria negar quase que em termos absolutos o próprio bairro, à medida que a reprodução social seguia seu curso. Pois, ao cabo de trinta anos do estabelecimento dos primeiros imigrantes italianos e portugueses nessa localidade, os novos sujeitos sociais do trabalho que para lá se dirigiam acompanhando o deslocamento do emprego, tinham que seguir adiante, ir para mais longe. Formavam-se novos loteamentos com grupos de casas que

depois viravam vilas, bairros e assim por diante. Esses aspectos fenomênicos não podiam esconder a valorização do espaço como condição de continuidade dos negócios urbanos. E também que a mobilidade geral do urbano em aceleração, acentuava o caráter precário, sempre cada vez mais precário do ambiente construído, à medida que as áreas mais distantes iam sendo povoadas.³

Isto quer dizer que a produção do espaço pressupõe a sua reprodução o que ocorre com e sobre a valorização dos terrenos urbanos, nas condições em que o valor de uso do espaço está completamente sujeitado ao valor de troca, enquanto expressão abstrata das relações sociais de equivalência. Acontece que o morar e o trabalhar disputam o mesmo espaço em áreas que são supervalorizadas pelas funções rentistas de ganhar. Ganhar sem nada produzir.

Assim sendo, os que continuam chegando depois, sem meios de acesso ao mercado de bens urbanos, como pobres urbanos que são, mobilizam-se continuamente pelo território. Certos contingentes formam as frentes de expansão do urbano, realizando o urbano mais ou menos por conta própria nos pequenos lotes adquiridos no mercado formal. Produzem as próprias casas, abrem caminhos, fazem cisternas, andam quilômetros a pé, e fazem muito mais. Outros tantos continuam a vagar sem teto até se acomodarem como podem nos interstícios dessa enorme área de urbanização contínua que é a metrópole. Do que resulta que as favelas sejam o fenômeno mais explosivo do século XXI, como afirma Mike Davis (2006).

Retomando certos argumentos a propósito do bairro estudado, o máximo da metamorfose (do bairro) que permite compreendê-lo como um fragmento da metrópole, está exatamente na singularidade de suportar invasões no casario modesto de outras épocas e pela formação de duas enormes favelas, sendo uma delas a maior de São Paulo. O que indica que aquele espaço (do próprio bairro) ao qual se dedicaram os moradores como espaço de representação de suas próprias vidas, já havia sido integrado aos processos de caráter metropolitano que têm a faculdade de redefinir os sentidos da história.

Para que essa constatação não desvie numa moralidade rasa, cabe reiterar que a urbanização é um processo tão avassalador, que o espaço urbano vai

³ A partir dos anos quarenta, a expansão urbana se fará com a produção em massa de lotes urbanos, multiplicando-se as Vilas e os Jardins e, sobretudo com a produção doméstica de habitações. Em condições sempre agravadas pelo caráter provisório que apresentam, a partir de então, a estética urbana começou a incorporar a paisagem identitária da periferia.

sendo formado por desdobramentos sucessivos e em escala geométrica. Porém regido sempre pela lógica da valorização que transforma grandes áreas de uso ainda rural em urbanas, para um mercado altamente especulativo, com superposição de funções e alargamento das relações do valor (até a generalização do valor de troca).

Nos fundamentos da urbanização está necessariamente a centralidade da cidade. A cidade é o outro do bairro é a referência do referente, como é igualmente uma referência para todos os outros bairros que a tem como complemento. E o bairro enquanto um âmbito de vida social urbana cultiva até um certo momento, um tempo próprio que é comum e cotidiano aos moradores. Nestes termos tem realidade prático-sensível o conceito de comunidade de bairro. Por isso que a integração do(s) bairro(s) à cidade se faria com um duplo sentido: a afirmação da identidade do bairro funda um sentimento de pertencer, mas a integração do bairro à cidade vai no sentido da dissolução de um *ethos* de vida social que é próprio do bairro, mas que acabaria por ser aniquilado nessa integração. Quando a cidade começa a não comportar tantos processos, entra na fase de implosão que depois explode na formação das periferias do urbano metropolitano e a entidade bairro entra em declínio.

O ponto crítico do bairro corresponde exatamente à circunstância na qual as suas próprias condições objetivas não se reproduzem⁴. O que de alguma forma pode ser avaliado considerando a impossibilidade de manutenção das relações de proximidade, tais como o compadrio, o parentesco, a vizinhança. São relações que permitiam usufruir a construção de um tempo próprio, comum e cotidiano que foi tão fundamental na vida de bairro porque era preenchido de sentido ritual, essencial para a vida, estendendo-se do nascimento à morte. O que corresponde de fato, às circunstâncias de formação da sociedade do trabalho, quando ainda trabalhadores urbanos e suas famílias não estavam sujeita-

⁴ O ponto crítico é o momento do negativo da relação do bairro com a cidade. O negativo e a negatividade não comportam a destruição pura e simples, conduzem à superação. Na superação o que é superado é abolido, suprimido apenas num certo sentido; porque, em outro sentido, o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a um nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção de “resultado” superior; certamente, a etapa atravessada não existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação. Assim, a criança continua no adulto não tal qual foi, não “enquanto criança”; mas na lembrança e na memória do adulto, em seu caráter, pode-se encontrar – superadas – a criança e a vida de criança (LEFEBVRE, 1979, p. 230-231).

dos completamente à lógica de reprodução do valor. Eram ainda portadoras de valores de uso para si, ligados as suas próprias habilidades de fazer (como até a economia praticada nos quintais, com as hortas, o pasto e a pesca).

O ponto crítico indica o não retorno, indica que o bairro não pode mais se reproduzir enquanto tal. Logo, a palavra bairro perde seu conceito. A partir daí o bairro estudado e todos os bairros guardam muito mais uma referência de localidade inscrita na metrópole e como um fragmento desta.

Na mesma medida e como parte do mesmo processo, a cidade experimenta a implosão decorrente da incapacidade físico-normativa de abrigar tantos processos: os processos que promovem a integração dos bairros à cidade; sendo que a essa implosão (interna) segue-se a explosão (externa) para os territórios circundantes, formando um enorme tecido urbano, com centralidades diversas.⁵

Na sequência de atos e processos vai sendo configurado um fenômeno de outra natureza como é a metrópole. Digo de outra natureza porque a metrópole é o reino do quantitativo, supremacia do valor de troca, o que exatamente a cidade histórica com seus bairros ainda não eram. É nesse sentido que se confrontam qualidade e quantidade, que o uso e o valor de uso entram num conflito dialético com a troca. E que a absolutização das quantidades vai produzindo uma baixa tendencial do valor de uso (DEBORD,1992). A generalização do valor de troca permitiu uma igualação formal pelo valor, gerando uma espacialidade diferencial dos objetos, das coisas e dos produtos e, por isso a metrópole é caracterizada por espaços da diferença. Desaparecem os fios de historicidade que inscreveram a relação bairro-cidade, pelos seus aspectos qualitativos no espaço urbano, enquanto espaço de representação da vida.

Nesses termos, espaços diferenciais são as áreas residuais dos velhos bairros, e mesmo da cidade propriamente dita, ali onde nasceram as instituições da cidade (a catedral, o teatro, o fórum, a câmara, os tribunais), mas são também parcelas de espaços desse enorme tecido urbanizado onde ainda se vê rema-

⁵ A expressão “tecido urbano”, noção construída por Henri Lefebvre ao longo dos seus trabalhos sobre a cidade e o urbano, evoluiu para designar uma “unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades antigas ou recentes (...). Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um modo de viver mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base economia do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo “tecido urbano”, a sociedade e a vida urbana penetram os campos” (LEFEBVRE, 1969b, p.16).

nescentes da velha centralidade de bairros pobres (igrejas com suas pequenas praças) que se formaram como desdobramento da cidade.

Em suma concentrar o capital e o trabalho formalmente (gerando contratos) e realmente (veicular salários/meios de vida) tem sido a atribuição fundamental da cidade moderna. Acontece que a cidade não é um ente metafísico, sua realidade corresponde a certas práticas as quais têm sido capazes de articular, por dentro do que é propriamente a cidade, uma estrutura jurídica política e institucional da sociedade, promovendo a aderência necessária às suas diversas partes, mesmo que perpassadas por contradições. De modo que as leis da cidade e a busca por cidadania tornam-se um tema-problema necessário, já que, enquanto valor de uso para o capital, a cidade no todo e por partes acabou por inserir-se como núcleo potencializador do valor de troca. Aí também a palavra cidade perdeu o seu conceito, mas este é já um outro problema.

AS POLÍTICAS DE ESPAÇO

A quantidade de interesses econômicos, sociais e políticos que convergem nas políticas de espaço estão hoje se expandindo para além dos limites dos governos e do setor privado com a entrada de organizações multilaterais (Banco Mundial) no financiamento de políticas públicas. Financiamentos que, via de regra, estão acompanhados de pacotes tecnológicos. As políticas destinadas à reestruturação da Bacia do Alto Tietê, tanto voltadas a redimensionar a capacidade do escoamento superficial, como ao controle da poluição, mobilizam vultosos recursos materiais, humanos e, sobretudo financeiros. Os cem anos de história da urbanização de São Paulo foram suficientes para transformar cabalmente o funcionamento da Bacia do Alto Tietê; os rios e as várzeas foram transformados em força produtiva da sociedade. A força hidráulica para a produção de energia e as planícies aluviais, como disse, as várzeas, em espaço de circulação. É assim que a natureza natural do mundo é transformada em social, quero dizer que se estabelece a natureza social do mundo.

Portanto, as atuais investidas técnico-científicas no funcionamento da Bacia do Alto Tietê com aprofundamento do leito, concretagem das margens, reconstrução dos vertedouros entre outros objetivos, em tese visam a superar as contradições de processos acumulados nestes cem anos, período no qual as enchentes se agravaram, e a poluição das águas transformou o Tietê num esgoto a céu aberto. Portanto, as atuais políticas visam a uma

reestruturação em correspondência com as demandas da reprodução social do urbano metropolitano.

Enfim, no interior daquilo que vem sendo admitido como problemática ambiental, é bom que se diga, há objetivamente uma questão de desgaste da natureza e se estabeleceu o problema do consumo e da reprodução da natureza.

A dimensão prática de uma tal concepção realiza-se mobilizando e recorrendo a sociedade segundo diversas e variadas causas e razões, num movimento que estabelece o ambientalismo como paradigma teórico e prático desta época.

Tais impasses que foram historicamente produzidos carregam consigo o ônus de contradições acumuladas das quais não podem se livrar facilmente para prosseguir na reprodução do urbano. Por exemplo, como livrar o Tietê da poluição? Para além dos discursos resta o nada.

Nos fundamentos do processo de valorização dos rios e várzeas de São Paulo estiveram as políticas higienistas destinadas a transformá-los em força produtiva da sociedade. O sanitarismo, que se ocupou, entre outras coisas, do saneamento, era o lado prático do higienismo como filosofia política que antecedeu ao ambientalismo de hoje.

Tanto que englobava os princípios ordenadores do saneamento, da educação pública, da saúde pública. A sociedade do trabalho em formação recebia os contingentes expressivos de população rural, os quais eram impulsionados a absorver os princípios, as normas e as ordenações que modernizavam a sociedade nas primeiras décadas do século vinte. A cidade com seus bairros fora povoada por uma população egressa do campo, portanto de hábitos e costumes rurais.

As políticas de espaço eram gestadas em mais de um plano. Um, no interior dos gabinetes dos governantes que contava com a presença dos engenheiros e dos médicos sanitaristas. Um outro nível era o da alta administração das empresas estrangeiras (as *companies*) que operavam na produção de serviços urbanos (transportes, eletricidade, gás encanado, telefones). E, outro ainda, aos pés do chão, quero dizer em meio aos eventos do cotidiano, no âmbito de vivência da população citadina, a qual era impulsionada a absorver a modernidade, como já disse. Desde o final do século XIX, a especulação imobiliária comparece como um componente intrínseco desses processos políticos de produção do espaço e da sociedade urbana.

A ordem distante, do Estado e das empresas, determinou duramente as modalidades de uso do espaço dos rios e das várzeas. Pontes foram deslocadas

sem a menor consideração com os movimentos domicílio/trabalho. As trilhas amassadas do ir e vir ofereciam o alfabeto das práticas cotidianas que ninguém se interessou por lê-lo. Isto porque a especulação imobiliária, que corresponde aos ganhos extraordinários com transações que envolvem a situação geográfica (locacional) dos lugares, tem sido na urbanização brasileira uma força que se exercita como monopólio de classe e de grupos.

O estudo genético desse bairro mostrou como as elites patrimonialistas se apropriaram daquele solo e daquele subsolo com a legalização da propriedade, e depois a exploração econômica das argilas, da areia e do pedregulho.

Também a presença da polícia sanitária no interior das casas para o exercício da vigilância sanitária, fazia parte das coações implícitas nas políticas de espaço.

O encontro dessa população de perfil ainda rural com as políticas sanitaristas de ordenamento urbano, pode ter sido vivido como afrontamento. Pois a perda de meios de vida, pela subtração do rio e das várzeas, tal como aconteceu com as populações tradicionais autóctones, chegou ser a impossibilidade de sua reprodução. Falo do caipira de São Paulo e do seu rápido desaparecimento.

Nesse bairro ribeirinho porque situado às margens do Tietê, que depois se tornou fabril, todos esses processos repercutiam cabalmente e geravam situações singulares.

CULTURA E REPRODUÇÃO

O modo de vida urbano se reproduz como totalidade, porém comportando separações, as quais podem dar lugar a formas que aparecem como autônomas. Tanto que a cultura tem sido tratada como uma esfera relativamente autônoma das práticas sociais. Contudo, examinando os termos da reprodução social, parece plausível explorar a premissa de Cosgrove (2003) de que há uma correlação entre modo de vida e modo de produção, ao afirmar que para compreender a cultura como evidência da prática é necessário voltar à noção de modo de produção como um modo de vida, incorporando a cultura dentro da produção humana, ligada em igualdade dialética com a produção de bens. Nesse sentido, entende que a consciência humana, as idéias e crenças são parte do processo material.

Quero assinalar neste breve ensaio que as manifestações culturais, como expressões simbólicas das coisas do povo, naquela comunidade de bairro, iam sendo profundamente modificadas em face da presença do estranho. Sim, por-

que houve um tempo comum e cotidiano que permitia absorção daqueles que vinham de fora, e inclusive de certas modas que geravam novos hábitos, enfim, novidades que a modernidade propunha. E nesse sentido houve enriquecimento e ampliação da experiência vivida como própria da vida de bairro. Até um certo momento, o bairro se reproduzia enquanto tal. Os limites dessa reprodução vieram de muitas direções do processo que urbanizava a sociedade inteira. O principal deles era o aprofundamento contínuo da divisão social e territorial do trabalho e a conseqüente mobilização do trabalho à escala nacional e internacional. A concentração urbana metropolitana, no último quartel do século vinte, era a evidência da sociedade de massas ou da sociedade dos grandes números. Os bairros submetidos a esses processos tenderiam a perder as suas identidades, a se tornarem um fragmento da metrópole, como já assinalado. Acontece que esses fragmentos de modos de vida superados ou em superação continuam e enquanto deles existir uma centelha que seja, ainda proporcionam aspectos qualitativos para a vida.

No dilaceramento do bairro, enquanto comunidade do bairro, estava também à negação da cidade, entidade preta de qualidades. Lugar de negócios que nunca pode ser estritamente funcional aos negócios porque é de sua essência ser lugar da festa. A sua negação vai a par e no mesmo movimento de negação do bairro até a evidência de sua implosão.

Disso decorre a constatação de que esse bairro fabril se constituiu em ambiência de vida e de relações fortemente enraizadas por duas e até três gerações, em alguns casos. E, que a propriedade imobiliária urbana foi o suporte essencial para essa permanência. Na atualidade, as velhas e grandes propriedades dos descendentes dos primeiros moradores são o insumo para a produção imobiliária de edifícios. A verticalização da metrópole segue seu curso mudando inclusive o perfil sociocultural dos moradores.

Visto pelo ângulo dos processos que interessam ao bairro, constata-se que a superação dos modos de vida até então alimentados no interior da comunidade de bairro, ocorreu no confronto com a mobilidade geral do urbano, principalmente expressa nas correntes migratórias que guardaram ainda um perfil étnico-cultural. Nesse sentido, foi importante a presença daqueles que estavam à procura de meios materiais (espaço) para exercitar e cultivar suas vocações artísticas e culturais, fortalecer suas identidades e, sobretudo enfrentar os preconceitos, como em geral existem, em relação aos que chegam depois.

Disso resultou o curioso fato de que às margens do Tietê, num bairro originalmente de caipiras, população tradicional do lugar, nos anos setenta do século vinte, foi instalado um Centro de Cultura e de Tradições Nordestinas.

O que aparecia como curiosidade era exatamente a circunstância de que o processo de metropolização (formação da metrópole), ao aprofundar as separações e provocar desenraizamentos, acelerava a mobilidade geral do urbano porque estava em consonância com as exigências da reprodução capitalista da sociedade. O aprofundamento da separação num nível, como, por exemplo, em função das demandas por trabalho, acelera a mobilidade geral do urbano, mas também incita à reunião em outros planos, outras esferas, como neste caso.

Nordestinos das mais diversas localidades da região metropolitana de São Paulo convergem para o Centro de Tradições e Cultura Nordestina. E isso não é tudo, pois a Escola de Samba Mocidade Alegre, também inscreveu uma certa centralidade do samba, enquanto manifestação cultural espetacular, no velho bairro fabril, bairro de operários.

Assim é que o bairro de caipiras, apesar de não ter sido lugar receptivo para a massa de migrantes nordestinos que chegou a São Paulo de modo bem independente de sua própria história, realiza, hoje, a centralidade da festa nordestina.

Pelo ângulo da própria metrópole, o processo de produção de cultura como tradução da reprodução do urbano, vem da periferia e surge como expressão do comunicar-se territorial dos excluídos. Não se pode ignorar que existe e se difunde uma arte de contestação (mural e musical) que preenche o cotidiano da periferia densamente povoada. O *rap* e o *hip hop* expressam um estado de consciência dos moradores da periferia, uma vez que produzem com expressão própria, apropriada por eles mesmos, e com força para irradiar-se para outros universos culturais da sociedade. Depois de um século de acúmulo de riqueza e de pobreza, a periferia dá o tom! Lentamente deixa transparecer o que faz, o que pensa, através dos murais, muitos deles subterrâneos e dos seus cantos de amor, de dor e de paixão. A reprodução é também transgressora na periferia, valendo desde CDs piratas ao complexo processo de controle territorial exercido por grupos organizados.

Em suma, a metrópole é uma estrutura policêntrica e além do mais de centralidades móveis. Marcada pela simultaneidade de atos e processos. Lugar das estratégias de todo tipo e sob o primado do indivíduo que exercita com pra-

zer inusitado o individualismo como princípio e fim. Mas, por paradoxal que possa parecer, nenhuma sociedade socializou tão profundamente a existência de uns e de outros. A questão é que a socialização pelo valor está assentada na alienação fundamental do indivíduo.

Usei o exemplo de um bairro estudado para mostrar, pelo avesso, o que os indivíduos perdiam em relação com o que ganhavam com a urbanização da sociedade. Sim, porque é disso que se trata. A generalização do valor alcançou os mais recônditos lugares, provocou expropriações, produziu alienações dando em troca o mundo da mercadoria.

Portanto a reprodução do urbano dificilmente poderia ser entendida como ato ou processo que se resolva a partir do uso, muito embora seja impossível ignorar que há uma sociedade dos insurgentes, dos insubmissos no subterrâneo, nos interstícios daquilo que é invisível.

BIBLIOGRAFIA

- CARLOS, Ana Fani. *Espaço tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas de teoria. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P.103/134.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Éditions Gallimard, 1992.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969a.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969b.
- _____. *La Révolution Urbaine*. Paris: Éditions Gallimard, 1970.
- _____. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpiano, 1973.
- _____. *Lógica forma e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito do Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, s/d.
- ROBIRA, Rosa Tello. Áreas Metropolitanas. Espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani e CARREIRAS, Carles. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 9-21.

Recebido em: 15/10/2009

Aceito em: 10/11/2009

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

À revista **CIDADES**, podem ser propostos para publicação: artigos científicos, ensaios teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traduções de textos clássicos e discussão de conceitos.

A aceitação de textos propostos para publicação será orientada pelos seguintes parâmetros:

Artigos científicos que interessem, sobretudo à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas e, nestes casos, com seus resultados finais.

Ensaio crítico sobre temas, obras, autores etc., que contenham clara contribuição dos autores dos ensaios.

Críticas bibliográficas que não se constituam, de fato, em notas ou notícias bibliográficas, ou seja, revelem capacidade de seus autores em contextualizar as obras analisadas no âmbito da produção intelectual.

Divulgação de textos clássicos, que tenham desempenhado importante papel na evolução do pensamento e da pesquisa sobre o urbano e a cidade.

Textos com sínteses sobre conceito(s) que importa(m) à compreensão da cidade e do urbano, nos quais se recuperem os autores que mais contribuíram para essa elaboração e/ou os consensos e dissensos existentes acerca dele(s).

Resultados parciais de pesquisas em andamento, reflexões teórico-metodológicas de caráter inicial ou textos que resultem de compilação bibliográfica, sem que se revele claramente a contribuição do autor, não serão aceitos para publicação.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos devem ter, no máximo, 25 páginas (tamanho A4), digitados em formato Microsoft Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte *Times New Roman* tamanho 11 e sem recuos e espaçamento de parágrafos. Para as outras modalidades, as normas são as mesmas, com exceção da extensão máxima dos textos, que se define da seguinte forma: 15 páginas para discussão de conceitos e entrevistas, 25 páginas para traduções de textos clássicos e 06 pá-

ginas para críticas bibliográficas. Nesse total de páginas, devem ser computadas tabelas, figuras e referências ou bibliografia.

Todos os textos devem ser enviados em três cópias impressas e em versão digital (CDROM), acompanhados de uma folha em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, data de elaboração do artigo e endereço para correspondência (postal e eletrônico).

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um resumo de, no mínimo, 100 palavras e, no máximo, 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em francês, espanhol ou alemão. O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que o resumo for apresentado.

As referências a autores, nos textos a serem publicados na revista, deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta ou caixa alta e baixa, segundo os casos, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (SILVA, 2007), Silva (2007). Havendo mais de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte *Times New Roman* 11, sem aspas.

Expressões ou trechos de seu texto, aos quais o autor queira dar destaque, deverão ser **grifados**. O *itálico* deverá ser reservado às expressões mantidas em língua estrangeira. Exemplo: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi e não poderão exceder o tamanho de 23 x 16 cm. Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Somente serão aceitas figuras coloridas se o autor arcar com os custos de impressão das páginas respectivas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. É fundamental, que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Os títulos das obras devem vir destacados em *itálico*.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. Nos casos em que a Comissão Editorial e/ou os membros do Conselho Científico indicarem a necessidade de revisão, os custos serão cobrados dos autores. Recomenda-se recorrer a especialistas para a correção dos resumos em outros idiomas e não utilizar *softwares* para a tradução.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Comissão Editorial e do Conselho Científico da revista CIDADES.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de parecer de um membro da Comissão Editorial. No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado. Os textos, após modificados pelos autores, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá três exemplares do número em que for publicado seu trabalho.

NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Pueden ser propuestos a la revista **CIDADES** para publicación: artículos científicos, ensayos teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traducciones de textos clásicos y discusiones de conceptos.

La aceptación de los textos propuestos para publicación será orientada por los siguientes parámetros:

Artículos científicos que interesen, sobre todo, a la reflexión teórico-metodológica, sean o no resultado de investigaciones empíricas y, en estos casos, con sus resultados finales.

Ensayos críticos sobre temas, obras, autores, etc., en que sus autores realicen una clara contribución.

Críticas bibliográficas que no se constituyan, de hecho, en notas o noticias bibliográficas, o sea, que revelen la capacidad de los autores en contextualizar las obras analizadas en el ámbito de la producción intelectual.

Divulgación de textos clásicos, que hayan desempeñado un papel importante en la evolución del pensamiento y de la investigación sobre lo urbano y la ciudad.

Textos con síntesis sobre concepto(s) importante(s) para la comprensión de la ciudad y de lo urbano, en los cuales se recuperen los autores que más hayan contribuido a esa elaboración y/o los consensos y discrepancias existentes sobre ellos.

Resultados parciales de investigaciones en marcha, reflexiones teórico-metodológicas de carácter inicial o textos que resulten de compilación bibliográfica, sin que se revele claramente la contribución del autor, no serán aceptados para publicación.

INSTRUCCIONES PARA LA PRESENTACIÓN DE TEXTOS

Los artículos científicos deben tener, como máximo, 25 páginas (tamaño A4), escritos en Word, a espacio 1,5 entre las líneas, letra Arial, tamaño 11 y sin formateo de párrafos. Para las otras modalidades, las

normas son las mismas, excepto por la extensión máxima de los textos, que se define de la siguiente manera: 15 páginas para discusión de conceptos y entrevistas, 25 páginas para traducciones de textos clásicos y 6 páginas para críticas bibliográficas. En ese total de páginas deben ser computadas tablas, figuras y bibliografía.

Todos los textos deben ser enviados en tres copias impresas y en versión digital (disquete o CD), acompañados de una hoja en la que conste: nombre(s) de él o los autores, filiación académica, fecha de la elaboración del artículo y dirección para correspondencia (postal y electrónica).

Los artículos científicos deben presentar, obligatoriamente, un resumen de, como mínimo, 100 palabras y, como máximo, 150 palabras, en portugués e inglés. A criterio del autor, podrá ser enviado un tercer resumen en francés, español o alemán. El título y las palabras-clave (máximo cinco) también deberán ser traducidas a la lengua inglesa y, si es el caso, a la otra lengua extranjera en que el resumen haya sido presentado.

Las tablas y figuras deben ser entregadas en hojas aparte, indicando en el cuerpo del texto el lugar de su inserción. Las tablas deben ser creadas en el propio Word. Las figuras deberán ser encaminadas en su formato digital (JPG, GIF, TIF), en resolución adecuada y no exceder el tamaño de 23x16 cm. Los originales deben ser enviados sin moldura, con escala gráfica y leyendas legibles. Solamente se aceptarán figuras en color si el autor se hace cargo de los costos de impresión de las páginas correspondientes.

Las referencias y citas deben seguir las orientaciones de la ABNT. Las notas deben ser insertadas al pie de la página en que sean indicadas.

Será responsabilidad del autor la corrección ortográfica y sintáctica del texto. En los casos en que la Comisión Editorial y/o los miembros del Consejo Científico indiquen la necesidad de revisión, los costos serán cobrados a los autores. Se recomienda recurrir a especialistas para la corrección de los resúmenes en otros idiomas y no utilizar softwares para la traducción.

El contenido y las opiniones expresados por los autores de los textos son de su exclusiva responsabilidad, no representando, necesariamente, la opinión de los miembros de la Comisión Editorial y del Consejo Científico de la revista CIDADES.

La selección de los textos será realizada por dos árbitros del Consejo Científico. En casos en que no haya consenso en el parecer, el arbitraje será decidido

por medio del parecer de un miembro de la Comisión Editorial. En el proceso de selección se consideran tres situaciones: texto aprobado para publicación, texto reencaminado al autor para modificaciones o texto rechazado. Los textos, después de modificados por los autores, serán encaminados a los mismos árbitros que evaluaron la primera versión.

La revista no tiene posibilidades de pagar derechos de autor ni de distribuir separatas. Cada autor recibirá tres ejemplares del número en que sea publicado su trabajo.

NORMES DE PUBLICATION

La revue **CIDADES** publie des articles scientifiques, des essais théoriques, des critiques bibliographiques, des entretiens, des traductions de textes classiques et des discussions de concepts.

Les critères de décision pour l'acceptation des textes soumis pour la publication sont les suivants:

Articles scientifiques qui concernent surtout la réflexion théorico-méthodologique, résultant ou non de recherches empiriques, avec dans ce cas, la présentation des résultats finaux.

Essais critiques sur des thèmes, ouvrages, auteurs etc., présentant une contribution claire des auteurs.

Critiques bibliographiques que ne sont pas seulement des notes ou nouvelles bibliographiques mais plutôt révèlent la capacité de leurs auteurs, de contextualiser les ouvrages analysés dans le domaine de la production intellectuelle.

Divulgateur de textes classiques qui ont joué un rôle important pour l'évolution de la pensée et de la recherche sur l'urbain et la ville.

Textes présentant des synthèses sur un (des) concept(s) important(s) pour la compréhension de la ville et de l'urbain, dans lesquelles sont rappelés les auteurs ayant le plus contribué à cette élaboration et/ou les consensus et controverses à leur sujet.

Résultats partiels de recherches en cours, réflexions théorico-méthodologiques de caractère initial ou textes résultant de compilations bibliographiques dans lesquels la contribution de l'auteur n'est pas clairement définie, ne seront pas acceptés pour publication.

INSTRUCTIONS POUR LA PRÉSENTATION DES TEXTES

Les articles scientifiques doivent avoir un maximum de 25 pages (A4), être rédigés sous format Microsoft Word, interligne 1,5, police de caractères Times New Roman 11 pts, sans recul ni espace entre para-

phes. Pour les autres modalités, les normes sont les mêmes à l'exception de la longueur maximale des textes qui ne peuvent dépasser les 15 pages pour la discussion des concepts et entretiens, 25 pages pour les traductions de textes classiques et 6 pages pour les critiques bibliographiques. Dans ce total de pages, il faut compter les tableaux, figures et références ou bibliographie.

Tous les textes doivent être envoyés en trois exemplaires imprimés et en version digitale (CDRom), accompagnés d'une feuille sur laquelle sont inscrits le(s) nom(s) de(s) l'auteur(s), filiation académique, date de l'élaboration de l'article et adresse pour la correspondance (postale et électronique).

Les articles scientifiques doivent obligatoirement comporter un résumé d'au moins 100 mots et 150 mots maximum, en portugais et en anglais. L'auteur peut, s'il le désire, joindre un troisième résumé en français, espagnol ou allemand. Le titre et les mots-clé (5 au maximum) devront également être traduits en anglais et dans l'autre langue étrangère du résumé.

Les références aux auteurs doivent figurer dans le corps du texte, en indiquant le nom en majuscules ou majuscules et minuscules, selon les cas, suivi de l'année de publication de l'ouvrage. Exemple: (SILVA, 2007), Silva (2007). S'il y a plus d'une oeuvre pour le même auteur, publiée la même année, des lettres de l'alphabet, minuscules, seront ajoutées après l'année de publication, par ordre de citation dans les références présentées à la fin de l'article. Exemple: (SILVA, 2007a), (SILVA 2007b), (SILVA, 2007c).

Les citations littérales d'extraits de textes d'autres auteurs, jusqu'à trois lignes, sont maintenues dans le corps du texte, entre guillemets, et, si elles ont plus de trois lignes, elles devront avoir un recul de 4 cm, en police de caractères Times New Roman 11, sans guillemets.

Si l'auteur souhaite mettre en évidence des expressions ou un extrait de son texte, ceux-ci devront être soulignés. L'italique doit être réservé aux expressions en langue étrangère. Exemples: tout court, e-mail, a priori.

Les figures doivent être envoyées imprimées et en format digital (JPG, GIF, TIF) avec une résolution minimale de 300 dpi. Elles ne peuvent pas dépasser 23 X 16 cm. Les figures originales doivent être envoyées sans cadre, l'échelle graphique et les légendes étant lisibles. Les figures colorées ne seront acceptées que si l'auteur assume les coûts d'impression des pages respectives.

Les références et les citations doivent suivre les normes de l'ABNT. Dans les références, à la fin du texte, les noms des auteurs doivent être complets.

Exemple : SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Les titres des oeuvres doivent être mis en évidence en italique.

Les notes doivent être insérées en bas de la page où elles sont indiquées.

L'auteur assumera la correction orthographique et la syntaxe du texte. Lorsque la Commission éditoriale et/ou les membres du Conseil scientifique estiment qu'une révision est nécessaire, les coûts seront à la charge de l'auteur. Il est recommandé de recourir aux services de spécialistes pour la correction des résumés en langue étrangère et de ne pas utiliser les programmes de traduction automatique.

Le contenu du texte et les opinions exprimées n'engagent que les auteurs et ne reflètent pas le point de vue des membres de la Commission éditoriale ni du Conseil scientifique de la revue CIDADES.

La sélection des textes sera réalisée par deux lecteurs du Conseil scientifique. En cas d'opinions divergentes, l'arbitrage sera décidé par un membre de la Commission éditoriale. Trois situations sont possibles : texte approuvé pour publication, texte renvoyé à l'auteur pour modifications ou texte refusé. Après modification par les auteurs, les textes seront envoyés aux mêmes lecteurs qui avaient évalué la première version.

Par manque de fonds, la revue CIDADES ne paye pas de droits d'auteur et ne distribue pas de tirés à part. Chaque auteur recevra trois exemplaires du numéro dans lequel son article est publié.

INSTRUCTIONS FOR AUTHORS

GENERAL INSTRUCTIONS

The following kinds of texts can be proposed for publication in the **CIDADES** journal: scientific articles, theoretical essays, book reviews, interviews, translation of classic texts and more specific texts related to the discussion of concepts.

The proposal of texts for publication will be guided by the following parameters:

Scientific articles which are interesting especially in terms of their theoretical-methodological contribution, whether or not derived from empirical research and, in such cases, including the final results.

Critical essays about themes, works, authors, etc., containing clear contribution of the essay's author(s).

Book reviews should not constitute mere notes or bibliographical news; it is expected that they reveal the capacity of the author(s) in contextualizing the works reviewed within the framework of the intellectual production of the field.

Divulgence of classic texts which have played an important role in the evolution of thought and research about the urban and the city.

Texts which contain syntheses about concept(s) that matter(s) to the understanding of the city and the urban; it is expected that the role of the authors who most contributed to the field is properly addressed, as well as the existing consensuses and disagreements on their contribution.

The following will not be accepted for publication: mere partial results related to "work in progress" (ongoing research), theoretical-methodological reflections of preliminary nature or texts derived from bibliographical compilation, without revealing clearly the authors' contribution.

SPECIFIC INSTRUCTIONS

Scientific articles must have a maximum length of 25 pages (A4 size), typed in Microsoft Word format, 1,5 spacing between lines, *Times New*

Roman font (size 11) without indentation and paragraph spacing. For other kinds of text, the rules are the same, except in relation to the maximum extension of texts, which is defined as follows: 15 pages for conceptual discussion and interviews; 25 pages for translations of classic texts; and 6 pages for book reviews. In all cases, the total number of pages already includes tables, pictures, and references or bibliography.

All the texts must be sent in three printed copies as well as in digital version (CD-ROM), followed by a sheet including: name(s) of the author(s), academic affiliations, date the text was written and mailing address (both postal and electronic address).

Scientific articles must have an abstract with a minimum length of 100 words and not exceeding 150 words; there should be two abstracts: one in Portuguese and another in English. According to the author's judgment, a third abstract can be sent in French, Spanish or German. The title and the keywords (maximum of 5 words) should also be translated into English and, if it is the case, into the other foreign language in which the abstract is presented.

Mentions to authors must be done in the text body, indicating the surname in uppercase or in upper and lowercase, according to the case followed by the year of publication. Example: (SILVA, 2007), Silva (2007). If there is more than one work with the same surname, published in the same year, small letters in alphabetical order should be added to the year of publication, and in the order references are presented at the end of the text. Example: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

Direct quotes of texts from other authors, not exceeding three lines, should be kept in the text body between quotation marks and, if they exceed three lines, they must be highlighted with a retreat of 4 cm, in font *Times New Roman* size 11, with no quotation marks.

Expressions or quotations from the text that the author desires to highlight must be underlined. The *italics* must be reserved to the expressions kept in foreign language. Example: *tout court*, *e-mail*, *a priori*.

Pictures must be forwarded printed and in digital format (JPG, GIF, TIF), in a minimum resolution of 300 dpi and cannot exceed the size of 23x16 cm. The originals must be sent with no frame, with a graphic scale and with a legible caption text. Colored pictures will only be accepted if the author bears the costs of printing such pages.

References and quotations must follow the ABNT standards. It is essential that the authors' names are written in full in the references at the end of the text. Example: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. The titles of the texts must be highlighted in *italics*.

Notes should be inserted at the bottom of the page where they are indicated (footnotes).

The spelling and syntactic correction of the text will be the author's sole responsibility. In case the Editorial Board and/or the members of the Scientific Advisory Board indicate the need of corrections and improvements, the costs will be charged to the authors. In case the author does not have a proper command of the language in which the abstract in a foreign language has to be written, it is recommended that he/she relies on the help of somebody who has the adequate expertise, instead of using translation *softwares*.

The contents and opinions expressed by the texts' authors are his/her responsibility, and they do not necessarily represent the opinion of the members neither of the Editorial Board nor of the Scientific Advisory Board of the CIDADES journal.

The review of the texts submitted for publication will be made by two anonymous referees who belong to the Scientific Advisory Board. In case there is no consensus between them, a member of the Editorial Board will be invited to act as a third referee. At the end of the review process, three situations are possible: 1) the text is approved for publication without restrictions; 2) the text will be sent back to the author(s) for modifications or improvement; 3) the text is rejected. The texts, after being modified by their authors, will be forwarded to the same referees who reviewed the first version.

The journal does not pay for copyright, neither distributes reprints. Each author will receive three copies of the issue in which his/her work was published.

CHAMADA PARA ARTIGOS A CIDADE E A FESTA

A revista *Cidades* planeja publicar, em 2011, um número consagrado ao tema **A CIDADE E A FESTA**. Recebi o convite para ser o editor deste número.

Os geógrafos estudam tradicionalmente a cidade, a partir de suas formas (extensão, planos, redes viárias, edificações); sua população (efetivos, origem, composição, migrações, classes); suas atividades artesanais, industriais, comerciais ou administrativas; suas funções políticas ou religiosas. A cidade é assim compreendida em sua temporalidade habitual, aquela da sucessão do trabalho e do repouso, aquela da produção, e nas suas dimensões simbólicas permanentes, como lugar do poder e centro religioso.

A festa rompe com a existência cotidiana. Fim do trabalho, das obrigações penosas! Dá-se o lugar à diversão, ao descanso! O cenário muda: arcos de triunfo, guirlandas e flores transformam as ruas e escondem o aspecto e a pobreza das edificações envelhecidas; as cores alegrem a atmosfera; a música invade a cidade; as pessoas se disfarçam, mascaram-se; desfilam, cantam, dançam; fogos de artifício são disparados, espetáculos são oferecidos.

A festa destina-se a uma ou outra categoria social, ou a toda a população; ela é uma ação dos habitantes de um bairro ou daqueles de toda a cidade; ela é própria à cidade, ou se inscreve num calendário religioso que interessa a todos os fiéis ou naquele da República que concerne a toda a nação.

A pesquisa geográfica esteve desinteressada, por muito tempo, dos parênteses que se abrem, assim, na existência urbana. A festa reata com o tempo do mito, aquele da revelação ou aquele da Revolução: ela sacraliza frequentemente o espaço profano; as procissões religiosas o mostram, como, numa perspectiva diferente, os longos desfiles que comemoram os acontecimentos revolucionários. A festa lembra um passado magnificado, transfigura o presente ou projeta em um futuro glorioso.

A festa afeta o tempo social: ela provoca uma inversão da ordem instituída; as hierarquias são questionadas, o povo zomba de seus superiores, maltrata-os às vezes. É o tempo do barulho, dos fogos, da truculência, dos excessos. A cidade vive uma experiência catártica.

A festa exalta uma ordem simbólica que a vida cotidiana, às vezes, faz esquecer: se ela é religiosa, ela restitui à fé o ardor que ela tinha quando da revelação; se ela é política, ela exalta os valores centrais do grupo e conforta o poder daqueles que os defendem. A festa provoca momentos de exaltação.

A festa recompõe a cidade por um tempo. Por que? Será que serve sobretudo para evitar as explosões sociais graves provocando efemeridades mais benignas? Pode-se, sem ela, exaltar o que há de mais profundo na fé ou confortar os sentimentos de identidade?

A festa urbana é própria das sociedades do passado? Como ela tem evoluído? Como o sagrado e o profano conciliam-se hoje? A proliferação de seitas e o crescimento de ideologias novas lhe dão novas bases, lhe sugerem novos temas? Não está a festa remodelando o espaço da cidade pós-moderna, que gostaria de perenizar o cenário e a atmosfera da festa?

O objetivo deste número de *Cidades* é evocar, através de exemplos tomados em meios e épocas diferentes, as diferentes funções da festa, o que ela traz para as populações urbanas, o significado que ela adquire para a cidade, seus diversos componentes ou a sociedade na qual ela se insere.

As propostas de artigos devem ser endereçadas a mim (p.claval@wanadoo.fr), ou à Maria Encarnação Beltrão Sposito (mebsposito@gmail.com), editora da revista *Cidades* (cidadesrevista@gmail.com), até 31 de agosto de 2010. Os textos finais devem ser remetidos até 01 de fevereiro de 2011.

Paul Claval

TEXTE D'APPEL LA VILLE ET LA FÊTE

La revue brésilienne *Cidades*¹ projette de publier en 2011 un numéro consacré à «La ville et la fête». Elle m'a demandé de le diriger.

Les géographes étudient traditionnellement la ville dans ses formes (extension, plans, réseaux viaires, volumes construits), dans sa population (effectifs, origine, composition, migrations, classes), dans ses activités artisanales, industrielles, commerciales ou administratives, dans ses fonctions politiques ou religieuses. La ville est ainsi saisie dans sa temporalité habituelle, celle de la succession du travail et du repos, celle de la production, et dans ses dimensions symboliques permanentes, comme foyer de pouvoir et centre religieux.

La fête rompt avec l'existence quotidienne. Fini le travail, les obligations pesantes! Place au jeu, à la détente! Le décor change : arcs de triomphe, guirlandes et fleurs transforment les rues et cachent la grisaille et la pauvreté des bâtiments vieillissés ; les couleurs égaient l'atmosphère ; la musique envahit la ville ; les gens se déguisent, se masquent ; ils défilent, chantent, dansent ; des feux d'artifice sont tirés, des spectacles sont donnés.

La fête concerne telle ou telle catégorie sociale, ou toute la population ; elle est le fait des habitants d'un quartier ou de ceux de toute la cité ; elle est propre à la ville, ou s'inscrit dans un calendrier religieux qui intéresse tous les croyants ou dans celui de la République qui concerne toute la nation.

La recherche géographique s'est longtemps désintéressée des parenthèses qui s'ouvrent ainsi dans l'existence urbaine. La fête renoue avec le temps du mythe, celui de la révélation ou celui de la Révolution : elle sacralise souvent l'espace profane ; les processions religieuses le soulignent, comme, dans un registre différent, les longues marches qui commémorent les événements révolutionnaires. La fête rappelle un passé magnifié, transfigure le présent ou projette dans un futur glorieux.

¹ Revue semestrielle du Grupo de Estudos Urbanos, publiée sous la direction de Maria Encarnação Beltrão Sposito. Courriel : mebsposito@gmail.com.br

La fête affecte le temps social : elle provoque une inversion de l'ordre institué ; les hiérarchies sont remises en cause, le peuple se moque de ses maîtres, les malmène parfois. C'est le temps du bruit, des pétards, de la truculence, des excès. La ville traverse une expérience cathartique.

La fête exalte un ordre symbolique que la vie quotidienne fait parfois oublier : si elle est religieuse, elle redonne à la foi l'ardeur qu'elle avait lors de la révélation ; si elle est politique, elle magnifie les valeurs centrales du groupe et conforte le pouvoir de ceux qui les défendent. La fête provoque des moments d'exaltation.

La fête recompose la ville pour un temps. Pourquoi ? Sert-elle surtout à éviter les explosions sociales graves en provoquant de passagères, plus bénignes ? Peut-on, sans elle, exalter la profondeur de la foi ou conforter les sentiments d'identité ?

La fête urbaine appartient-elle plutôt aux sociétés du passé ? Comment évolue-t-elle ? Comment sacré et profane s'y concilient-ils aujourd'hui ? La prolifération des sectes et la montée d'idéologies nouvelles lui donnent-elles de nouvelles bases, lui suggèrent-elles de nouveaux thèmes ? N'est-elle pas en train de remodeler l'espace de la ville postmoderne, qui voudrait pérenniser les décors et l'atmosphère de la fête ?

Le but du numéro de *Cidades* est d'évoquer, à travers des exemples pris dans des milieux et à des époques différentes, les différentes fonctions de la fête, ce qu'elle apporte aux populations urbaines, et la signification qu'elle revêt pour la ville, ses diverses composantes, ou la société dans laquelle elle s'insère.

Les propositions d'articles devront m'être adressées (p.claval@wanadoo.fr), ou être adressées à Maria Encarnação Beltrão Sposito (mebsposito@gmail.com), directrice de la revue *Cidades* (cidadesrevista@gmail.com), avant le 31 août 2010. Les textes définitifs doivent être remis avant le 1^{er} février 2011.

Paul Claval

CHAMADA PARA ARTIGOS A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O SENTIDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando a Comissão Editorial da revista *Cidades* optou pela edição de um “dossiê” a cada número, a partir do sétimo volume, coube-me a tarefa de organizar um número dedicado às políticas públicas voltadas para o espaço urbano. Propõe-se para este um olhar crítico às políticas e ações propostas ou já concretizadas pelo poder público nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal para as nossas cidades, tendo em vista o sentido das políticas adotadas, bem como sobre diretrizes e instrumentos disponíveis para tal finalidade em cada localidade e a cada momento histórico.

No âmbito das ciências humanas, os geógrafos são profissionais cuja formação acadêmica envolve tanto a natureza quanto a sociedade (sem falar na sua experiência no tratamento da cartografia) e, desse modo, requisitados para compor equipes técnicas que oferecem subsídios para a tomada de decisões políticas que implicam formas diversas de apropriação do espaço urbano. Acompanhados de arquitetos, urbanistas e engenheiros, entre outros profissionais, ajudam a desenhar o espaço da vida na cidade, onde estão postas concretamente as condições de nos reproduzirmos socialmente. A vida cotidiana depende diretamente de tais políticas. As transformações no espaço urbano, em qualquer momento da história, sempre implicaram decisões de e/ou entre indivíduos, classes ou parcelas de classes, vivendo num espaço comum. Portanto, o sentido das decisões tomadas e levadas a efeito por ações do poder público em cada lugar, sucessivamente no tempo, se materializaram no espaço urbano e simultaneamente se transformaram em condições de reprodução da vida na cidade.

A academia tem a tarefa de avaliar criticamente os resultados obtidos. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que nas democracias eletivas a duração dos mandatos governamentais provoca a descontinuidade de ações já em curso, retardando, ou mesmo eliminando programas. De modo concreto: muda o

governante, alteram-se os rumos de ações políticas que afetam positiva ou negativamente a reprodução social. Mas é bom lembrar que as decisões tomadas no que concerne à reprodução do capital não sofrem descontinuidade temporal. Porém, é frequente a descontinuidade espacial: na atualidade, os capitais se deslocam para onde podem obter maiores lucros com muita velocidade.

Isso posto, o objetivo do número 14 da Revista Cidades é o de apresentar reflexões sobre o sentido de decisões que implicaram e implicam transformações no espaço urbano na atualidade. E nessa perspectiva, perguntamos: as políticas públicas, com suas estratégias, têm banalizado forma e conteúdo do espaço urbano? As políticas públicas têm contribuído para a construção de espaços urbanos onde prevalece o interesse privado? Há políticas públicas que favorecem o interesse coletivo? Qual o significado dos espaços públicos para os cidadãos? De que instrumentos a sociedade dispõe e de que maneira os usa para pensar e projetar a vida na cidade? Quem definiu os instrumentos formais, legislação, normas etc., e com qual pressuposto? Essas são algumas questões gerais sobre as quais devemos nos debruçar com persistência, de modo a tornar mais claras as políticas públicas orientadoras da produção do espaço urbano que nos destinam para a reprodução da vida.

Os artigos deverão ser enviados a mim (silvanapintaudi@uol.com.br) ou à Maria Encarnação Beltrão Sposito (cidadesrevista@gmail.com), coordenadora editorial da Revista, até o dia 1º de março de 2010. Caso seja necessária alguma revisão, os textos definitivos devem ser entregues até 1º de maio de 2010.

Silvana Maria Pintaudi

EURE

Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales

| ARTÍCULOS

- 5 Cambios territoriales en la Comunidad de Madrid: policentrismo y dispersión
María Teresa Gallo Rivera, Rubén Garrido Yserte y Manuel Vivar Águila
- 27 Inserción económica internacional y "resolución negociada" de conflictos ambientales en América Latina
Henri Acsehrad, Gustavo das Neves Bezerra y Edwin Muñoz Gaviria
- 49 La vertebración territorial en regiones de alta especialización: valle central de Chile. Alcances para el desarrollo de zonas rezagadas en torno a los recursos naturales
Alberto García-Huidobro y Andrés Maragaño
- 67 Patrones de movilidad residencial en la Ciudad de México como evidencia de co-localización de población y empleos
Manuel Suárez-Lastra y Javier Delgado-Campos
- 93 Del asentamiento minero al espacio continental. Chuquicamata (Chile) y la contribución de la minería a la configuración del territorio y el desarrollo social y económico de la Región de Antofagasta durante el siglo XX
Eugenio Garcés Feliú, Juan O'Brien y Marcelo Cooper
- 109 Legitimidade espacial: uma discussão sobre mutação e permanência das estruturas espaciais urbanas
Norma Lacerda, Lúcia Leitão y Paulo Abílio de Queiroz

| TRIBUNA | transporte, desarrollo urbano y metro

- 125 El gran impacto del Metro
Louis de Grange C.
- 133 Transporte y ciudad
Germán Correa Díaz

| RESEÑAS

- 139 Alain Musset
"¿Geohistoria o geoficción? Ciudades vulnerables y justicia espacial"
Francisca Márquez
- 141 Memoria Abierta
"Memorias en la ciudad. Señales del terrorismo de Estado en Buenos Aires"
Rodrigo Millán y Valentina Rozas

- 145 | EURE | informa



Paradoxes de la mixité sociale

N° 140-141 (n° 1-2 de 2010)

DOSSIER

PARADOXES DE LA MIXITÉ SOCIALE

(dossier coordonné par Catherine Bidou-Zachariassen et Maurice Blanc)

● Éditorial - Maurice Blanc, Catherine Bidou-Zachariassen

Mixité sociale, solidarité et renouvellement urbains en France

● La mixité : mot d'ordre, vœu pieux ou simple argument ? - Philippe Genestier

● Effets paradoxaux de la loi Solidarité et renouvellement urbains (SRU) et profil des acquéreurs de biens immobiliers en Île-de-France - Didier Desponds

● La mixité dans la rénovation urbaine : dispersion ou re-concentration ? - Christine Lelévrier

● Dans la « cuisine » de la mixité : retour sur des expérimentations nantaises - Pierre-Arnaud Barthel, Célia Dèbre

● « Comment nous sommes devenus HLM ». Les opérations de mixité sociale à Paris dans les années 2000 - Marie-Hélène Bacqué, Yankel Fijalkow, Amélie Flamand, Stéphanie Vermeersch

Regards sur les expériences étrangères

● De Paris à Londres : le défi de la mixité sociale par les « acteurs clés » - Lydie Launay

● Quand la mixité sociale mobilise des gentrificateurs. Enquête sur un mot d'ordre militant à Boston - Sylvie Tissot

● Mixité sociale ou inclusion sociale ? Bricolages montréalais pour un jeu à acteurs multiples - Annick Germain, Damaris Rose, Amy Twigge-Molecey

HORS DOSSIER

● Inner City Blues : niveau de vie, main-d'œuvre précaire et taudis dans le Londres de la fin du XIX^e siècle - Malcolm Mansfield

● Le Droit à la ville de Henri Lefebvre : quel héritage politique et scientifique ? - Laurence Costes

● Économie du lien et biopolitique. Gaston Bardet et l'urbanisme comme science sociale - Luigi Manzione

NOTES DE LECTURE

● Compte rendu thématique

Le ghetto en France : la fin d'un tabou - Maurice Blanc

● Recensions d'ouvrages

ESPACES ET SOCIÉTÉS

ENSA Paris-Val de Seine, LAVUE - 3-15 quai Panhard et Levassor - 75013 PARIS

e-mail : espacesetsocietes@msh-paris.fr - Internet : <http://www.espacesetsocietes.msh-paris.fr>

Vous pouvez vous abonner en ligne (paiement sécurisé) : www.editions.eres.com

ou CRM ART - Éditions érès :

Service des abonnements et commandes - BP 15245 - 31152 FENOUILLET Cedex

Tél + 33 (0) 5 61 74 92 59 - Fax + (0) 5 17 47 52 67 - e-mail : commandes.eres@crm-art.fr

Prix de l'abonnement Espaces et Sociétés

3 numéros à la suite dont un double / pour 1 an

France particuliers.....55 € - France organismes.....60 €

Autres pays particuliers.....65 € - Autres pays organismes.....70 €

Prix du n° 1-2 2010 (140-141) : 28 €